

FABRÍCIO SOUZA TEIXEIRA

**ACESSO À RENDA E RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NO
MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ, BAHIA**

Vitória da Conquista-BA,
Março de 2026

FABRÍCIO SOUZA TEIXEIRA

**ACESSO À RENDA E RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NO
MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ, BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo - UESB, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas da Natureza e do Território. Linha de Pesquisa: 1

Orientador: Prof. Dr. Altemar Amaral Rocha

Vitória da Conquista-BA,
Março de 2026



Este documento está sob licença CCBY da Creative Commons

T266a

Teixeira, Fabrício Souza.

Acesso à renda e relações socioterritoriais no município de Ibiassucê, Bahia
/ Fabrício Souza Teixeira, 2026.

192 f. ; il.

Orientador (a): Dr. Altemar Amaral Rocha.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, Vitória da Conquista, 2026.

Inclui referências F. 164 - 170

1. Desigualdades socioespaciais. 2. Políticas públicas. 3. Vulnerabilidade social. I. Rocha, Altemar Amaral. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. T.

CDD 363.50981

Catálogo na fonte: ***Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134***
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo
Telefone: (77) 3424-8741 – E-mail: ppgeo@uesb.edu.br



Fabrício Souza Teixeira
(Mestrando)

FOLHA DE APROVAÇÃO

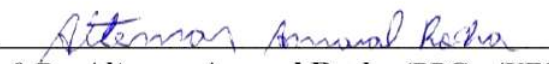
“ACESSO À RENDA E RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ, BAHIA”

FABRÍCIO SOUZA TEIXEIRA

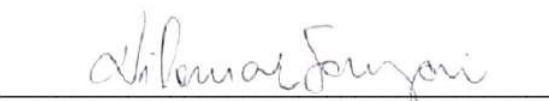
Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia da UESB
(PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do
título de MESTRE.

Aprovada em: 30 de Março de 2026

Banca Examinadora



Prof. Dr. Altamar Amaral Rocha (PPGeo/UESB)
(Orientador)



Prof. Dr. Vilomar Sandes Sampaio (PPGeo/UESB)
(Examinador Interno)

Documento assinado digitalmente
 **GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA**
Data: 01/04/2026 15:46:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira (UNIMONTES)
(Examinador Externo)

Documento assinado digitalmente
 **FABRICIO SOUZA TEIXEIRA**
Data: 03/04/2026 00:19:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fabrício Souza Teixeira
(Mestrando)

DEDICATÓRIA

*A Deus e a Nossa Senhora Aparecida, por conduzirem meus passos e sustentarem minha fé nesta jornada.
À minha mãe, meu pai e meus irmãos, base do meu caminho e fonte permanente de amor e força.
À minha noiva Flávia, pelo amor, companheirismo, cuidado e incentivo em todos os momentos.*

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação representa o encerramento de uma etapa acadêmica, mas, além disso, a superação de um período profundamente desafiador em minha vida. Iniciei minha caminhada no mestrado em 2023 e, ao longo desse percurso, enfrentei desafios inesperados que interromperam temporariamente o andamento deste trabalho. Durante o processo de finalização da pesquisa, fui diagnosticado com múltiplas lesões no canal da medula, o que exigiu um período de tratamento intenso na cidade de Barretos, no estado de São Paulo

Foram meses marcados por dor, incertezas e muitas limitações, mas também por fé, esperança e pela força que encontrei nas pessoas que caminharam ao meu lado. Nesse percurso, compreendi que nenhuma conquista é construída de forma solitária. Por isso, inicio estes agradecimentos reconhecendo a presença constante de Deus e de Nossa Senhora, que foram sustento e esperança em todos os momentos desta jornada.

A Deus e a Nossa Senhora Aparecida, expresso minha mais profunda gratidão. Em meio às dificuldades, encontrei na fé a serenidade necessária para seguir em frente e acreditar que tudo tem um propósito. Agradeço pela proteção, pela força concedida nos momentos mais difíceis e por me permitir chegar até aqui com esperança renovada.

À minha companheira de vida e noiva, Flávia Rebouças, agradeço pelo amor, cuidado e companheirismo durante todo esse processo. Sua presença foi fundamental para que eu encontrasse forças para continuar. À minha família, especialmente à minha mainha, ao meu painho e aos meus irmãos, deixo minha eterna gratidão por todo apoio, carinho e incentivo. Estendo também esse agradecimento ao meu sogro, minha sogra, cunhadas e cunhado, que, com generosidade e afeto, estiveram ao meu lado e me ofereceram apoio nos momentos mais difíceis.

Aos meus avós paternos e maternos, em especial ao meu avô (*in memoriam*), agradeço pelos ensinamentos e valores que contribuíram para minha educação. Agradeço também aos meus tios e tias, primos e primas, padrinhos e madrinhas, afilhados e afilhadas, bem como a todos os amigos que, de alguma forma, estiveram presentes com palavras de apoio e gestos de carinho ao longo dessa caminhada.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Altemar Amaral Rocha, expresso minha sincera gratidão pela orientação, confiança e incentivo durante todo o desenvolvimento desta pesquisa. Seus ensinamentos e contribuições foram fundamentais para a realização deste trabalho e para minha formação acadêmica.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes e Prof. Dr. Vilomar Sandes Sampaio, agradeço pela atenção, dedicação e pelas valiosas contribuições que enriquecem este estudo.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGeo/UESB), agradeço pelas trocas de conhecimento, debates e pelo companheirismo ao longo dessa jornada. À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao PPGeo, deixo meu reconhecimento pela oportunidade de realização deste mestrado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), agradeço pelo financiamento da bolsa de mestrado durante sete meses, apoio essencial para minha permanência no programa e para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho, agradeço pela compreensão e incentivo ao longo deste período. Aos entrevistados que participaram desta pesquisa, expresso minha gratidão por compartilharem suas experiências e contribuírem para a construção deste estudo.

Por fim, agradeço de forma especial à minha cidade, Ibiassucê, Bahia, lugar onde construí minha história e que inspirou a realização desta pesquisa. Que este trabalho possa contribuir, ainda que modestamente, para a compreensão das dinâmicas socioterritoriais locais e para reflexões que fortaleçam o desenvolvimento social do município.

O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (Milton Santos, 1999)

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo central compreender o processo de constituição e acesso à renda da população de Ibiassucê (BA), explorando as relações socioterritoriais no município. Parte da premissa de que o acesso desigual à renda e aos recursos essenciais para a sobrevivência humana é um problema persistente, especialmente para as populações mais vulneráveis e marginalizadas, e que essa disparidade tem raízes históricas, estruturais e geográficas que perpetuam a concentração de riqueza e privilégios. A escolha de Ibiassucê (BA) como objeto de estudo é motivada pela relevância de entender as particularidades socioeconômicas de um pequeno município com pouco mais de 10 mil habitantes com características comuns aos desafios enfrentados por outras localidades do nordeste brasileiro. Este estudo foi desenvolvido sob a perspectiva da ciência geográfica, com foco nas categorias de análise do território e do espaço. O embasamento teórico inclui autores como Demo (1985 a 2003), Estivill (2003), Raffestin (1993), Haesbaert (2004, 2006), Santos (1978 a 2008), Fernandes (2009, 2012), Carlos (2007) e outros, que abordam temas como distribuição econômica, pobreza, políticas públicas, território, espaço, dinâmicas socioterritoriais e socioespaciais. Como fonte de informações para coleta de dados, foram utilizados importantes sistemas de informações, como IBGE, Portal Gov, Dataprev, Vis Data, Cecad, Sibec, bem como o Plano Municipal de Assistência Social - 2022/2025 (PMAS 2021), os Relatórios Anuais de Gestão (RAG) da Secretaria municipal de Assistência Social (2022 e 2023) e dados do site da SEI e do SIDRA. A análise dos dados coletados, através da pesquisa de campo, confrontada com a revisão bibliográfica, buscou aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas socioeconômicas que configuram as relações socioterritoriais em Ibiassucê. Os resultados evidenciam que o acesso à renda em Ibiassucê se configura como um processo complexo, fortemente condicionado por fatores socioterritoriais, econômicos, geográficos e históricos. Observou-se a predominância de baixos níveis de renda, elevada informalidade no mercado de trabalho e significativa dependência de programas de transferência de renda, como complemento essencial à sobrevivência das famílias. Nesse contexto, o estudo destaca a necessidade de fortalecimento de políticas públicas integradas voltadas à qualificação profissional, diversificação das atividades produtivas e incentivo à agricultura familiar, visando ampliar as oportunidades de geração de renda e promover maior autonomia econômica para a população local, sobretudo as que vivem mais distante do perímetro urbano.

Palavras-chave: Desigualdades Socioespaciais; Pobreza; Políticas Públicas Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

This research aims to understand the process of income formation and access among the population of Ibiassucê, Bahia, by examining the socioterritorial relationships that shape the municipality. It is based on the premise that unequal access to income and essential resources for human survival remains a persistent issue, particularly among vulnerable and marginalized populations. This inequality is rooted in historical, structural, and geographical factors that contribute to the concentration of wealth and privileges. The selection of Ibiassucê, Bahia, as the study area is justified by the importance of understanding the socioeconomic particularities of a small municipality with just over 10,000 inhabitants, whose characteristics reflect challenges commonly faced by other localities in Northeastern Brazil. The study was conducted from the perspective of Geographic Science, with emphasis on the analytical categories of territory and space. The theoretical framework draws on the contributions of authors such as Demo (1985–2003), Estivill (2003), Raffestin (1993), Haesbaert (2004, 2006), Santos (1978–2008), Fernandes (2009, 2012), Carlos (2007), among others, whose works address themes related to economic distribution, poverty, public policies, territory, space, and socioterritorial and sociospatial dynamics. Data collection was supported by important information systems and databases, including the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Gov.br Portal, Dataprev, Vis Data, CECAD, SIBEC, the Municipal Social Assistance Plan 2022–2025 (PMAS 2021), the Annual Management Reports (RAG) of the Municipal Department of Social Assistance (2022 and 2023), as well as data from the Superintendence for Economic and Social Studies of Bahia (SEI) and SIDRA. The analysis of data obtained through field research, combined with the literature review, sought to deepen the understanding of the socioeconomic dynamics that shape socioterritorial relations in Ibiassucê. The findings reveal that access to income in Ibiassucê constitutes a complex process strongly influenced by socioterritorial, economic, geographical, and historical factors. The study identified the predominance of low income levels, high rates of labor market informality, and significant dependence on income transfer programs as essential complements to household subsistence. In this context, the research highlights the need to strengthen integrated public policies aimed at professional qualification, diversification of productive activities, and support for family farming. Such measures are essential to expand income-generating opportunities and promote greater economic autonomy among the local population, particularly for those living farther from the urban area.

Keywords: Sociospatial Inequalities; Poverty; Public Policies; Social Vulnerability.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População e Taxa de Crescimento por Região do Brasil.....	58
Gráfico 2 - Evolução da População de Ibiassucê 1970 a 2022.....	77
Gráfico 3 - População residente por distribuição por faixa etária, Ibiassucê (2022).	79
Gráfico 4 - População residente em porcentagem, por situação de gênero, Ibiassucê (1970 a 2022).....	81
Gráfico 5 - Distribuição de Domicílios por espaços Urbano e Rural - Censo (2022).....	84
Gráfico 6 - Domicílios Ocupados X Desocupados - Urbano X Rural - Censo (2022).....	84
Gráfico 7 - Características de domicílios em Ibiassucê - Censo (2022).....	85
Gráfico 8 - Distribuição da População de Ibiassucê Ocupada X Desocupada.....	86
Gráfico 9 - Evolução do PIB Per Capita em Ibiassucê (2013-2021).....	87
Gráfico 10 - Cor e Raça dos entrevistados.....	94
Gráfico 11 - Distribuição de Questionários Aplicados na Zona Rural e Urbana - Ibiassucê (2024).....	96
Gráfico 12 - Distribuição do Número de Pessoas por Domicílio com Base nas Respostas do Questionário - Ibiassucê, 2024.....	97
Gráfico 13 - Número de estabelecimentos por setores de atividade econômica Ibiassucê – Bahia (2012-2022).....	105
Gráfico 14 - PIB de Ibiassucê 2021 - Distribuição por Setores Econômicos.....	107
Gráfico 15 - Pessoas cadastradas no CadÚnico em Ibiassucê- 2023.....	112
Gráfico 16 - Pontuações Gerais do IDF por Dimensão no Município de Ibiassucê (2021).....	123
Gráfico 17 - Pontuações dos Setores em relação à Dimensão Acesso ao Trabalho em Ibiassucê (2021).....	129
Gráfico 18 - Pontuações dos Setores em relação à Dimensão Disponibilidade de Recursos em Ibiassucê (2021).....	130
Gráfico 19 - Tipo de ocupação dos entrevistados - Ibiassucê (2024).....	139
Gráfico 20 - Tipo de benefício recebido pelos entrevistados - Ibiassucê (2024).....	141
Infográfico 1 - Evolução da ocupação do território de Ibiassucê, Bahia.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Subdimensões e Indicadores da Dimensão 01, Ausência De Vulnerabilidade - IDF 2021 de Ibiassucê, Bahia.....	116
Quadro 2 - Subdimensões e Indicadores da Dimensão 02, Acesso ao Conhecimento - IDF 2021 de Ibiassucê, Bahia.....	117
Quadro 3 - Subdimensões e Indicadores da Dimensão 03, Acesso ao Trabalho - IDF 2021 de Ibiassucê, Bahia.....	118
Quadro 4 - Subdimensões e Indicadores da Dimensão 04, Disponibilidade de Recursos - IDF 2021 de Ibiassucê, Bahia.....	119
Quadro 5 - Subdimensões e Indicadores da Dimensão 05, Desenvolvimento Infantil - IDF 2021 de Ibiassucê, Bahia.....	120
Quadro 6 - Subdimensões e Indicadores da Dimensão 06, Condições Habitacionais - IDF 2021 de Ibiassucê, Bahia.....	121
Quadro 7 - Identificação dos Setores e suas respectivas Localidades Rurais e Bairros, Ibiassucê (2024).....	125
Quadro 8 - Entrevista com a representante de associação de comunidades do Município de Ibiassucê, Bahia.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente, por situação do domicílio, Ibiassucê (1970 a 2022).....	78
Tabela 2 - População residente, por situação de gênero, Ibiassucê (1970 a 2022)..	80
Tabela 3 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Ibiassucê (1991-2010)	81
Tabela 4 - Taxa de Mortalidade Infantil em Ibiassucê(2010-2022)	82
Tabela 5 - Desempenho do IDEB na rede pública por nível de ensino em Ibiassucê (2023).....	88
Tabela 6 - Nota Geral do IDF por setor, Ibiassucê (2024.....	127
Tabela 7 - Pontuações do IDF nas Dimensões por Setor do Município de Ibiassucê (2021).....	128
Tabela 8 - Distribuição dos Benefícios Eventuais Concedidos por Tipo - Ibiassucê (2023).....	132

LISTA DE FOTOS E MAPAS

Mapa 1 - Localização de Ibiassucê na Região do Centro-sul Baiano.....	18
Mapa 2 - Alteração territorial do Município de Ibiassucê entre 2007 a 2015.....	74
Mapa 3 - Recorte dos setores do território do município - Ibiassucê, (2021).....	92
Mapa 4 - Fluxos de Vendas das Cerâmicas de Ibiassucê para outros Municípios (2024).....	100
Mapa 5 - Vitória da Conquista região de influência de Ibiassucê-Bahia.....	109
Mapa 6 – Território do Município dividido por Setores segundo a Gestão do SUAS (2023).....	124
Painel 1 - Imagens Aéreas da Barragem de Santo Antônio, Ibiassucê (2024).....	75
Painel 2 - Polo industrial Ceramista de Ibiassucê (2025).....	102
Painel 3 - Agroindústrias da agricultura familiar da Comunidade Capoeirão e Careta do município de Ibiassucê, Bahia (2025).....	103

ABREVIATURAS E SIGLAS

BA - Bahia
BE - Benefícios Eventuais
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais
CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DATASUS - Departamento de Informática do SUS
DOE - BA - Diário Oficial do Estado da Bahia
FUNDAJ-DIPES - Fundação Joaquim Nabuco, Diretoria de Pesquisas Sociais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDF - Índice de Desenvolvimento da Família
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS - Índice de Vulnerabilidade Social
PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF - Programa Bolsa Família
PCF/PIS - Programa Criança Feliz/ Primeira Infância no Suas
PEA - População Economicamente Ativa
PIB - Produto Interno Bruto
PMAS - Plano Municipal de Assistência Social
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGEO - Programa de Pós Graduação em Geografia
PSB - Proteção Social Básica
PSE - Proteção Social Especial
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RAG - Relatório Anual de Gestão
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática
SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social
SMS - Secretaria Municipal de Saúde
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
UNDP - United Nations Development Programme (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)
UTC - Tempo Universal Coordenado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ESPAÇO E TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA DO PONTO DE VISTA RELACIONAL	24
2.1 Análise das perspectivas teóricas na geografia para compreender o conceito de espaço	28
2.2 O território em estudo: múltiplas concepções e perspectivas na geografia	33
2.3 Espaço e território em diálogo: a relacionalidade geográfica nas dinâmicas socioeconômicas	42
3 RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS: POBREZA, DESIGUALDADES E VULNERABILIDADES SOCIOESPACIAIS	47
3.1 Desigualdades socioespaciais e pobreza nas relações socioterritoriais	47
3.2 A pobreza como questão intrínseca às relações socioterritoriais no Brasil	50
3.3 Vulnerabilidades socioespaciais: indicadores e contradições no Nordeste brasileiro	55
4 CARACTERIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ, BAHIA	63
4.1 Contextualização das temporalidades e espacialidades no território do município de Ibiassucê, Bahia	63
4.2 Perfil da população de Ibiassucê – moradia e demais indicadores socioespaciais	78
4.3 A Heterogeneidade do Perfil Socioeconômico em Ibiassucê e suas Implicações Socioterritoriais: uma análise amostral	91
4.4 Dinâmica territorial e produtiva de Ibiassucê	98
5 DESIGUALDADES SOCIOTERRITORIAIS E POBREZA EM IBIASSUCÊ-BAHIA: UMA ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA (IDF) NO MUNICÍPIO	111
5.1 Relações socioterritoriais e Indicadores de pobreza no município de Ibiassucê	111
5.2 As dimensões do Plano Municipal de Assistência Social de Ibiassucê-Bahia	115
6 ACESSO À RENDA E RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ, BAHIA	136
6.1 Avaliação da conjuntura e das relações socioterritoriais do município de Ibiassucê	136
6.2 Avaliação da territorialidade e do acesso a renda das famílias de Ibiassucê	143
6.3 Percepções e Realidades do Acesso à Renda em Ibiassucê	149
7 CONCLUSÕES	155
REFERÊNCIAS	164

1 INTRODUÇÃO

O tema, "Acesso à Renda e Relações Socioterritoriais no Município de Ibiassucê, Bahia" surge a partir de uma necessidade de compreender como a população de Ibiassucê está inserida no contexto das desigualdades socioespaciais e socioterritoriais nos seus diversos povoados, comparando com as desigualdades a nível regional e nacional. Tal abordagem se concretiza pela adoção da análise em perspectiva comparada, observando que as desigualdades sociais e econômicas são um fenômeno recorrente, marcado por desafios estruturais persistentes.

O acesso desigual à renda e aos recursos essenciais para sobrevivência humana é uma questão persistente, especialmente para as populações mais vulneráveis e marginalizadas. Essa disparidade origina-se em fatores históricos, estruturais e geográficos que perpetuam a concentração de riqueza e privilégios nas mãos de uma minoria, enquanto a maioria enfrenta barreiras significativas para alcançar uma condição socioeconômica mais equitativa e emancipatória.

Embora tenham ocorrido avanços em políticas públicas e governamentais, como a ampliação da inclusão educacional e a implementação de programas de transferência de renda nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, ainda há um longo caminho a percorrer para enfrentar a desigualdade social de forma abrangente. Além de expandir o acesso à educação e à renda, é essencial desenvolver políticas que garantam oportunidades econômicas sustentáveis, promovam a qualificação profissional e combatam a concentração de riqueza, especialmente em regiões historicamente marginalizadas.

A escolha de Ibiassucê como objeto de estudo justifica-se pela importância de compreender as particularidades socioeconômicas e socioterritoriais de um município com pouco mais de dez mil habitantes, que espelha desafios enfrentados por muitos outros do Nordeste brasileiro. Além disso, a pesquisa busca enriquecer o conhecimento acadêmico sobre o conceito das relações socioterritoriais, sublinhando a relevância de uma análise localizada e contextualizada para a compreensão aprofundada das desigualdades sociais dentro do território de Ibiassucê, Bahia.

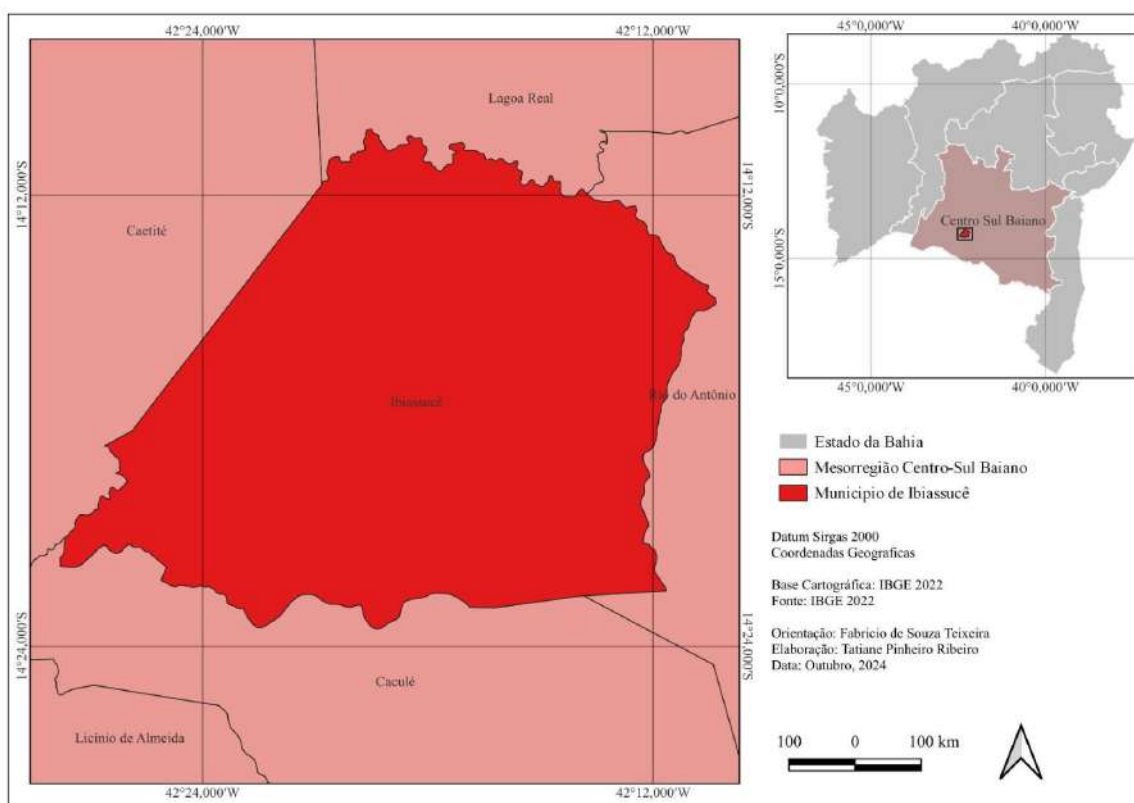
Mediante o exposto, o problema de pesquisa questiona: Como o acesso à renda influencia as relações socioterritoriais no município de Ibiassucê, Bahia? Uma

vez que, considera-se a relevância em entender os fatores históricos de aquisição à renda neste campo de estudo, se relacionando com os aspectos geográficos, tais como: localização, infraestrutura, clima, relevo, política, recursos hídricos, entre outros, que influenciam diretamente na economia municipal.

O princípio norteador da pesquisa aponta que a maior parte da população de Ibiassucê (BA) atualmente não possui acesso à renda de maneira efetiva, já que muitos empregos não registram as carteiras dos trabalhadores. Em outra perspectiva, a pesquisa revela que parte da população é contratada pela prefeitura e outra parte são trabalhadores rurais que possuem sua renda suplementada com programas e benefícios socioassistenciais.

Com uma população de 10.443 habitantes conforme o último censo (2022), o município de Ibiassucê-BA, localiza-se na mesorregião do Centro Sul baiano e faz parte microrregião de Guanambi, de acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2023). Ibiassucê faz fronteira municipal com: Caetité, cuja sede está distante a 44,5 km a oeste; Lagoa Real, a 51,3 km ao norte; Rio do Antônio, a leste, a 34,6 km e Caculé, ao sul, a 28,2 km.

Mapa 1 - Localização de Ibiassucê na Região do Centro-sul Baiano



Fonte: Ribeiro, Tatiane Pinheiro (2024)

Tendo em vista estas características da formação territorial, busca-se conhecer os determinantes políticos, socioterritoriais, econômicos e socioespaciais que influenciam o modo e as condições de vida da população de Ibiassucê desde o processo de consolidação enquanto município. Através de um parâmetro de análise das políticas públicas, sobretudo as socioassistenciais¹, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a estrutura produtiva e as dinâmicas territoriais decorrentes da produção e distribuição.

O principal objetivo está ligado ao processo de constituição e acesso à renda da população de Ibiassucê (BA), mediante a análise das relações socioterritoriais no município. Além de buscar entender quais são os determinantes políticos, socioterritoriais, econômicos e socioespaciais que estão relacionados ao modo e às condições de vida da população de Ibiassucê, visando contribuir para a ampliação do acesso e garantia destas populações aos seus direitos enquanto cidadãos.

Se fundamenta também no objetivo de traçar o perfil socioeconômico da população do município a partir dos dados do SUAS (2021) e dados do IBGE 2022, analisando o Índice de Desenvolvimento da Família - IDF para a diferenciação dos territórios com maior problema de acesso à renda. Verificando a distribuição espacial do IDF no município de Ibiassucê (BA), para identificar as áreas de maior e menor desenvolvimento econômico, acesso a renda, acesso ao trabalho e maiores vulnerabilidades.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foi elaborado um percurso metodológico em que inicialmente, realizou-se um levantamento teórico-bibliográfico com autores que abordam sobre distribuição econômica, pobreza, políticas públicas, entre outros fenômenos inerentes à dinâmica socioterritorial, a citar: Demo (2003), Estivill (2003), Lima (2014) entre outros. Cabe aqui destacar que a pesquisa desenvolveu-se através da perspectiva da ciência geográfica, tendo como base o território e o espaço enquanto categorias de análise, visto que o estudo fundamenta-se no processo de territorialização e da produção do espaço no município.

As contribuições sobre território e espaço para a pesquisa, versa sobre o aporte teórico dos autores Raffestin (1993), Fernandes (2009,2012), Haesbaert

¹ Políticas socioassistenciais são um conjunto de ações, programas, serviços e benefícios públicos voltados para garantir proteção social a pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade ou risco social.

(2006, 2009), Santos (1978, 1994, 1996, 1997, 2000, 2001), entre outros, com o intuito de entender o conceito de território e espaço em uma análise relacional como uma categoria geográfica.

Foi feita uma pesquisa documental relacionada à distribuição socioterritorial da população do Brasil, do Nordeste e do município de Ibiassucê-Bahia. Neste contexto utilizou-se de dados secundários sobre o tema, com o objetivo de compreender a dinâmica socioterritorial da população de Ibiassucê no que diz respeito ao acesso à renda, moradia e composição familiar. Para tanto, foi necessário buscar informações provenientes da base de dados abertos, secundários e públicos do Cadastro Único, documentos institucionais disponibilizados no Diário Oficial do município, pesquisas bibliográficas e relatórios contendo dados públicos em sites oficiais do governo.

Para compreender a economia municipal de Ibiassucê, foram coletados dados secundários e públicos de fontes confiáveis. Para isso, utilizou-se importantes sistemas, tais como o IBGE, Portal Gov, Dataprev, Vis Data, Cecad, Sibec, entre outros. Foi estudado o Plano Municipal de Assistência Social - 2022/2025 (PMAS 2021), os Relatórios Anuais de Gestão (RAG) da Secretaria municipal de Assistência Social (2022 e 2023), site da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) que fornecerão informações relevantes para a compreensão do contexto socioeconômico da região. Com o auxílio dessas fontes de dados, conseguiu-se obter uma visão abrangente e fundamentada da situação econômica em Ibiassucê (BA) e demais realidades presentes.

Para o embasamento da pesquisa, foi realizado o trabalho de campo, que segundo Serpa (2006, p. 09), “através do trabalho de campo em Geografia, as diversas possibilidades de recortar, analisar e conceituar o espaço, de acordo com as questões, metas e objetivos definidos pelo sujeito que pesquisa”. Com o intuito de atingir este objetivo, foram elaborados e aplicados quarenta questionários com participantes que compõem a faixa etária entre 18 e 59 anos. As questões presentes no questionário tiveram o propósito de verificar o perfil socio, bem como as fontes de renda dessa população, abrangendo os quatro setores de amostragem designados como Setor 01, Setor 02, Setor 03 e Setor 10. Essa divisão territorial segue o delineamento estabelecido no PMAS (2021) de Ibiassucê, Bahia.

Elaborou-se roteiros de entrevistas semiestruturadas, direcionadas a três sujeitos representativos de diferentes segmentos no contexto socioeconômico de Ibiassucê - BA. Sendo eles: a Secretária Municipal de Assistência Social com o objetivo de compreender o funcionamento do acesso à renda para os benefícios e programas, serviços e projetos socioassistenciais presentes no município. Além disso, o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, para obter informações sobre o processo de provisão de renda das pessoas que trabalham para a prefeitura. Por fim, um representante dos empresários do setor privado com o intuito de elucidar o quadro dos ocupados com carteira de trabalho assinada no setor privado em Ibiassucê (BA).

A análise das perspectivas desses três sujeitos possibilita uma compreensão abrangente do panorama socioeconômico relacionado ao acesso à renda no município estudado. Neste mesmo contexto, realizou-se uma entrevista com uma representante da associação de moradores para compreender a realidade do acesso à renda no contexto da agricultura familiar e pessoas agricultoras.

Foram entrevistados informalmente 2 representantes de duas indústrias de transformação que se destacam no setor ceramista, o proprietário da Cerâmica 4M, e um funcionário da Cerâmica São João, essas duas indústrias compõem o total das 10 cerâmicas locais. Outros dois representantes de Agroindústrias que compõem as localidades rurais e trabalham com o associativismo comunitário em áreas rurais, foram consultados, sendo um representante da Associação do Careta e outro da Associação do Capoeirão.

A análise dos dados do PMAS (2021) e do RAG (2022 e 2023) revela o quanto desigual é o território de Ibiassucê. Constata-se uma alta taxa de inscrição no Cadastro Único do Governo Federal, com 78% da população inscrita no CadÚnico. Esses dados indicam a forte dependência da população de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, além dos Benefícios Eventuais que foram concedidos 1.593 benefícios a 315 famílias, totalizando 4.077 pessoas. Essa realidade evidencia a fragilidade do mercado de trabalho local e a dificuldade da população em garantir uma renda suficiente para suprir suas necessidades básicas.

Os dados do PMAS (2021) também mostram a predominância de atividades informais e temporárias no mercado de trabalho de Ibiassucê. A agricultura familiar, principal atividade econômica do município, é marcada pela baixa produtividade e

pela falta de acesso a tecnologias e investimentos, além das questões climáticas que contribuem para a baixa produtividade. Uma situação que limita a geração de renda no campo e contribui para a perpetuação de um ciclo de pobreza.

A pesquisa de campo, realizada em quatro setores do município, corrobora as informações dos documentos oficiais. A maioria dos entrevistados (75%) reside na zona rural, dependendo de atividades agropecuárias e trabalhos informais. A análise do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) por setor revela que as localidades mais distantes da sede do município, como é o caso da comunidade Juazeiro (Setor 9), apresentam os menores índices de desenvolvimento, especialmente nas dimensões "Acesso ao Trabalho" e "Disponibilidade de Recursos". Essa disparidade espacial evidencia a influência da localização geográfica no acesso à renda.

Os dados da pesquisa apontam para um cenário de desigualdade socioterritorial em Ibiassucê, com impacto direto no acesso à renda da população. A dependência de programas sociais, a informalidade no mercado de trabalho, a baixa produtividade da agricultura familiar e as disparidades entre os setores do município são fatores que demandam atenção e ações estratégicas para a promoção de um desenvolvimento local com menos assimetrias. A análise detalhada dos questionários e das entrevistas, permitiu-nos aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas socioeconômicas e as relações socioterritoriais que influenciam o acesso à renda em Ibiassucê.

Todos os dados e informações compilados neste processo metodológico descrito aqui, estão compondo o texto dissertativo, que encontra-se organizado da seguinte forma: a Primeira Seção introduz a problemática da pesquisa, contextualizando a importância do acesso à renda em Ibiassucê, e delineia os objetivos e a metodologia do estudo. As Seções seguintes aprofundam a análise, explorando os conceitos de espaço e território na Geografia (Seção 2), as relações entre desigualdade, pobreza e vulnerabilidade socioespacial, com foco no contexto brasileiro e nordestino, sobretudo na realidade de Ibiassucê (Seção 3), e a caracterização socioterritorial de Ibiassucê, abordando seus aspectos históricos, geográficos, sociais, econômicos e demográficos (Seção 4).

Esta pesquisa, já finalizada, concentrou a análise dos dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, realizada por meio da aplicação de questionários e de entrevistas semiestruturadas. O estudo buscou

responder à questão norteadora da investigação: como as relações socioterritoriais influenciam o acesso à renda no município de Ibiassucê? Nesse contexto, os dados foram sistematizados, analisados e interpretados à luz das contribuições teóricas dos autores discutidos nos parágrafos anteriores desta introdução. Desse modo, a análise realizada contribui para a compreensão da complexa dinâmica entre a distribuição de renda e as características socioterritoriais do município.

2 ESPAÇO E TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA DO PONTO DE VISTA RELACIONAL

As categorias de espaço e território são fundamentais para a Geografia, especialmente quando analisadas sob uma perspectiva relacional. Ao longo da história da Geografia, diferentes escolas de pensamento abordaram essas categorias, moldando suas definições e implicações.

Rocha (2008) destaca a importância do espaço e do território como categorias norteadoras da análise geográfica, cujas características epistemológicas se reestruturam em função das transformações humanas. O autor percorre diferentes escolas de pensamento geográfico, desde a Geografia Tradicional até a Geografia Crítica e a Humanista, demonstrando como a concepção de espaço evoluiu ao longo do tempo.

A Geografia Tradicional, influenciada pelo positivismo e pelas ideias de Kant, via o espaço como um receptáculo absoluto, imutável, um palco para os fenômenos geográficos. Essa visão foi desafiada pela Geografia Quantitativa, que introduziu o conceito de espaço relativo, considerando as relações entre os objetos dispostos no espaço. No entanto, essa perspectiva ainda se baseava em um modelo simplificado, desconsiderando as contradições sociais.

Para Kant o espaço é condição essencial para a existência dos objetos que o compõe. Não sendo possível a existência destes objetos, constituídos por elementos naturais e humanos, na exterioridade deste mesmo espaço, que é a priori infinito. Portanto, universo em que vivemos é um grande cenário, a Geografia seria a ciência que o descreve. O espaço absoluto é o espaço receptáculo, é o espaço como a representação que não se transforma, é imutável, tornando-se elemento preponderante para a Geografia tradicional, hegemônica durante quase a maior parte do século XX. (Rocha, 2008, p.132)

Essa concepção de espaço foi predominante na Geografia Tradicional durante grande parte do século XX. A Geografia Crítica, com base no marxismo, rompeu com a ideia de um espaço neutro e passou a enxergá-lo como um produto social, moldado pelas relações de poder e pelos interesses de classe. Autores como Lefebvre(1986) e Castells(1979) reforçaram a importância de analisar o espaço como um reflexo da sociedade, influenciado pela ação humana e pelas contradições inerentes ao sistema capitalista. Dessa forma, a Geografia Crítica além de questionar a visão tradicional do espaço, também trouxe à tona debates sobre sua

natureza social e sua relação com as estruturas de poder. Nesse sentido, Rocha (2008, p.130) destaca que:

Estabelecendo-se como contraponto da Geografia Teorética, tanto quanto da Geografia Tradicional, ambas alicerçadas no Positivismo, a Geografia Crítica marxista surge entre os anos 1960 e a década de 1970, estabelecendo novos paradigmas. A questão da ausência da análise espacial e o significado do espaço motivaram debates entre geógrafos por todo este período. Segundo Côrrea op. cit., para Harvey (1975) a espacialidade foi negligenciada pela teoria marxiana, enquanto que para Soja (1993) o espaço foi trabalhado como receptáculo, conceituação muito próxima dos modelos praticados pelas ciências burguesas. A efetivação do espaço como categoria espacial surge nos trabalhos de Henri Lefebvre apud Côrrea op.cit., estabelecendo-o com o espaço social, em estreita correlação com a sociedade. O espaço para este autor é concebido como o locus da reprodução da sociedade. (Rocha, 2008, p.130)

A Geografia Crítica, portanto, rompeu com a visão do espaço como um palco neutro e imutável, passando a analisá-lo como um espaço social dinâmico e relacional, moldado pelas contradições, conflitos e relações de poder presentes na sociedade. Essa nova perspectiva abriu caminho para uma compreensão mais crítica e abrangente das relações entre a sociedade e o espaço que ela produz e habita.

Milton Santos, geógrafo brasileiro de grande relevância para o estudo das categorias geográficas, aprofunda a discussão sobre o espaço, definindo-o como uma realidade relacional, indissociável da sociedade e da natureza, mediatizada pelo trabalho. Para ele, o espaço é um conjunto dinâmico de formas, que abriga frações da sociedade em constante movimento.

Milton Santos coloca através desta conceituação, a importância da natureza e da sociedade na constituição espacial. O antigo paradigma geográfico ressurgiu. O espaço seria o movimento das relações entre a concretude física do planeta e a humanidade. A mediatização realizada pelo trabalho produz a construção do espaço que se vislumbraria como um conjunto indissociável de objetos geográficos, naturais e sociais, com a sociedade em movimento. O espaço seria um conjunto de formas, contendo frações da própria sociedade que se movimenta (Rocha, 2008, p.131).

Assim como o espaço, o conceito de território também passou por diferentes interpretações ao longo da história da Geografia. O geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), um dos precursores da Geografia Política, definiu o território como uma porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, sendo a propriedade um elemento central nessa definição. Essa visão se aproximava do

positivismo e da perspectiva naturalista, que entendia o território como uma área de domínio e controle, em que os Estados, assim como os organismos vivos, necessitavam expandir-se para garantir sua sobrevivência e desenvolvimento. Segundo Rocha (2008).

O posicionamento de Ratzel sobre o espaço implica em uma clara aproximação das tendências positivistas, preponderantes no cenário das Ciências Sociais no último quartel do século XIX. Sua concepção de espaço era herdeira das tradições newtonianas e kantianas do século XVIII. O espaço absoluto, receptáculo, suporte de todo o desenvolvimento da natureza e da sociedade, constituía-se em seu alicerce teórico básico. Paralelamente, o território era visualizado com uma conotação de domínio, de controle de uma determinada área. Seus pressupostos vinculavam-se novamente ao Positivismo quando enxergava nas Ciências Naturais, o modelo a ser adotado, como método científico que abordaria questões sociais. (Rocha, 2008, p.136)

Essa concepção, como a citação menciona, se aproxima do positivismo e da perspectiva naturalista, pois entende o território como uma extensão do espaço absoluto, no qual a relação de propriedade e controle sobre uma determinada área era vista como um fenômeno natural e necessário para o desenvolvimento dos Estados. Além disso, influenciou o desenvolvimento da Geografia Política Clássica, que se concentrava no Estado como o único ator com poder de controlar o território. Raffestin (1993), por outro lado, critica essa visão estatal, argumentando que o poder se manifesta em múltiplas dimensões, envolvendo diferentes atores sociais com suas próprias finalidades e estratégias. Rocha (2008) vem dizer que:

Por outro lado, Raffestin (1993) produz uma crítica a Geografia Política, definindo-a como uma Geografia estatal, desenvolvida por Ratzel, que considerava o Estado como única organização dotada de poder político, capaz de se estabelecer no espaço, construindo uma determinada territorialidade. A Geografia Política idealizada por Raffestin evidenciada em seu trabalho “Por uma Geografia do poder” indica a existência de várias dimensões de poder, produto das mais diferentes ações humanas. Desta forma, a Geografia deve estabelecer instrumentos que viabilizem o desvendamento das inúmeras relações políticas, mascaradas sob a égide da sociedade de acumulação capitalista. Na Geografia Política Clássica o Estado é o ator Privilegiado; na realidade, segundo Raffestin, há uma escala de atores sociais que também são integrantes das relações de poder: atores, política dos atores, finalidade dos atores, estratégia, códigos, componentes espaciais e temporais. Os atores sociais expressam-se através de organizações estatais, políticas, econômicas e religiosas, articulando-se no interior do processo capitalista. Toda relação é instrumento do poder, estabelecendo-se como um processo de troca e de comunicação. As forças que dispõe os parceiros relacionais criam o campo de poder (Rocha, 2008, p.137).

Raffestin (1993) argumenta que a visão de Ratzel, que coloca o Estado como único detentor do poder político e o território como uma extensão desse poder, é limitada e ignora a complexidade das relações de poder na sociedade. Haesbaert (2004) amplia essa discussão, destacando a dupla conotação do território, tanto material quanto simbólica. Ele argumenta que o território além de envolver a dominação e controle, também apropriação e identificação, e que diferentes territorialidades podem coexistir em um mesmo espaço geográfico, sobrepostas ou paralelas.

Território para Haesbaert teria dois significados. O primeiro estaria relacionado à questão própria do poder político e, a outra, ligar-se-ia ao sentido de dominação, consequentemente de apropriação. Apropriar-se de um determinado espaço seria vivê-lo, construí-lo, relacionando-o com a questão do “sentir”. Surge a questão da multiplicidade do território, em um determinado espaço geográfico. A lógica do território eminente político, estaria sujeito a unifuncionalidade. Ao contrário, dentro de um mesmo espaço geográfico podem coexistir territorialidades diferentes, sobrepostas ou paralelas. Os territórios estão acoplados aos sujeitos, que lá vivem e que são condicionados pelo poder ou o reproduzem continuamente (Rocha, 2008, p.138 e 139).

Haesbaert argumenta que o território, desde sua origem etimológica, carrega a marca da dominação e do controle, aspectos relacionados à sua dimensão material. Essa dominação, muitas vezes, se manifesta através do medo e da exclusão daqueles que não detêm o poder sobre o território. O geógrafo e teórico americano Robert Sack corrobora essa visão, reconhecendo as dimensões política e simbólica do território, e a importância da territorialidade na criação e manutenção da ordem e do significado do espaço.

Sack, op. cit., trabalha o território através de duas dimensões: a política, de dominação espacial, e a dimensão simbólica, que efetua a percepção do lugar. Sack efetua uma leitura integradora de todas as vertentes possíveis em relação ao significado das diversas territorialidades existente no espaço (Rocha, 2008, p.139).

Milton Santos também contribui para a discussão sobre o território, destacando a influência dos eventos na sua formação. Ele argumenta que a disputa pelo espaço e pelo controle do poder molda a territorialidade, criando diferentes configurações espaciais ao longo do tempo. O autor acrescenta que:

Contribuindo novamente com a discussão sobre a conceituação categorias geográficas Milton Santos op. cit., (2002) coloca o evento como um veículo de uma determinada possibilidade. O mundo é um conjunto expressivo de inúmeras possibilidades, que podem ou não

serem concretizadas. A atuação do homem pode ou não materializá-las dentro de um espaço material específico. O lugar é o depositário final dos eventos. Estes também podem ser identificados como trajetos que as possibilidades produzem até se instalarem em uma determinada organização espacial. Consequentemente, o evento trabalha com o tempo e o espaço, em escalas geográficas diferentes. Constituem os criadores do tempo, definidos em espaços específicos. Os eventos adaptam-se através de escalas diferentes, definindo parâmetros de formação territorial do espaço. Os arranjos dos eventos em escalas distintas constituem os formadores da territorialidade, que se transforma como resultado da disputa pelo espaço e o respectivo controle do poder. (Rocha, 2008, p.138)

Para Santos (1996), os eventos são as forças motrizes que impulsionam a transformação do espaço e a produção da territorialidade. Eles representam as diversas possibilidades de ação e interação entre o homem e o meio, que podem se concretizar ou não em um determinado lugar e tempo.

De maneira breve, foi apresentada uma visão geral sobre o espaço e o território, destacando a relevância de uma abordagem relacional que reconhece a interdependência entre essas categorias e a influência das relações sociais, do poder e da cultura na sua configuração. Nos próximos subtópicos, será aprofundada essa discussão, explorando detalhadamente o conceito de espaço, o de território e sua relacionalidade dinâmica, essencial para a análise da realidade geográfica estudada.

2.1 Análise das perspectivas teóricas na geografia para compreender o conceito de espaço

Milton Santos em sua obra "Por uma geografia nova" (1978), posiciona o conceito de espaço como elemento central de sua abordagem. Para Santos, o espaço representa um conjunto complexo de forma que simboliza as relações sociais tanto do passado quanto do presente. Segundo (Santos, p.122) "o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares".

Segundo o autor, o espaço é muito mais do que uma mera extensão territorial. Ele é um reflexo das interações e dinâmicas que ocorrem entre as pessoas e os lugares ao longo do tempo. É por meio dessas relações sociais que o espaço adquire significado e se torna carregado de simbolismo.

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado

de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (Santos, 1978, p. 171)

Com isso, percebe-se a importância de compreender o espaço como resultado das práticas coletivas, das relações de poder e das dinâmicas sociais. Ao refletir sobre como a distribuição espacial de recursos, oportunidades e privilégios refletem e reproduzem as desigualdades sociais. Reconhecendo essa relação intrínseca, pode-se buscar uma Geografia mais justa e equitativa, onde o espaço seja mais inclusivo e acessível a todos. Ainda na mesma obra, Santos (1978) evidencia o espaço como um reflexo social e como um fator social, denominado por ele como instância da sociedade, quando diz que:

[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (Santos, 1978, p. 145).

Portanto, indica a compreensão do espaço como uma arena complexa, em que ocorrem interações entre diferentes agentes e forças sociais. Reconhecendo a autonomia relativa do espaço ajuda entender como ele desempenha um papel ativo na configuração e na reprodução das relações sociais, ao mesmo tempo em que é influenciado por elas. O texto destaca a distinção entre espaço social e espaço geográfico. O espaço social é descrito como o espaço humano, o lugar onde as pessoas vivem e trabalham, caracterizados por uma natureza dinâmica e sem definições fixas. Por outro lado, o espaço geográfico é organizado pelo homem que vive em sociedade, sendo produzido historicamente como um local de reprodução social.

Diante da discussão que o espaço é anterior ao território, Santos (1996) apresenta que a produção do espaço é fortemente influenciada pela lógica da contradição, que determina a forma como aquilo que é produzido é apropriado. Nessa perspectiva, o espaço é resultante dos movimentos sociais que estão imersos na estrutura de reprodução contraditória do capitalismo. Esse sistema, que molda a organização da sociedade, se organiza para se reproduzir, o que, por sua vez, resulta na produção do espaço. Santos (1996) destaca que:

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A

forma de vida do homem é o processo de criação do espaço (Santos, 1996, p. 88).

Para Fernandes (2008, p. 26) o espaço geográfico contém todos os tipos de espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. O autor afirma que, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento.

Nesse contexto podemos dizer que o espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da competitividade. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da composicionalidade, em que as dimensões são igualmente espaços completos e completivos. (Fernandes, 2008, p.26).

O espaço é um produto resultante desses movimentos sociais, ela destaca como a interação e organização das pessoas no sistema capitalista influenciam diretamente a configuração e produção do espaço geográfico. A menção à "reprodução contraditória do capitalismo" aponta para conflitos e tensões inerentes a esse sistema, refletidos no espaço como estrutura de lutas de classes, desigualdades sociais e disputas por recursos.

A categoria de espaço é fundamental para a Geografia, pois se constitui como a base material sobre a qual a vida social se desenvolve e se transforma. O espaço geográfico desempenha um papel ativo e dinâmico, interagindo dialeticamente com a sociedade, ao mesmo tempo em que influencia e é influenciado pelas relações sociais, pelas ações humanas e pelas dinâmicas econômicas. Para compreender a categoria de espaço na Geografia, é importante analisar a sua produção, entendendo-o como resultado de processos sociais, históricos e econômicos. Carlos (2007) destaca que o espaço geográfico se realiza como condição, meio e produto da reprodução social.

Nesse sentido, espaço e tempo aparecem através da ação humana em sua indissociabilidade, uma ação que se realiza enquanto modo de apropriação. Uma ação que tem por finalidade concretizar a existência humana enquanto processo de reprodução da vida, pela mediação do processo de apropriação do mundo. Trata-se de um processo que ocorre revelando, de um lado, persistência e preservação (dos lugares e modos de vida) e, de outro,

dialeticamente, rupturas e transformações. É nesse sentido que o espaço aparece enquanto condição, meio e produto da reprodução social revelando-se numa prática que é socioespacial. (Carlos, 2007, p. 53).

Carlos (2007) apresenta em outras palavras que, o espaço como condição, fornece os recursos e as condições materiais necessárias para a produção e reprodução da sociedade. Como meio, ele é o ambiente de circulação e interação social, no qual ocorrem os fluxos de pessoas, bens, informações e ideias. E como produto, o espaço é o resultado das ações humanas e das relações sociais, sendo constantemente transformado e remodelado pelas dinâmicas sociais.

A produção do espaço geográfico é marcada pela diferenciação socioespacial, que se manifesta na forma de desigualdades e diferenças que refletem as relações de poder e as dinâmicas sociais. Essa diferenciação se expressa segundo Carlos (2007) em escalas geográficas heterogêneas, desde o nível local até o global, revelando a complexidade das relações entre o global e o local na produção do espaço.

A estes níveis se superpõe a análise, de modo articulado, de três escalas: o espaço mundial (1), que aponta a direção, a virtualidade do processo de reprodução contínuo, onde o mundial, não como produto da hierarquia entre essas escalas, mas como interação, invade e se realiza no plano do local (2). Como aponta Milton Santos (1996, p. 271), a globalização é uma metáfora que ganha existência no plano do lugar. "É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o mundo depende de virtualidades do lugar". No plano intermediário de mediação entre o local e o mundo (3), encontramos a metrópole. Esse processo revela, como apontado acima, a contradição entre espaços integrados e desintegrados ao capital mundial, centro e periferia. Na compreensão da justaposição desses três níveis e escalas está, a meu ver, o cerne do debate sobre os processos de diferenciação socioespacial colocando no centro a idéia de "reprodução da sociedade como reprodução espacial".(Carlos, 2007, p. 56).

É importante ressaltar que essa diferenciação não é aleatória, mas sim um reflexo das relações de poder e das dinâmicas sociais que moldam o espaço. Como apontado por Carlos (2007), a desigualdade é imanente à produção espacial, sendo tanto seu pressuposto quanto seu produto. E nesse ínterim, compreender essa complexidade é essencial para a análise geográfica do espaço, permitindo uma interpretação crítica e aprofundada das desigualdades e diferenças que o

caracterizam. No nível econômico, a diferenciação socioespacial se manifesta na forma de concentração de capital, infraestrutura e mercado de trabalho em determinadas áreas, enquanto outras áreas são marginalizadas e excluídas dos benefícios do desenvolvimento.

Há dois aspectos interdependentes do crescimento capitalista que estão na base da análise da aglomeração espacial: a necessidade de reprodução ampliada do capital e a crescente especialização decorrente do aprofundamento da divisão social, técnica e espacial do trabalho que exige novas condições espaciais para sua realização. (Carlos, 2007, p. 52)

Para a Geografia, compreender a categoria de espaço implica analisar a sua produção e as suas diferentes dimensões, reconhecendo o espaço como um produto social, histórico, dinâmico e multifacetado. É fundamental analisar as relações de poder, as dinâmicas sociais, os aspectos simbólicos e a influência dos eventos na produção e transformação do espaço, buscando construir uma análise geográfica crítica e comprometida com a transformação social.

A diferenciação socioespacial, intrinsecamente ligada à distribuição desigual de renda, materializa-se no espaço por meio da segregação, da qualidade da moradia e do acesso a serviços e infraestrutura. Áreas com maior concentração de renda tendem a apresentar melhores condições de vida, enquanto áreas com baixa renda frequentemente sofrem com a precariedade de serviços básicos, como saneamento, saúde e educação. Castells (1979) apud Rocha (2008) destaca que:

O espaço não é um 'reflexo da sociedade', ele é a sociedade. (...) Portanto, as formas espaciais, pelo menos em nosso planeta, hão de ser produzidas, como o são todos os objetos, pela ação humana. Hão de expressar e executar os interesses da classe dominante, de acordo com um dado modo de produção e com um modo específico de desenvolvimento. Hão de expressar e implementar as relações de poder do Estado numa sociedade historicamente definida... Ao mesmo tempo, as formas espaciais serão marcadas pela resistência das classes exploradas, dos sujeitos oprimidos e das mulheres dominadas. E a ação deste processo histórico tão contraditório sobre o espaço será exercida numa forma espacial já herdada, produto da história anterior e sustentáculo de novos interesses, projetos, protestos e sonhos. Finalmente, de quando em quando, surgirão movimentos sociais para questionar o sentido da estrutura espacial, por conseguinte, tentar novas funções e novas formas (Castells, 1979 apud Rocha, 2008, p.13)

O acesso à renda, portanto, influencia diretamente a forma como os indivíduos e grupos sociais se apropriam do espaço e exercem sua cidadania. A renda, enquanto expressão do valor do trabalho no sistema capitalista determina o

poder de compra dos indivíduos, afetando suas escolhas residenciais, seu acesso a oportunidades e sua mobilidade espacial. A segregação socioespacial, impulsionada pelas disparidades de renda, resulta na fragmentação do espaço, criando paisagens marcadas pela exclusão e pela desigualdade. Essa fragmentação limita as interações sociais, restringe o acesso a oportunidades e perpetua círculos de pobreza e marginalização. A autora Carlos (2008), salienta que:

[...] envolve, também, a ação dos promotores imobiliários, das estratégias do sistema financeiro e aquelas da gestão política, às vezes de modo conflitante, em outros momentos, de forma convergente de modo a orientar e reorganizar o processo de reprodução espacial através da realização da divisão socioespacial do trabalho, promovendo especializações de áreas, hierarquizando lugares e fragmentando os espaços vendidos e comprados no mercado (como mediação necessária). Do ponto de vista da lógica do capital, trata-se de produzir um espaço onde o sentido da homogeneidade pode ser constatado pelo movimento que torna o espaço, potencialmente, mercadoria intercambiável.(Carlos, 2007, p. 52).

Nesse contexto, áreas são hierarquizadas e especializadas, gerando espaços homogêneos destinados a uma lógica de mercadoria. A segregação limita o acesso e as oportunidades, consolidando desigualdades e dificultando a mobilidade social. Com essas discussões é possível clarear o estudo sobre a importância de considerar o espaço geográfico como uma construção ativa e dialética, que resulta das interações sociais, econômicas e políticas ao longo do tempo. Essa perspectiva permite uma compreensão crítica da produção e reprodução das desigualdades, já que o espaço se revela como reflexo das relações de poder.

No próximo tópico será analisado o território, categoria que envolve múltiplas interpretações na Geografia. Inicialmente visto como base do Estado-nação, o território evolui para englobar dimensões sociais, econômicas e culturais, destacando-se, assim, como um componente fundamental na compreensão das dinâmicas espaciais da atualidade.

2.2 O território em estudo: múltiplas concepções e perspectivas na geografia

A evolução do conceito de território ao longo do tempo reflete as mudanças nas perspectivas da Geografia e da sociedade. Santos (1988) destaca que na década de 1970, era definido em relação ao Estado, sendo entendido como a base e

fundamento do Estado-nação. No entanto, nas décadas seguintes, surgiram novas abordagens que ampliaram a compreensão do território.

O território a cada momento foi organizando-se de maneira diversa, muitas reorganizações do espaço se deram e continuam acontecendo, atendendo aos reclamos da produção da qual é arcabouço. Merecem destaque especial as transformações ocorridas a partir de meados deste século [XX]. (Santos, 1988, p. 17)

Na década de 1980, Santos (1985) introduz a noção de território como palco das atividades moldadas pela herança cultural de uma sociedade. A visão do território passa a ser flexível, deixando de ser algo fixo e imutável, pois agora é compreendido em conexão com o espaço global. Santos (1988) reflete sobre o contexto histórico, em que o território assume especializações e novos papéis, e os seus componentes (os lugares) ganham uma nova valorização. Essa dinâmica evidencia que o território é constantemente ressignificado, assumindo múltiplas funções e significados a partir das relações sociais e econômicas que nele se estabelecem. Nesse sentido, Santos (2008) aprofunda essa reflexão ao discutir a "esquizofrenia do território", ressaltando como os lugares podem simultaneamente reproduzir a lógica dominante e possibilitar a emergência de novas formas de vida.

O território não é um dado neutro nem um ator passivo. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência. (Santos, 2008, p. 80)

Na década de 1980, o território passou a ser visto como a configuração dos objetos na paisagem. Essa perspectiva destaca a importância da organização espacial dos elementos territoriais. Já nos anos 1990, o território adquiriu uma vertente mais ampla, sendo compreendido como o território usado, multiescalar e foco de uma Geografia em Transição. Nesse contexto, é possível perceber como cada fração do território adquire características específicas, determinadas pelos atores hegemônicos, como bem afirma Santos (1994, p. 24):

Cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico (Santos, 1994, p. 24).

Observa-se que o território, ao ser impactado pelo processo de racionalização da sociedade, assume um papel central como instrumento essencial a seu serviço.

Segundo Santos (1993), o território usado vai além da concepção de território como fundamento do Estado-nação. Ele se refere ao conjunto de objetos e ações que compõem o espaço humano habitado, englobando novos recortes territoriais, como lugares contíguos e lugares em rede. Esse entendimento reforça a ideia de que o território, enquanto espaço utilizado, é caracterizado por suas múltiplas dimensões e funções, como destaca Santos (1998).

É oportuno associar este espaço (social) com o que se denominará de território usado, que compõe “nosso quadro de vida” e isso inclui não apenas as formas, mas os “objetos e ações, [sendo] sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1998, p. 15-16).

O território usado é considerado uma categoria de análise que abrange diversas dimensões da vida social, como trabalho, moradia, trocas materiais e sociais. Além da abordagem política e econômica, Santos (1999) também destaca outros aspectos na análise do território, como as escalas, a relação global-local, as atividades econômicas e as infraestruturas. Ele enfatiza a importância de considerar a perspectiva multiescalar do território, que engloba tanto horizontalidades (contiguidade entre lugares vizinhos) quanto verticalidades (conexões entre lugares distantes por meio de redes sociais e processos). Para Santos 1999:

Apenas os atores hegemônicos se servem de todas as redes e se utilizam de todos os territórios. Mas o espaço reticular é o de sua eleição. Eis por que os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia mais modernos criados em cada país são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional (Santos, 1999, p 15).

Santos ressalta a desigualdade de acesso e controle dos territórios e redes, afirmando que apenas os atores hegemônicos se beneficiam de todas as oportunidades. Isso resulta na transformação dos territórios nacionais em espaços voltados para a economia internacional, com as empresas transnacionais se aproveitando dos recursos e sistemas mais avançados. “O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”.(Santos, 1996, p.71).

Essa observação crítica destaca a concentração de poder nas mãos das elites e a exploração das comunidades locais em benefício dos grandes grupos empresariais. Chama-se atenção para a necessidade de repensar as relações de poder e buscar uma distribuição mais equitativa dos benefícios e oportunidades dos

territórios. Pedon (2013) destaca a ação do capitalismo monopolista na busca pela valorização do capital, resultando em uma territorialidade excludente e produtora de desigualdades.

O caráter monopolista do capitalismo atua nesses espaços de forma incisiva na busca pela valorização do capital; essa territorialidade é ao mesmo tempo monopolizadora (sem ser totalizadora) e produtora de desigualdades." (Pedon, 2013, p.70).

Essa passagem evidencia a crítica à concentração de poder nas mãos dos grandes grupos empresariais, que se apropriam dos recursos e sistemas mais avançados para maximizar seus lucros, relegando as comunidades locais a uma posição de subalternidade. Em cidades de pequeno porte, como é o caso de Ibiassucê, esse processo se torna ainda mais visível, à medida que a presença desses grupos podem moldar a dinâmica local, muitas vezes em detrimento das necessidades da população e das iniciativas locais. Esse cenário demonstra como os espaços, mesmo em áreas menores, são influenciados por estruturas de poder que se aproveitam das especificidades do território para fortalecer suas posições. Haesbaert (2004) aborda sobre o assunto, quando diz que:

[...] o território relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial de poder resulta da interação diferenciada entre múltiplas dimensões deste poder, desde sua natureza estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. (Haesbaert, 2004, p.93)

Assim, o território emerge como uma construção social multifacetada, resultado da articulação entre diferentes formas de poder e suas influências interdependentes que segundo Fernandes (2009).

As disputas territoriais são, portanto, de significação das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais. O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais.(Fernandes, 2009, p.200)

Fernandes (2009) aponta que as disputas territoriais vão além de questões físicas ou administrativas, refletindo significações de relações sociais e estratégias de controle exercidas por diferentes classes sociais. A noção de território como espaço de governança é criticada por seu potencial de ocultar desigualdades,

favorecendo a perpetuação de relações de subalternidade. Ainda na discussão através do território, Haesbaert (2006) analisa essa categoria como parte de uma totalidade concreta, ao tempo que a “ideia de território como um híbrido, seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade, em suas esferas: econômica, política e cultural.” (Haesbaert, 2006. p.77).

O território não é apenas um local geográfico ou uma área definida, mas também é moldado pelas relações que as pessoas estabelecem com ele e entre si. Em outras palavras, as interações humanas, as redes sociais, as relações econômicas e culturais são fundamentais na constituição do território. Como apontam Vale, Saquet e Santos (2005), na análise das relações que estruturam o território, é essencial perceber que ele transcende as simples interações sociais, refletindo tanto a materialidade das formas quanto os processos de poder e controle que nele se manifestam.

O território não é somente relações sociais; simultaneamente, significa também a materialidade das formas espaciais dos processos sociais de dominação e controle; é fluxo, conexão e enraizamento. O território é efetivado quando ocorre a manifestação e se exerce qualquer tipo de poder, de relações sociais, pois são estas que consubstanciam o poder e que os homens mantêm entre si na vida cotidiana, concluindo assim que, onde existem homens há relações e, têm-se, ao mesmo tempo, territórios. As relações são o poder e o poder são as relações e são estas que cristalizam o território e as territorialidades plurais (Vale; Saquet; Santos, 2005, p. 16)

Essa concepção revela o território como um espaço de articulação entre relações de poder e materialidade, em que a territorialidade se consolida a partir das interações sociais e dos fluxos dinâmicos que conferem profundidade e significado ao espaço vivido. Além do Estado, outros sujeitos podem ter poder e influência sobre um território. Isso pode incluir outras instituições governamentais, grupos sociais, empresas, organizações não governamentais, entre outros, e em “graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios.” (Raffestin, 1993, p.152). Entendendo multiplicidade de relações de poder no território, uma outra discussão sobre as territorialidades se faz importante, já que é “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (Raffestin, 1993, p. 160).

Para Raffestin, o território se configura como uma manifestação espacial do poder, construído a partir das relações sociais que se projetam no espaço. “É um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. (Raffestin, 1993, p. 144). Essa metáfora da "prisão" ilustra a capacidade do poder de delimitar e controlar o espaço, criando fronteiras que separam o "nós" do "outro". No entanto, o poder que molda o território não se limita ao Estado, abrangendo uma multiplicidade de atores sociais e suas relações. Saquet (2014) apresenta sua perspectiva para dimensão relacional do território que é fundamental.

É uma das formas para compreender e explicar as relações de poder, as identidades, os pertencimentos, as diferenças etc. (...). O território-lugar constitui-se numa relação espaço-tempo em que o povo vive, sente, percebe, aspira, sofre, interage (social, espiritual e naturalmente), coopera, disputa, luta, resiste, degrada, preserva, é extorquido, explorado e subordinado (Saquet, 2014, p. 27)

Nessa perspectiva, Saquet destaca o território como um espaço vivido, experienciado e significado pelos sujeitos. O território se presume em interações sociais, de construção identitária e de disputas de poder, evidenciando a complexidade e a dinamicidade das relações que o conformam. Rogério Haesbaert, geógrafo brasileiro, destaca-se por sua análise crítica e multifacetada do conceito de território. Os principais pontos de sua argumentação, revela uma abordagem que vai além da simples delimitação espacial, incorporando as relações de poder, as dinâmicas sociais e a construção identitária.

Haesbaert compreende o território como um processo dinâmico de dominação e apropriação do espaço. Essa perspectiva, inspirada em Lefebvre, enfatiza que o território se materializa tanto em termos concretos, como a organização do espaço físico e o controle de recursos, quanto em termos simbólicos, através da construção de identidades e da atribuição de significados ao espaço. Segundo Fuini (2017):

Inspirado em Lefebvre (1986), a partir da obra “A produção do espaço”, Haesbaert (1997, 2004) busca dar à territorialização um sentido de dominação e apropriação do espaço que se dá no processo próprio de produção desse espaço, tanto material quanto simbólico. A produção do espaço social se estabelece com o modo de produção, produzindo seu próprio espaço. A apropriação (com o sentido de uso e não propriedade) decorre da relação de um grupo que modifica um espaço natural para servir às suas necessidades e possibilidades, apropriação que também implica “em tempos e

tempos, em ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática” (Lefebvre, 1986, p. 411-412), espaço que pretende dominado e manipulado pelos agentes, tornando-o unifuncional, mas que assim perde o sentido de apropriação que incorpora o tempo vivido. (Fuini, 2017, p.22)

Essa abordagem enfatiza como o domínio funcional do espaço por agentes externos reduz a apropriação genuína, afastando-o das necessidades e ritmos do uso cotidiano e do sentido pleno de vivência no espaço. A dimensão política do território é central na obra de Haesbaert. Ele reconhece a importância do Estado-nação como agente tradicional na delimitação e controle do território, mas destaca a multiplicidade de atores sociais que participam desse processo, como empresas, instituições religiosas e grupos sociais. Segundo Haesbaert (1997); Haesbaert, Limonad (1999) *apud* Fuini (2017),

A segunda premissa é que o território, considerando as práticas humanas e a epistemologia em torno do conceito contempla três principais dimensões: uma político-jurídico, mas tradicional e majoritária e identificada com o Estado-nação; uma econômica (economicista), dita minoritária, que o compreende de forma material e concreta no bojo da relação capital-trabalho e, outra, cultural (ou culturalista) a trazer a dimensão simbólica e subjetiva da apropriação e da identidade social com o espaço. (Haesbaert, 1997; Haesbaert, Limonad, 1999 *apud* Fuini, 2017, p.23)

A dominação, nesse contexto, não se limita ao controle físico, mas abrange também a imposição de normas, valores e representações que moldam a vida social no território. A apropriação simbólica do espaço, por sua vez, se manifesta na construção de identidades, na atribuição de significados a lugares e na criação de laços afetivos com o território. Essa dimensão, frequentemente negligenciada em abordagens tradicionais, é fundamental para a compreensão da complexidade das relações entre os sujeitos e o espaço. Haesbaert (2014) *apud* Funi (2017), destaca a importância da cultura, da história e da subjetividade na construção do território, reconhecendo a pluralidade de territorialidades que coexistem em um mesmo espaço.

Deste modo, a territorialidade pode ser compreendida como abstração teórica para território ou ter um sentido efetivo, tanto material (controle físico), quanto imaterial (controle simbólico, imaginado) e, também, na concepção de espaço vivido. Pode ser entendida como uma concepção mais ampla que território, sendo tanto propriedade dos territórios quanto condição para efetivação; territorialidade como sinônimo de território (qualidade inerente) ou, por fim, territorialidade com sentido distinto de território, sendo vista em duas perspectivas: no âmbito da imaterialidade (quando se trata

de território como algo concreto) e o domínio do vivido e não institucionalizado; e territorialidade como uma das dimensões de território, a que remete à identidade territorial. (Haesbaert, 2014 apud Funi, 2017, p.24)

Sobre a territorialidade Haesbaert (2006, p.86), ainda apresenta a noção de poder e que esta envolve “o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado, mas que é melhor entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área”. Nesta abordagem relacional do território, com foco central na dimensão política, os aspectos econômicos e culturais surgem,

[...] enquanto mediação espacial do poder, [resultam] da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. (Haesbaert, 2006, p.93).

Essa perspectiva enfatiza que o poder se manifesta de maneira multifacetada, não se limitando apenas à política, mas se estendendo para as esferas simbólicas e econômicas. Ao considerar a interação entre essas diversas dimensões do poder, o autor reconhece a complexidade das relações territoriais e como esses fatores se entrelaçam para moldar a dinâmica espacial. Fernandes (2009) destaca um ponto importante sobre o território ao argumentar que a produção dos territórios capitalistas e não capitalista é um processo desigual e conflituoso.

Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade, multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões; portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. (Fernandes, 2009, p.201)

Fernandes (2009) destaca que as dinâmicas capitalistas geram territórios e relações sociais desiguais, evidenciando a perpetuação de conflitos que transcendem a esfera econômica. A expansão do capitalismo acentua os processos de desterritorialização e subalternização de outras formas de organização social, gerando desigualdades estruturais no território. Nesse contexto, Fernandes (2009) descreve a dinâmica da acumulação pela espoliação, afirmando que:

A expansão do capitalismo desterritorializa outras relações sociais e extermina relações não capitalistas por meio do que Harvey (2003, p. 137 – 182) definiu como acumulação pela espoliação [*accumulation by dispossession*] compreendida pela destruição de postos de trabalho, precariedade da relação de trabalho, destruição dos territórios camponeses e indígenas. (Fernandes, 2009, p.203)

A lógica capitalista, portanto, além de se apropriar dos territórios, também precariza as condições de existência de sujeitos que vivem nesses espaços. Essa precarização reflete um processo contínuo de desapossamento, em que as formas de organização social não subordinadas ao capitalismo são sistematicamente destruídas. Fernandes (2009) reforça essa perspectiva ao afirmar que:

Sujeitos, grupos sociais, classes sociais não existem sem seus territórios. Este é o sentido supremo da luta pelos territórios dos povos camponeses e indígenas. O capitalismo sempre apropriou e/ou subalternizou outras relações sociais e seus territórios. O desapossamento significa a intensificação da destruição dos territórios não subalternos e é exatamente neste ponto que destaco as formas de resistências que emergem dos campos, dos territórios rurais, muito mais que nas cidades. (Fernandes, 2009, p.209)

Nesse cenário, o território assume uma dimensão central não apenas como espaço físico, mas também como um elemento simbólico e de identidade. A luta pelo território reflete a resistência contra a subalternização. Além disso, é fundamental considerar a relevância dos territórios imateriais para a compreensão das disputas territoriais. Fernandes (2009) sublinha que:

Os territórios imateriais são as bases de sustentação de todos os territórios. São construídos e disputados coletivamente. As disputas territoriais são alimentadas pelas organizações e seus *think tanks*. É impossível pensar os diversos territórios sem pensar os territórios imateriais e as pessoas e grupos que pensam os territórios. (Fernandes, 2009, p.212)

Essa abordagem amplia a análise dos conflitos territoriais, conectando os aspectos tangíveis e intangíveis que sustentam as dinâmicas espaciais. Ao articular território material e imaterial, evidencia-se que a luta pelo espaço ultrapassa questões econômicas, envolvendo disputas políticas, teóricas e ideológicas que moldam as relações sociais e de poder. Assim, a análise do território revela sua complexidade multidimensional, abrangendo as dinâmicas de produção capitalista, as resistências dos sujeitos subalternizados e as bases imateriais que sustentam a construção coletiva dos espaços. Esse panorama é essencial para compreender as

disputas territoriais contemporâneas e as tensões entre diferentes formas de organização social.

A evolução do conceito de território demonstra uma ampliação significativa de sua compreensão, de um espaço simplesmente físico e subordinado ao Estado para uma entidade dinâmica e multifacetada, repleta de significados políticos, econômicos, sociais e simbólicos. Os estudos de Milton Santos e Rogério Haesbaert, Fernandes, entre outros, destacam como o território se tornou uma categoria que além de incorporar a materialidade, também incorpora as territorialidades plurais e relações de poder que o atravessam.

Esta abordagem multifacetada revela o território como um espaço de articulação de múltiplas escalas e influências, na qual as interações entre os atores hegemônicos e os grupos locais moldam o espaço vivido e refletem as complexidades das relações sociais contemporâneas. Dessa forma, a análise territorial permanece central para entender as dinâmicas de poder, identidade e apropriação que influenciam a vida social e as relações humanas com o espaço.

2.3 Espaço e território em diálogo: a relacionalidade geográfica nas dinâmicas socioeconômicas

Na Geografia, as conceituações de espaço e território podem ser abordadas a partir de uma perspectiva relacional. Essa abordagem enfatiza as interações e as relações entre os diferentes elementos que compõem o espaço geográfico, considerando-os em constante transformação. Rocha (2008, p.129), apresenta que “a Geografia como ciência social possui em seu arcabouço um conjunto de categorias que expressam sua identidade, ao discutir a ação humana no ato de modelar a superfície terrestre”. No livro “Por uma geografia nova” (1978), Milton Santos estabelece a necessidade de construir um sistema que seja capaz de identificar a totalidade dos processos que ocorrem na realidade, considerando o constante crescimento e diversificação do conhecimento. Para o autor, essa compreensão abrangente deve ser introduzida de maneira coerente e lógica, buscando uma unidade.

Santos (1978) destaca que encontrar uma definição única para o espaço ou o território é uma tarefa desafiadora, uma vez que cada categoria possui várias interpretações e recebe diferentes elementos. Nesse sentido, qualquer definição não

é imutável, fixa ou eterna, mas sim flexível e passível de mudanças. Isso implica que os conceitos relacionados ao espaço e ao território possuem significados diversos, historicamente definidos, assim como ocorreu ao longo do tempo. Para Santos (1978), a diferenciação entre território e espaço, o território é utilizado pelo povo para criar o espaço. Enquanto o território possui limites imutáveis e passa por mudanças ao longo da história, o espaço geográfico é concebido como um sistema abrangente e complexo, composto por objetos e ações interligadas. Nesse sentido, a dimensão social é vista como uma expressão concreta e histórica dentro do espaço geográfico.

A categoria de Formação Econômica e Social é assim extremamente útil ao estudo de uma realidade nacional pelo fato de que não se aplica à Sociedade considerada em um sentido geral, mais a uma sociedade precisa, cuja especificidade e particularismo devem ser realçados para que o estudo concreto de suas realidades autorize depois uma ação igualmente concreta. (Santos, 1978, p. 198)

Em sua obra "Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica" (1978), Milton Santos apresenta uma abordagem que se tornou uma referência importante para a Geografia radical ou crítica no Brasil. Nesse contexto, Santos busca estabelecer uma distinção entre território e espaço, aproximando o território do Estado-nação.

De acordo com o autor, o território é um dos elementos fundamentais na formação do Estado-nação, juntamente com o povo e a soberania. Ele enfatiza que é por meio da utilização do território que o espaço geográfico ganha voz e se manifesta. Santos (2000), diz que o território usado, como uma totalidade, seria um campo privilegiado de análise, pois revela a estrutura global da sociedade e a complexidade de seu uso. "Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão e temporalidade". (Haesbaert, 2006, p.82). O autor, em "A Natureza do Espaço" (1996), define o espaço geográfico como "um conjunto indissociável e contraditório de sistemas de objetos e de sistemas de ações". Arroyo e Silva (2022), apresenta que:

Assim, o que se observa na geografia e na obra de Milton Santos não é rompimento parcelar da totalidade social, como a disciplinarização marcada pelo extremismo analítico o fez, crente num metodologismo instrumental que construía sua própria concepção de saber, um saber corporativo descolado da vida real. Sua abordagem disciplinar sempre foi dimensional. O espaço é uma dimensão do social e não uma parte com sentido em si, o que se expressa também no seu último enunciado, já célebre, de que o espaço geográfico é "um conjunto indissociável e contraditório de

sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 1996). As ideias de sistemas de objetos e de sistemas de ações nos remetem para aspectos abrangentes da realidade total, e somente em relação a esse contexto geral esses sistemas adquirem seus significados. (Arroyo; Silva, 2022, p. 36)

Essa definição complexa e abrangente destaca a interação dinâmica entre os elementos materiais (objetos) e as ações humanas que constroem e transformam o espaço. O território, por sua vez, é concebido como uma parcela do espaço geográfico apropriada e controlada por determinados grupos sociais, que para Santos (2000b, p. 14), é "arte de pensar mudanças e de criar as condições para torná-las efetivas". Essa apropriação e controle se dão por meio de relações de poder que se expressam em diferentes formas de uso e ocupação do espaço. Para Arroyo e Silva, (2022, p. 194), “em Milton Santos, o mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir”.

Ao enfatizar a perspectiva relacional, o território é mais do que um espaço físico e possui uma dimensão temporal, ou seja, está sujeito a mudanças ao longo do tempo. Além disso, ele é caracterizado pela fluidez e movimento, ao invés de ser visto como algo rígido e estático. Entendendo a relacionalidade entre espaço e território, Raffestin (1993, p. 143), aborda que “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível”. Tanto o território quanto o espaço geográfico são produtos históricos, moldados pelas relações sociais e pelas dinâmicas econômicas e políticas que se sucederam ao longo do tempo.

O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidade sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. (Santos, 1977, p. 91).

Cada sociedade, com suas características históricas, culturais e econômicas, produz um espaço geográfico singular. As diferentes formas de uso e ocupação do território, as atividades econômicas que nele se desenvolvem, a distribuição da população e dos recursos, tudo isso reflete as relações de poder que se estabelecem em uma dada sociedade.

O uso do território está em permanente disputa, decorrente de um complexo processo que envolve relações de cooperação e de conflito entre empresas e governos. A forma como se encaram essas relações dependem, em grande parte, do projeto nacional em jogo (ou a ausência dele) e do modelo econômico escolhido, cujos objetivos podem ser inteiramente estranhos ou adversos ao interesse da grande maioria da população (DOWBOR, 2021). Isto se observa quando o comando do território é entregue a grandes empresas, deixando a produção e regulação em mãos de interesses privados, sobretudo naquelas suas porções estratégicas, sendo retiradas do controle soberano da nação. No Brasil recente, os processos de privatização das infraestruturas de energia e comunicação evidenciam essa tensão. (Dowbor, 2021 *apud* Arroyo; Silva, 2022, p. 36)

O trecho destaca a intrínseca ligação entre o uso do território e as relações de poder que moldam a sociedade, evidenciando como as atividades econômicas, a distribuição de recursos e a ocupação territorial refletem as dinâmicas de controle e influência dos atores envolvidos. A relação entre território e espaço se manifesta em diferentes escalas geográficas, desde o local até o global. É fundamental, portanto, considerar a escala de análise para se compreender as dinâmicas socioeconômicas e as transformações no espaço geográfico.

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e dais quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da terra. (Santos, 1996, p. 65).

Isso revela uma desconexão entre os fins das ações locais e as necessidades e interesses das comunidades envolvidas. Em vez de servirem aos propósitos próprios das populações e territórios, essas ações refletem, muitas vezes, pressões e prioridades estabelecidas em escalas globais, distantes da realidade local. Essa análise permite compreender melhor os impactos das transformações territoriais sobre o cotidiano e a autonomia dos lugares no mundo contemporâneo. Compreender a relação entre território e espaço é essencial para se analisar as dinâmicas socioeconômicas e as transformações no espaço geográfico.

No presente capítulo, foram discutidas as conceituações de espaço e território na Geografia, enfatizando a perspectiva relacional. Essa abordagem ressalta as interações e relações entre os elementos que compõem o espaço geográfico, considerando-o em constante transformação. Ao valorizar a contribuição de

diferentes autores, foram apresentadas visões diversas do território e espaço, buscando subsidiar os estudos desta pesquisa.

Foi destacado o papel do espaço como resultado das práticas coletivas e das relações de poder, refletindo e reproduzindo desigualdades sociais. Além disso, o território foi abordado como parte de uma totalidade concreta, uma arena complexa de interações entre agentes e forças sociais. Diante disso, o próximo capítulo, onde serão exploradas as relações socioterritoriais, pobreza, desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais. Essa investigação aprofundada permitirá uma compreensão mais abrangente das complexidades territoriais e dos desafios enfrentados pelas comunidades em um contexto socioeconômico e espacial.

3 RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS: POBREZA, DESIGUALDADES E VULNERABILIDADES SOCIOESPACIAIS

Nesta seção, serão discutidas questões relacionadas às relações socioterritoriais, desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais. Será ressaltada a importância de compreender como o espaço é moldado pelas interações sociais e territoriais, e como a distribuição desigual de renda contribui para a perpetuação da pobreza e da exclusão social e consequentemente acesso à renda. A análise destaca a complexidade da pobreza, indo além da carência material, incluindo também aspectos políticos e ideológicos.

3.1 Desigualdades socioespaciais e pobreza nas relações socioterritoriais

Atualmente a sociedade é caracterizada por profundas desigualdades sociais, em que se alcançam recordes na produção e tecnificação, porém, ainda persiste a problemática estruturante da pobreza. A questão da pobreza é amplamente discutida, mas muitas vezes se restringe a uma abordagem relacional ao fator renda, o que a torna ainda mais acentuada pelas forças capitalistas, resultando em limitações tanto na reflexão quanto nas ações para minimizá-la.

A pobreza evidentemente não pode ser definida de forma única e universal. Contudo podemos afirmar que se refere às situações de carências em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizentes com as referências estabelecidas em cada momento histórico (Barros; Henriques; Mendonça, 2000, p. 124).

As relações socioterritoriais, desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais são temas intrinsecamente interligados que desempenham um papel relevante na compreensão das dinâmicas sociais e territoriais. Essas questões estão estreitamente relacionadas à distribuição de renda, acentuando as desigualdades e gerando condições de vulnerabilidade para certos grupos da sociedade. Neste estudo, explora-se essas conexões destacando a importância de compreender e enfrentar esses problemas.

Para compreender o conceito socioterritorial trabalhado nessa pesquisa, é importante entender a interligação entre os aspectos sociais e territoriais. Essa análise apresenta uma compreensão intrínseca da dimensão social na constituição, disputa e significado dos territórios. As relações sociais, as classes sociais, os movimentos sociais e as políticas públicas são elementos centrais na produção e

transformação dos territórios, o que se alinha com a ideia fundamental deste conceito.

Fernandes (2008, p. 197) afirma que “convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente”. Ele enfatiza que a produção espacial e territorial ocorre por meio das relações sociais, promovidas por classes em permanente conflito na disputa por modelos de desenvolvimento e sociedade, tornando a relação classe-território indissociável. Embora o autor critique o uso superficial do território apenas como “superfície, base ou palco das relações sociais”, ele reconhece que o território é o lugar onde as ações humanas plenamente se realizam. Nesse sentido, o território é concebido como o lugar onde se materializam as práticas, os conflitos e as experiências da existência. Como afirma Santos (2002).

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (Santos, 2002, p. 9).

A abordagem socioterritorial reconhece que diferentes classes e relações sociais produzem diferentes espaços e territórios, que por sua vez reproduzem essas relações em um estado de permanente conflitualidade. Essa perspectiva busca compreender como as diferenciações na produção espacial e territorial são organizadas e reproduzidas através dessas relações sociais. É importante destacar que o conceito socioterritorial abrange a ideia de multiterritorialidade, que emerge da diversidade de territórios produzidos por diferentes relações sociais. Fernandes (2008) apresenta que:

Tal leitura tem, como estrutura, a produção espacial e territorial por meio das relações sociais, promovidas pelas classes em permanente conflitualidade na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade. Nesse modo de análise, a relação classe – território são indissociáveis.(Fernandes, 2008, p.168)

Compreendendo a ideia de que diferentes sociedades e relações sociais produzem diversos espaços e territórios, as relações socioterritoriais, desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais são aspectos interconectados que moldam a dinâmica espacial e territorial. Ao abordar as desigualdades de renda e as

disparidades socioespaciais, pode-se trabalhar para reduzir as vulnerabilidades enfrentadas para parcelas menos favorecidas da sociedade.

[...] é através do território que as questões sociais, a exemplo da pobreza ganham concretude, materialidade, por ser no território que se constrói as relações sociais contraditórias existentes entre as classes que são produzidas pelo modo de produção vigente, originando ou fortalecendo as diversas dimensões da pobreza como a falta de moradia (ou moradia precária), falta de acesso aos serviços públicos de qualidade, especialmente os de saúde e educação, o não acesso a uma renda digna a partir da inserção no mercado de trabalho, por exemplo. Neste sentido, é olhando para a dinâmica territorial, ou interpretando o território que se possibilita concretizar as análises das diversas dimensões da pobreza, bem como os meios que conduziram uma parcela significativa da sociedade a viver sem o mínimo de dignidade. (Lima, 2014, p.118)

Analisar o território sob essa perspectiva permite entender a complexidade da pobreza e identificar fatores que contribuem para a exclusão social, ajudando a orientar estratégias para reduzir disparidades e promover maior dignidade social. A desigualdade socioterritorial é uma realidade marcante no Brasil e se manifesta de igual forma em pequenos municípios, como é o caso de Ibiassucê, no estado da Bahia. Primeiramente, é importante entender a desigualdade socioterritorial, que abrange além da distribuição desigual de renda, o acesso a serviços básicos como educação, saúde e saneamento. Segundo Lima (2014),

Pensando no conceito de território e seu nexos com as problemáticas sociais, bem como com a reflexão das políticas públicas, Koga (2003), afirma que o território é fator dinâmico quando consideramos os processos de exclusão/inclusão social que no nosso entendimento revela a inter-relação entre a pobreza e a desigualdade, demonstrando assim que esses elementos ganham relevância ao passo que se materializam no território, portanto, a leitura do território permite-nos a aproximação do entendimento acerca dos elementos sociais, tais como a pobreza e a desigualdade como também a aproximação dos mecanismos de intervenção na realidade social, onde esses elementos se territorializam. (Lima, 2014, p.120)

A autora argumenta que a desigualdade socioterritorial se expressa em diversas dimensões, indo além da simples carência monetária. Abordar a pobreza de forma multidimensional, considerando fatores como educação, condições habitacionais, acesso ao trabalho, saúde, e exclusão da cidadania, é fundamental para entender como as disparidades se manifestam no território, impactando a qualidade de vida das famílias.

3.2 A pobreza como questão intrínseca às relações socioterritoriais no Brasil

A desigualdade no Brasil possui raízes históricas profundas, remontando ao período colonial, quando o território e as relações sociais do país foram intensamente explorados sem que houvesse um benefício equitativo para a nação. Essa trajetória de ocupação e exploração, protagonizada principalmente por europeus, estabeleceu marcas de desigualdade e pobreza que persistem até os dias atuais. Essa exploração histórica moldou a organização espacial e territorial do país, influenciando a forma como diferentes grupos sociais acessam e controlam o território, gerando uma desigualdade de caráter socioterritorial.

As disputas pelo controle do território e a imposição de modelos de desenvolvimento ao longo da história contribuíram para a produção de diferentes tipos de territórios, marcados por relações de poder desiguais, conforme conceituado por Fernandes (2008). Essa perspectiva socioterritorial da desigualdade considera como as relações sociais e de poder se manifestam e se perpetuam no e através do território. Autores como Silva (2009) e Rego e Pinzani (2013) destacam a relação direta entre a pobreza no Brasil e seu passado escravocrata, bem como a influência do catolicismo que legitimou a escravidão e a desigualdade em diversas formas. Essa herança histórica contribuiu para a concentração de renda no país, criando um abismo econômico, social e político entre uma minoria rica e uma esmagadora maioria de brasileiros condenados a vidas de carências e sofrimento.

A pobreza no Brasil, especialmente na região Nordeste, reflete as contradições de um país que, apesar de seu crescimento econômico e importância diplomática, ainda enfrenta altos índices de desigualdade e pobreza entre sua população. Mesmo com avanços econômicos e diplomáticos, o país não conseguiu superar as disparidades sociais que afetam significativamente parte de sua população, com maior representatividade no Nordeste. A análise multidimensional da pobreza, que vai além do fator renda, revela a complexidade desse problema no Brasil e na região Nordeste, exigindo uma abordagem que considere diversos aspectos para compreender a realidade das camadas mais vulneráveis da sociedade. Segundo Lima(2014).

Há ainda a percepção do quanto à problemática da desigualdade sufocou e continua a sufocar a sociedade brasileira e seu desenvolvimento. Nota-se que a visão acerca dos direitos sociais da

população está aculturada da logística do favor, das regalias possibilitadas a camadas sociais mais abastadas e das políticas assistencialistas que mascara a ausência do Estado no dever de promover e executar políticas de caráter social. Dessa forma, de acordo com Albuquerque, (2006, p.9) “O Brasil é um país marcado pela desigualdade e por uma cultura do privilégio e do favor que predominam sobre a consciência dos direitos. [...]”.(Lima, 2014, p.62)

A luta contra a pobreza no Brasil é também uma luta contra o sistema vigente e as práticas injustas do mercado. Autores como Demo (2003) ressaltam que, embora a pobreza e as desigualdades sejam desafios persistentes em uma sociedade capitalista, é possível reduzi-los por meio do interesse do Estado no bem comum e da organização solidária e coletiva da sociedade. Apesar das tentativas dos governos em mitigar as consequências da pobreza, muitas vezes priorizando o crescimento econômico em detrimento das necessidades sociais, é fundamental reconhecer a importância de políticas públicas eficazes e de uma mobilização social contínua para enfrentar as raízes estruturais da desigualdade e da pobreza no país.

Conforme o Plano Nacional de Assistência Social (2004, p.43), “exige-se agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso”, entendendo que o conceito de relações socioterritoriais, se refere às interações entre os elementos sociais e territoriais de uma dada região. Isso engloba como as pessoas ocupam o espaço, como as atividades econômicas são distribuídas, como se estabelecem as redes sociais e como a cultura se manifesta em um território específico. Essas relações influenciam diretamente na configuração do espaço e na distribuição dos recursos.

Alinhado às ideias de Silva (2009), Rego e Pinzani (2013) alguns elementos foram fundamentais para o estabelecimento de uma significativa concentração de renda que caracteriza a história do país, desde a época colonial até a República. Dessa forma, as origens históricas da desigualdade e da pobreza no Brasil remontam a um passado marcado por injustiças sociais. Assim:

A concorrência desses fatores como a natureza mesma da instituição da escravidão e, no caso brasileiro, sua grande extensão, profundidade e duração no tempo, deu origem a uma cultura da submissão que ainda hoje se faz sentir, não obstante as mudanças ocorridas graças à democratização do país. A desigual distribuição de renda e riquezas, nos níveis existentes no Brasil, corresponde à abertura de um verdadeiro abismo econômico, social e político entre as classes: por um lado uma minoria rica [...], por outro, uma esmagadora maioria dos brasileiros condenados a uma vida de carências, sofrimento e sacrifício (Rego; Pinzani, 2013, p. 155).

A distribuição desigual de recursos, oportunidades e serviços em uma região é uma realidade preocupante em muitos lugares do mundo. A desigualdade de renda é um dos principais fatores que contribuem para esse problema, já que a concentração de recursos nas mãos de poucos indivíduos ou grupos podem perpetuar ciclos viciosos de pobreza e exclusão social. Para isso, é fundamental compreender a pobreza além da carência monetária e material, considerando-a essencialmente ideológica. Essa perspectiva restringe a reflexão e as ações necessárias por parte do Estado e da sociedade para enfrentar essa problemática. Seguindo essa linha de pensamento, Demo (2003) destaca que,

Pobreza não se restringe a carência dada, natural, mas inclui aquela produzida, mantida, cultivada, por conta do confronto subjacente em torno do acesso a vantagens sociais, sempre escassas em sociedade. Ser pobre não é apenas não ter, mas, sobretudo ser impedido de ter, e, sobretudo de ser, o que desvela situação de exclusão injusta (Demo, 2003, p. 38).

Segundo o autor é apresentado que a pobreza não se limita apenas à falta de recursos materiais, mas também inclui a exclusão social e a falta de acesso a vantagens sociais escassas na sociedade. No momento em que enfatiza que ser pobre não é apenas não ter, mas também ser impedido de ter, o que revela uma situação de exclusão injusta. Essa exclusão é resultado de desigualdades socioespaciais e socioeconômicas. Demo 2003 também aborda sobre a pobreza política, ressaltando que sua manifestação vai além da mera privação material, alcançando esferas mais sutis e perniciosas. Ao apontar que a condição de pobreza pode ser influenciada pelo cultivo da ignorância e pela manipulação das massas, destaca-se o forte papel que a desinformação e o controle político têm na perpetuação da marginalização social, quando diz:

Pobreza política é resultado do cultivo da ignorância, a condição de massa de manobra, na qual a pessoa é manipulada de fora para dentro, geralmente sem perceber. Em vez de apostar na emancipação acomoda-se na ajuda externa, nas recomendações do próprio algoz, nas boas vontades da causa principal da exclusão. Não nega a exclusão material, apenas aponta para o seu núcleo político principal, ou seja, a destituição da condição de sujeito para que se fixe como simples objeto de manipulação (Demo, 2003, p. 59).

Pelas considerações do autor, quando as pessoas são conduzidas a uma condição de subjugação intelectual, tornam-se facilmente manipuladas, deixando de ser sujeitos ativos em suas vidas e, conseqüentemente, sendo privadas da possibilidade de participação plena na sociedade. Tal contexto gera exclusão social e vulnerabilidade socioespacial e socioterritorial, uma vez que limita o acesso aos recursos e oportunidades necessários para uma vida digna e plena de direitos. Combater a pobreza política exige, portanto, esforços tanto para garantir o acesso à educação e informação, como para fomentar uma cultura política que valorize a participação cidadã, a autonomia individual e a busca por um futuro mais justo e inclusivo para todos.

Demo (2003, p.197-198), discute que a persistência da desigualdade socioeconômica ao longo do tempo, “tem se mantido inerte, resistente às mudanças estruturais das últimas décadas”. E essa desigualdade é um dos fatores que contribuem para as vulnerabilidades socioespaciais e para a exclusão social. Oliveira e Costa (2017) enfatizam sobre a complexidade em refletir a vulnerabilidade financeira e acesso a renda, pois percebe-se que esta acaba sendo a maior justificativa da desigualdade, apresentando que:

Ao refletir sobre a pobreza, percebemos que a face mais cruel está na desigualdade, pois esta é o cerne da pobreza. Enquanto um segmento da sociedade tem acesso à alimentação, lazer, educação, saúde e escolhas, milhares de pessoas sobrevivem às margens da sociedade, sem nenhuma oportunidade de melhorias. Estes cidadãos marginalizados não são atendidos com dignidade em instituições que deveriam protegê-los. Ao contrário, em muitos casos são destratados, invisíveis como pessoas, veem neles problemas, enxergam-nos como incapazes e por isso não proporcionam meios para que saiam da pobreza em que se encontram. (Costa; Oliveira, 2017, p. 02).

A referência à falta de acesso à alimentação, lazer, educação e saúde evidencia como as desigualdades impactam diretamente nas chances de ascensão social e no desenvolvimento humano desses indivíduos. Sendo assim, as instituições, sobretudo públicas, juntamente com as diferentes esferas de governo, precisam adotar medidas que amenizem as dificuldades dentro do seu espaço, e a possibilidade de seu acesso, garantindo o fortalecimento dos vínculos sociais de convivência humana e conseqüentemente a emancipação de cidadãos. Estivill (2003) traz análises e reflexões realizadas sobre o tema, em que as transformações

econômicas, sociais, políticas e culturais geradas pela crise, proporcionaram as condições necessárias para um novo debate. Com isso:

A pobreza e a exclusão não são análogas, nem sinônimas, que nasceram e se desenvolveram em contextos diferentes, que lhes foi dada uma acepção diferente e, por vezes, até oposta, mas que também se enriqueceram mutuamente. A complementaridade é inegável quando se aceita que qualquer uma delas adquire, neste novo século, um conteúdo estrutural, pluridimensional e dinâmico. (Estivill, 2003. p. 37)

Percebe-se que a exclusão e a pobreza geram a vulnerabilidade financeira e essa por sua vez, assim como outros problemas sociais, projetam a exclusão social e conseqüentemente enfraquece as relações socioterritoriais. Fanteixa *et al* (2018), traz em sua discussão que,

A pobreza é definida como um fenômeno complexo, considerado de forma genérica como uma situação em que o indivíduo não consegue ter as necessidades atendidas de forma adequada. A pobreza pode ser definida de forma relativa a cada sociedade: quanto mais desenvolvida, mais o conceito de pobreza se distancia do atendimento às necessidades de sobrevivência, enquanto em outras menos desenvolvidas o conceito de pobreza está diretamente ligado às necessidades básicas. (Fanteixa *et al*, 2018, p.15 e 16)

De fato, a pobreza transcende uma simples carência material e precisa ser compreendida de acordo com o grau de desenvolvimento e as características de cada comunidade. Com isso, tem-se uma sociedade fragilizada principalmente nos países subdesenvolvidos no qual as questões sociais que envolvem a emancipação social de famílias em vulnerabilidade econômica se torna ainda mais distante de ser superada.

3.3 Vulnerabilidades socioespaciais: indicadores e contradições no Nordeste brasileiro

No cenário socioeconômico brasileiro, as disparidades regionais emergem como um desafio significativo que afeta diretamente a equidade e o desenvolvimento do país. Conforme apontado por Silva (2009), tais disparidades se tornam cada vez mais pronunciadas, evidenciando uma realidade nas quais determinadas regiões avançam em detrimento de outras. Esse fenômeno além de reforçar as profundas desigualdades sociais, também amplia os impactos da pobreza, especialmente nas áreas menos favorecidas.

Nesse contexto, a visualização clara dos efeitos da desigualdade e da pobreza ocorre com maior intensidade nos territórios onde as disparidades regionais são mais acentuadas. Utilizando o Brasil como recorte, se tratando de vulnerabilidade, a região Nordeste, requer uma análise aprofundada dos indicadores e contradições presentes nesse contexto. Essa região enfrenta desafios significativos relacionados à pobreza, desigualdade social e falta de acesso a serviços básicos e infraestrutura. Essa trajetória diferenciada reflete a complexa interação de fatores históricos, políticos e econômicos, nos quais a lógica do sistema capitalista desempenhou um papel significativo na priorização de determinados polos de desenvolvimento em detrimento de outros. De acordo com Lima (2014).

[...]Com o advento da indústria as regiões Sul e Sudeste se beneficiaram sobremaneira, fortalecendo seu crescimento econômico, no entanto a região Nordeste, a título de exemplo, ficou relegada ao período tardio da industrialização brasileira, das intervenções estatais no que se refere ao encarar as desigualdades, e, por isso a fragilidade nos indicadores econômicos e sociais visualizados nesse território[...]. [...]Foi nesse contexto que a região Nordeste, a título de exemplo, ficou relegada ao período tardio da industrialização brasileira, das intervenções estatais no enfrentamento das desigualdades, e, por conseguinte a fragilidade nos indicadores econômicos e sociais visualizados nesse território[...].(Lima 2014, p.51)

A necessidade de políticas que transcendam a mera industrialização, conforme mencionado no texto, e que considerem aspectos como infraestrutura e educação apontam para a complexidade de superar as marcas de um desenvolvimento territorialmente injusto, moldado, em parte, pelas dinâmicas e prioridades de um sistema econômico que nem sempre promoveu a equidade entre as diferentes regiões do país. Nesse sentido, é importante refletir que essas políticas

devem considerar além da industrialização, outros aspectos, como infraestrutura, educação e acesso a serviços básicos, para garantir oportunidades igualitárias para todos os brasileiros, independentemente de sua localização geográfica.

A população nordestina muitas vezes é marginalizada e esquecida nas formulações de políticas públicas, o que contribui para a perpetuação da vulnerabilidade nessa região. A pobreza no Brasil não é homogênea e apresenta nuances específicas em cada território, com características peculiares que refletem as desigualdades regionais e a falta de equidade no desenvolvimento socioeconômico.

A pobreza e a desigualdade na região Nordeste do Brasil apresentam-se de forma acentuada e persistente, sendo uma preocupação histórica e atual. A urbanização das grandes metrópoles brasileiras, conforme Rocha (2003a), não eliminou o caráter regional da pobreza, que permanece mais pronunciado no Nordeste. Esse fenômeno pode ser explicado pelo grande número de pessoas afetadas e pela importância relativa dessa população dentro da região, onde as condições de vida são extremamente adversas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que, em 2022, a região Sudeste concentrava a maior parcela da população brasileira, com mais de 84 milhões de habitantes, e também registrava o maior Produto Interno Bruto (PIB) entre as regiões, alcançando aproximadamente R\$ 4,71 trilhões, o que representa 52,5% do total nacional. Composta pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, a região é o principal polo industrial e financeiro do país, abrigando grandes centros urbanos e infraestrutura consolidada.

A região Sul, composta por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentou um PIB de cerca de R\$1,56 trilhão, representando 17,4% da economia nacional em 2021. Com uma população estimada em pouco mais de 30 milhões de habitantes, o Sul se destaca pela agroindústria, forte presença de pequenas e médias empresas e elevados indicadores sociais, como escolaridade e expectativa de vida.

Já a região Nordeste, apesar de ser a segunda mais populosa, com aproximadamente 54,6 milhões de habitantes, teve um PIB de R\$1,24 trilhão em 2021, o que equivale a 13,8% do total nacional. Essa disparidade entre população e produção econômica reflete desigualdades históricas de desenvolvimento. O

Nordeste é formado por nove estados e abrange grandes áreas do semiárido brasileiro, enfrentando desafios como a escassez hídrica e limitações estruturais, embora possua importantes pólos turísticos, industriais e agrícolas.

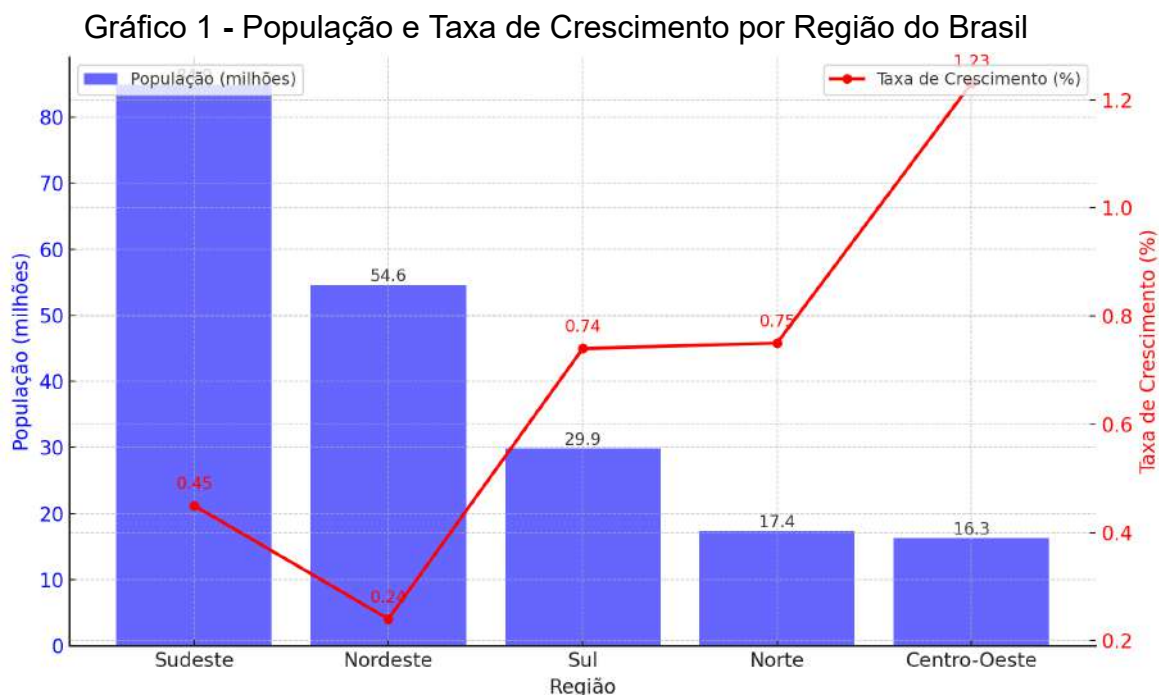
No Centro-Oeste, o PIB foi de R\$932 bilhões em 2021, o que representa 10,4% da economia do país. Composta por Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, com uma população com mais de 16 milhões de habitantes, essa região tem papel de destaque na produção agropecuária nacional, com vastas áreas dedicadas ao cultivo de grãos e à pecuária extensiva, além de Brasília, sede do governo federal e centro político do país.

Por fim, a região Norte, com a menor participação no PIB nacional (6,3%), somando cerca de R\$564 bilhões, é também uma das menos populosas com uma média de 17,4 milhões de habitantes, apesar de possuir o maior território entre as regiões. Composta por sete estados e dominada pela Floresta Amazônica, a região enfrenta desafios de integração territorial e acesso a serviços públicos, embora tenha grande potencial energético e mineral.

Com base nas informações disponibilizadas pela Fundaj-Dipes (2023), a região Nordeste do Brasil apresentou um baixo ritmo de crescimento populacional, com taxas abaixo da média nacional. Estados como Pernambuco e Maranhão registram taxas de crescimento de 0,24% e 0,25% ao ano, respectivamente, indicando um cenário de estabilidade demográfica. Por outro lado, Sergipe se destacou com a maior taxa de crescimento na região, atingindo 0,55% ao ano, impulsionada por um saldo migratório positivo. Essa disparidade entre os estados nordestinos indica uma heterogeneidade na dinâmica populacional, com possíveis influências da migração interna e das oportunidades de emprego em cada localidade.

Além disso, a região Nordeste apresenta particularidades econômicas e sociais historicamente desafiadoras, que possivelmente influenciam o ritmo de seu crescimento populacional. A persistência de fluxos migratórios em direção a outras regiões, possivelmente motivada por fatores estruturais relacionados ao mercado de trabalho, pode estar associada a um saldo migratório negativo, o que repercute diretamente nas dinâmicas demográficas locais. O Gráfico 1, demonstra a evolução da população e da taxa de crescimento anual nas diferentes regiões do Brasil,

evidenciando as disparidades regionais e suas possíveis implicações socioeconômicas.



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco; Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte (2024)

Com base no Gráfico 1, observa-se que a região Nordeste, apesar de possuir a segunda maior população do Brasil, enfrenta um ritmo de crescimento populacional significativamente baixo, quando comparado a outras regiões. Este cenário reflete desafios socioeconômicos persistentes que podem impulsionar movimentos migratórios da população nordestina para regiões economicamente mais dinâmicas, como o Sul e o Centro-Oeste, que apresentam taxas de crescimento populacionais mais elevadas e, presumivelmente, maiores oportunidades. A relativa estagnação demográfica do Nordeste sugere, portanto, que fatores estruturais limitam seu desenvolvimento populacional, possivelmente relacionado à menor oferta de emprego e renda, conforme apontado pela pesquisa em Ibiassucê.

Essa conjuntura de desafios socioeconômicos, que se reflete no baixo crescimento populacional do Nordeste, está intrinsecamente ligada à história econômica da região. A decadência de ciclos econômicos importantes, como o do algodão e a queda da economia canavieira, exacerbaram a falta de alternativas de emprego, historicamente baseadas em poucos produtos primários e na grande

propriedade rural. Essa ausência de diversificação econômica e a baixa produtividade da agricultura familiar contribuíram para a dificuldade em gerar renda suficiente para a população, perpetuando um ciclo de pobreza e, conseqüentemente, influenciando os padrões migratórios observados. Mariano e Neder (2004) destacam a importância das atividades não-agrícolas para a geração de renda entre as famílias rurais.

O estudo apontava que a economia nordestina tinha sua base econômica apoiada em poucos produtos primários, notadamente, sobre a monocultura da cana-de-açúcar e por uma pecuária de criação extensiva com baixa produtividade. Eram nas grandes propriedades rurais – fazendas e engenhos – que os trabalhadores sem terra e pequenos agricultores buscavam emprego assalariado para o sustento de suas famílias. Os primeiros, em decorrência do alto grau de concentração de terras na região, e da ausência de uma política de reforma agrária eram obrigados a procurar empregos nas grandes propriedades. Por outro lado, os pequenos agricultores que cultivavam, essencialmente, produtos para subsistência de suas famílias, ofertaram suas forças de trabalho nas grandes propriedades, como forma de complementar a renda familiar (Mariano; Neder, 2004, p. 2).

Essa dinâmica revela um padrão de organização produtiva que limitava a mobilidade socioeconômica e reproduzia estruturas de desigualdade no campo nordestino. Cavalcanti (2001) reforça essa compreensão ao destacar que a mitigação da pobreza no Nordeste deve ser discussão central nas políticas públicas, alertando para a insuficiência de abordagens que tratam a pobreza apenas sob a ótica da renda. Ele argumenta que a pobreza na região é multifacetada, exigindo uma perspectiva ampla que considere suas dimensões culturais, históricas e estruturais. Nesse sentido, os dados apresentados pelo autor evidenciam a gravidade da situação:

[...] o Nordeste abriga 14 milhões de pobres, que representam 30% de sua população e 44% dos pobres do País. E os pobres rurais no Nordeste, que hoje são minoritários, somam 5,3 milhões, ou 38% da pobreza da região, são 71% dos pobres rurais do País. Segundo, porque, sem o Nordeste, a incidência nacional de pobreza cairia dos 21% para 9%; portanto, a pobreza no Nordeste é uma questão nacional, se o objetivo é uma redução importante da pobreza num período relativamente curto. Terceiro, porque os pobres do Nordeste são mais pobres do que os do Brasil. São mais pobres porque é menor a sua renda; são mais pobres porque é pior a distribuição dela entre os pobres; são mais pobres porque o Índice de Pobreza Crítica (incidência de pobreza e renda média) no Nordeste é 73% maior do

que o índice brasileiro; são mais pobres porque os indicadores de carências básicas (em educação, trabalho, habitação, saúde e renda), construídos apenas para os pobres, no Nordeste são cerca de 1/3 superiores aos do Brasil; e são mais pobres, finalmente, porque qualquer estimativa, qualquer indicador agregado de bem-estar dos pobres, mostra que o nível de bem estar dos pobres no Nordeste é, pelo menos, 28% inferior ao nível de bem estar dos pobres do resto do País (Cavalcanti, 2001, p. 44).

Nesse contexto, Cavalcanti destaca a gravidade da pobreza no Nordeste, enfatizando que a região concentra uma parcela significativa da pobreza do Brasil e que os pobres nordestinos enfrentam condições mais severas do que em outras partes do país. Essa análise sublinha a necessidade urgente de políticas públicas específicas para mitigar as desigualdades e melhorar as condições de vida no Nordeste. No entanto, compreender a pobreza apenas como insuficiência de renda é uma visão limitada diante da complexidade que o fenômeno apresenta. É necessário avançar para uma abordagem mais abrangente, que considere suas múltiplas dimensões e impactos sobre a autonomia e a dignidade humana. Nesse sentido, a reflexão de Cavalcanti (2001) é particularmente pertinente:

Mas não há só uma pobreza, há várias pobreza, há muitas situações de pobreza. Seria importante, creio, primeiro considerar que quase todos os estudos sobre pobreza têm definido e mensurado a pobreza em sua manifestação de caráter econômico, como insuficiência de renda [...] Entretanto, para combater a pobreza em suas causas, em suas raízes, em seus fundamentos, é necessário entendê-la na sua totalidade, na sua globalidade, como uma síndrome e deficiências amplamente culturais, síndrome gravemente limitadora da autonomia dos indivíduos e do exercício da liberdade. Síndrome que sonega às pessoas o direito de serem, elas mesmas, os árbitros de seu próprio destino. Direito este que é intrinsecamente humano, e que não pode ser outorgado, não pode ser dado; é um direito que tem de ser adquirido pelas pessoas e somente por elas exercido (Cavalcanti, 2001, p. 44-45).

Uma importante abordagem que se deve fazer, é refletir sobre a magnitude do Estado, que se mostra como um super-Estado em diversos aspectos. Através do controle sobre uma significativa parcela dos investimentos produtivos e sua atuação como principal empregador, o Estado exerce uma influência marcante na economia e na vida das pessoas, especialmente nas regiões mais desfavorecidas. Além disso, sua presença é sentida em todos os níveis da sociedade, impregnando-se através da burocracia estatal. Demo (1990) reforça que:

Temos um super-Estado, em vários sentidos: porque manipula mais da metade dos investimentos produtivos; porque é em muitos lugares, sobretudo nos mais pobres, o maior empregador; porque invade todas as esferas da sociedade, pelo menos com sua burocracia. No entanto, a característica de super-Estado se vislumbra, sobretudo no fato de que escapa a sociedade civil, embora seja por esta sustentado. É uma criatura que ficou maior que seu criador e já o domina (Demo, 1990, p.61).

Essa análise provoca reflexões sobre a relação entre Estado e sociedade, bem como sobre a necessidade de uma gestão responsável e democrática do poder estatal. O super-Estado, ao se tornar uma criatura que aparentemente domina seu criador (a sociedade civil), pode moldar políticas e práticas que afetam a distribuição de renda, podendo tanto ampliar as desigualdades sociais, quando mal gerido, como promover uma distribuição mais equitativa quando há uma governança responsável e comprometida com o bem-estar da população.

Nesse sentido é importante destacar que a Constituição de 1988 é considerada um marco na história do Brasil, pois reflete o momento de redemocratização do país após anos de regime autoritário. Nesse contexto, a Constituição se apresenta como um instrumento fundamental na construção de um país mais justo e igualitário. Bercovici *apud* (2013) , tem o cuidado de apresentar em seu texto, que:

No caso da Constituição brasileira de 1988, ela determina um programa vasto de políticas públicas inclusivas e distributivas, por meio de suas “cláusulas transformadoras”. A “cláusula transformadora”, como o artigo 3º da Constituição de 1988, explicita o contraste entre a realidade social injusta e a necessidade de eliminá-la. Desse modo, impede que a Constituição considere realizado o que ainda está por se realizar, implicando na obrigação do Estado em promover a transformação da estrutura econômico-social [...] (Bercovici *apud* Rego; Pinzani, 2013, p. 162).

Em vista disso, merece destaque este trecho, pois apresenta a importância das políticas públicas inclusivas e distributivas para promover a transformação da estrutura econômico-social e combater as desigualdades. Isso pode contribuir para reduzir as vulnerabilidades socioespaciais e promover a cidadania.

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano (UNDP, 2016), que é uma publicação anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, se analisado o IDH ajustado ao índice de desigualdade, o Brasil encontra-se na 10ª posição com a nota de 0,561, o que o torna um dos países mais desiguais do

mundo. E com isso pode se dizer que o país ainda se encontra fragilizado no processo de melhorias da qualidade de vida de sua população, e segundo Buarque 2000:

Para mudar essa situação, é importante que se tenha como base uma ética social, deixando de definir a riqueza como o aumento do Produto Interno Bruto, mas como a diminuição do número de analfabetos, oferecendo para a população escolas de qualidade, saúde e um lugar decente para morar, por exemplo, (Buarque *apud* Fanteixa *et al*, 2018, p.15).

Essa constatação evidencia que o país ainda enfrenta desafios significativos na busca por melhorias na qualidade de vida de sua população. Nesse contexto, as palavras de Buarque em seu livro de 2000 assumem uma relevância imediata, ao enfatizar a importância de uma ética social como base para a superação desse cenário.

As vulnerabilidades socioespaciais, portanto, estão relacionadas diretamente à falta de acesso a oportunidades e à exposição a riscos, em grande parte influenciada pelas desigualdades socioeconômicas e socioterritoriais. Grupos em situação de vulnerabilidade podem ser mais afetados por desastres naturais, pandemias, crises econômicas e eventos extremos devido à falta de recursos para enfrentar essas situações adversas.

Portanto, a pobreza na região Nordeste do Brasil deve ser entendida em sua totalidade, abrangendo suas raízes econômicas, culturais e sociais. A superação dessa realidade requer um entendimento profundo das múltiplas dimensões da pobreza e a implementação de políticas públicas integradas que promovam a autonomia e o exercício da liberdade dos indivíduos.

4 CARACTERIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ, BAHIA

Esta seção analisa as relações Socioterritoriais no Município de Ibiassucê-Bahia a partir de uma contextualização do processo de formação socioterritorial, seguida pelo detalhamento das características geográficas que conformam o seu território. Aponta-se nesse contexto que Ibiassucê é um município que possui o seu território marcado pelas desigualdades socioespaciais e socioterritoriais seguindo a lógica regional e nacional.

4.1 Contextualização das temporalidades e espacialidades no território do município de Ibiassucê, Bahia

Para iniciar esta seção, é importante fazer jus ao processo de ocupação do território, antes mesmo da configuração do município. A sociedade local que deu origem ao que chamamos hoje de Ibiassucê baseava-se em economia escravagista do século XVIII e Início do Século XIX, utilizando-se de mão-de-obra escrava para a construção das primeiras edificações na fazenda, para a produção agrícola e para as tarefas caseiras.

Dada a fertilidade de suas terras, foram chegando famílias e o lugarejo transformou-se em povoado. Inicialmente, pertenceu ao município de Caetité, depois, com a emancipação política de Caculé, passou a se integrar àquele município, adquirindo a condição de distrito (PMI, 2020). A região compreendida entre o Alto Sertão da Bahia (Neves, 2003) e o Sertão da Ressaca, onde atualmente localiza-se o município de Ibiassucê, foram inicialmente habitadas por povos indígenas, Caetés, Mongoiós, Imborés, e outros (Rocha, 2018.).

A ocupação efetiva dessas terras pelos Europeus iniciou-se a partir da chegada de Portugueses e seus herdeiros tais como: Antônio Guedes de Brito (1660), André Rocha Pinto (1720), Pedro Leonino Mariz (1720), Matias João da Costa (1730) e João Gonçalves da Costa (1758). Essa ocupação foi marcada por conflitos com os povos originários, pela disseminação do trabalho escravo e pela imposição do domínio português nas terras ocupadas. (Rocha, 2018)

Segundo Souza e Santos (2007, p.358), a luta pela terra na mesorregião² do Centro Sul da Bahia³ é uma questão central para as comunidades camponesas. Rocha (2018) apresenta a importância de João Gonçalves da Costa que foi um bandeirante e colonizador que desempenhou um papel significativo na ocupação do Sertão da Ressaca⁴ e do Centro-Sul da Bahia durante os séculos XVIII e XIX. Destaca que sua biografia é marcada por controvérsias e pela escassez de documentação sobre suas atividades, mas ele é reconhecido por suas contribuições à formação territorial da região.

A biografia de João Gonçalves da Costa é bastante controversa tanto pelas divergências que o próprio capitão provocou enquanto estava vivo quanto pela escassa documentação existente sobre os relatos de suas atividades enquanto bandeirante pelo Sertão da Ressaca e por todo o território do Centro Sul da Bahia. Sobre suas ações no território baiano, estas podem ser analisadas com auxílio de alguns fragmentos de documentos oficiais da Coroa Portuguesa e relatos originais de alguns pesquisadores da época. Um dos primeiros relatos da presença de João Gonçalves da Costa na Bahia oitocentista foi do Governador da Bahia Manuel da Cunha Menezes que em 1779 houve falar pela primeira vez das feitorias do João Gonçalves.(Rocha, 2018, p.86)

Gonçalves da Costa foi um dos primeiros a explorar e estabelecer assentamentos na região do Centro Sul da Bahia, contribuindo para a expansão territorial portuguesa na Bahia. Sua atuação ajudou a consolidar a presença europeia em áreas que antes eram habitadas por povos indígenas, marcando o início de um novo ciclo de ocupação. Rocha (2018, p.93) apresenta que o processo

² A Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas foi institucionalizada pela aprovação da Presidência do IBGE por meio da Resolução PR n. 51, de 31.07.1989, publicada no Suplemento do Boletim de Serviço, ano 38, n. 1763, de circulação interna à Instituição. Com efeito, no final da década de 1980, o Brasil se encontrava com uma estrutura espacial muito diferente daquela que serviu de referência para a Divisão Regional das décadas de 1960 e 1970. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=16163>>. Acesso em: 30 de out. 2024

³A Mesorregião do Centro-Sul Baiano, situada no estado da Bahia, é uma região de grande extensão territorial, abrangendo uma área de 127.878 km² e abrigando uma população de 2.534.572 habitantes, distribuída em 118 municípios. Com uma densidade demográfica de 19,8 hab./km², a região apresenta uma ocupação relativamente esparsa. A altitude média da Mesorregião é de 564 metros. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/mesorregiao-do-centro-sul-baiano.html>>. Acesso em: 30 de out. 2024

⁴ Do ponto de vista geográfico atual, o “Sertão da Ressaca” corresponde, grosso modo, a um recorte regional intraestadual inserido no grande semiárido baiano, recebendo nomes diversos, segundo critérios oficiais de regionalização, tais como: Sudoeste da Bahia(SEPLANTEC-BA), Região de Vitória da Conquista (IBGE) e Planalto de Conquista (IBGE). DA SILVA, J. A. A.; SOUSA, V. V. Pelo “Sertão da Ressaca”: contribuições para a compreensão da sócio-história do Português Popular do Brasil. 2013.. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleiroletras/article/view/361>> . Acesso em: 30 out. 2024.

de ocupação liderado por Gonçalves da Costa não ocorreu sem resistência. Ele enfrentou conflitos com os povos nativos, que lutavam para preservar suas terras e modos de vida. Sua habilidade em lidar com essas situações, incluindo a "civilização" e o batismo de indígenas, demonstra uma estratégia de integração e controle que foi fundamental para a consolidação do domínio português na região.

Vale destacar que o processo de ocupação territorial no Sertão da Ressaca e toda a Bahia foram realizados imersos em resistências dos povos nativos, que em diversos pontos do Território do Sertão da Ressaca, entraram em conflito armado. Evidenciando-se assim, que o projeto de ocupação foi construído nos limites da oposição da própria vivência territorial dos nativos. (Rocha, 2018, p.93)

A luta pela posse da terra e a violência perpetrada contra os nativos foram características marcantes desse período, que estabeleceu as bases para a formação de latifúndios na região, controlados por famílias que se tornaram influentes no poder local. Souza e Santos (2007) destacam a complexidade da atuação dos bandeirantes:

[...] ao passo que deixa claro o quão útil foi o bandeirante para o Estado português, a historiadora demonstra toda a violência praticada contra os índios no processo de ocupação e posse do território. Sobre isto, Medeiros in Mosconi (2003) destaca que: 'A ocupação do solo não ocorreu sem lutas. Os nativos que ocupavam o Sertão da Ressaca (Mongoiós, Imborés e Pataxós) reagiram à ocupação do solo pelos invasores, em conflitos armados que, em relação aos Pataxós, perdurou até o século XX. Foram lutas que terminaram por liquidar a população Mongoió e Imboré, em verdadeiro genocídio.' (Medeiros e Mosconi, 2003, p. 23 apud Souza e Santos, 2007, p. 358-359).

A citação acima destaca a dualidade da figura dos bandeirantes, reconhecendo tanto sua importância para a expansão territorial portuguesa quanto a violência extrema contra os povos indígenas. Observa-se a ênfase da resistência dos nativos à ocupação, resultando em conflitos prolongados e genocídios. Esta perspectiva crítica revela o impacto devastador da colonização sobre as populações indígenas locais. Segundo Rocha (2018), Gonçalves da Costa foi responsável pela criação de estradas e aldeamentos, facilitando a comunicação e o transporte na região. Essa infraestrutura foi fundamental para a movimentação de pessoas e mercadorias, promovendo o desenvolvimento econômico e social do Centro-Sul da Bahia.

Com suas ocupações territoriais, João Gonçalves da Costa foi demarcando várias propriedades de terras, seguida pela abertura de

estradas entre o litoral e o sertão e entre o Sertão e a Capital da Bahia, criou o que se convencionou de Sertão da Ressaca, nome amplamente difundido nos documentos oficiais da Coroa Portuguesa, mas para isso, foi preciso dizimar centenas de índios, principalmente índios da tribo Camacan ou como afirma os documentos oficiais da época gentios Nogonhos. Antes disso João Gonçalves já havia fincado suas raízes com a abertura da estrada entre Conquista e Nazaré no Recôncavo Baiano, nesse trajeto, ele ocupou terras onde é o atual território de Planalto, terras no atual território de Poções, terras na atual Boa Nova, e as terras entre Boa Nova, Jequié e Jequiriçá. Seguindo o rio de Contas, ocupou terras até a barra do Funil onde foi construída uma base de fiscalização de contrabandos das mercadorias que iam em direção à Capital da Capitania de Ilhéus entre 1779 e 1807.(Rocha, 2018, p.90 e 91)

Souza e Santos (2007, p.362), acrescenta que com a promulgação da Lei de Terras em 1850, o controle sobre a propriedade da terra se tornou um desafio significativo, especialmente na região do Centro Sul da Bahia. Antes dessa lei, os registros de propriedade eram feitos pelas paróquias, o que gerou uma "indústria de falsificação de títulos" e dificultou a regularização fundiária. A lei visava restringir o acesso à terra, especialmente para escravos libertos e imigrantes europeus, consolidando um sistema que favorecia a elite agrária e perpetuava a desigualdade social. E segundo Souza e Santos (2007, p.364) essa dinâmica histórica contribuiu para a marginalização de muitos camponeses que lutavam por seus direitos à terra e à dignidade .

De acordo com as informações históricas obtidas por pesquisadores locais, como é o caso de Souza e Santos (2007, p.358), o processo de ocupação do território na Região do Centro Sul da Bahia, iniciou-se pela região do Planalto da Conquista. Segundo os autores essa área foi ocupada a partir do século XVIII, quando houve uma busca por metais preciosos e pela exploração de escravos, além da tentativa de abrir o interior do país para novas formas de exploração econômica. Tendo em vista essas informações, pode-se dizer que, com o passar do tempo, especialmente a partir da segunda metade do século XX, a região passou a sofrer um processo de valorização com a chegada do cultivo do café, que foi implementado pelo Estado. Isso levou à titulação de muitas terras e à intensificação da ocupação agrícola, transformando a dinâmica econômica e social da região.

Souza e Santos (2007, p.363), argumentam que o surgimento dos municípios do centro Sul da Bahia está intimamente ligado ao processo de ocupação e à exploração econômica da região, especialmente com a introdução do cultivo do café.

Inicialmente, a região era caracterizada por uma economia rural, mas, com o crescimento do cultivo do café e a titulação das propriedades, muitos camponeses que utilizavam a terra foram expulsos ou pressionados a vender suas propriedades por latifundiários. Dando continuidade ao estudo da ocupação do território Centro-Sul baiano, Souza e Santos (2007, p.369) destacam que esse processo de urbanização foi acentuado na década de 1940, quando o município de Vitória da Conquista, por exemplo, passou de uma população predominantemente rural para uma urbanização significativa, com mais de 85% da população vivendo em áreas urbanas até o ano 2000.

Aprofundando os estudos sobre as relações históricas de ocupação do território baiano, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) 2001, na série de Estudos e Pesquisas, em seu documento intitulado, *Evolução Territorial e Administrativa Do Estado da Bahia: Um Breve Histórico*, Caetité aparece como uma das cidades que compõem o Centro Sul baiano e apresenta destaque nesse ínterim. Sendo uma das pioneiras no processo de povoamento e consequente emancipação do município de Ibiassucê, onde herdou suas origens históricas do território das capitanias que compuseram a Bahia no Século XVI. Durante o período colonial, a Capitania da Bahia de Todos os Santos era uma das principais divisões administrativas do Brasil, e Caetité, localizada no interior do estado da Bahia, foi influenciada por essa estrutura administrativa, especialmente em relação ao desenvolvimento econômico e à ocupação do território.

É importante dizer que de acordo com o que é apresentado pela SEI (2001), o povoamento da Bahia teve início com a colonização portuguesa no século XVI, quando Tomé de Souza foi enviado em 1549 para estabelecer a primeira cidade do Brasil, Salvador, na capitania da Bahia de Todos os Santos. A partir desse momento, a região começou a se desenvolver como um importante centro administrativo e econômico, atraindo colonos, indígenas e africanos.

A Coroa portuguesa incentivou a ocupação do território, concedendo sesmarias e promovendo a criação de vilas, como as de Santarém e Trancoso, que surgiram a partir de aldeias indígenas. No entanto, a ocupação do território baiano nessa época enfrentou desafios, como a resistência indígena e as invasões holandesas, que dificultaram o avanço das atividades agrícolas e a consolidação do

poder colonial. Com o passar do tempo, as capitanias que compunham a Bahia, incluindo Porto Seguro, São Jorge dos Ilhéus e a própria Bahia de Todos os Santos, foram unificadas, formando a Capitania da Bahia. Essa junção, ocorrida no século XVIII, ampliou significativamente a área territorial e a influência da região, que passou a incorporar novas comarcas, como a do Rio São Francisco.

A essa altura dos acontecimentos, com a união das capitanias Porto Seguro, Bahia de Todos os Santos, São Jorge dos Ilhéus, Peroassu ou Paraguaçu e Itaparica/Tamarandiva para formar a Capitania da Bahia, e a incorporação da comarca do Rio São Francisco, até então pertencente a Pernambuco, a Província da Bahia assume a configuração atual, tendo sua área ampliada em cerca de 30%. A Bahia disputava terras ainda com Sergipe e Espírito Santo, embora isso não viesse a representar mudanças substanciais na área ou na forma.(BAHIA, 2001,p.45)

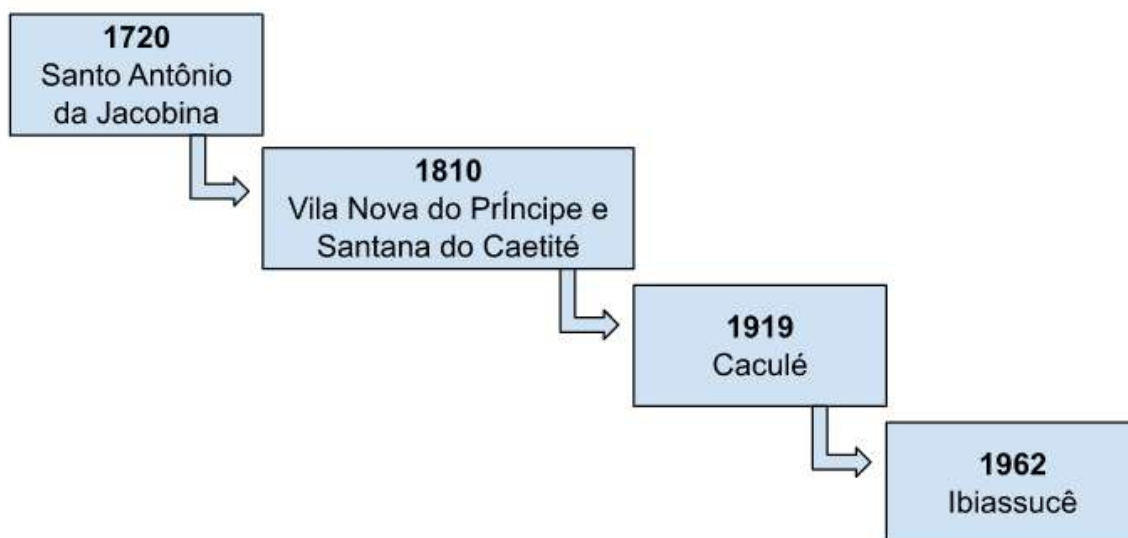
A partir de 1827, com a criação da Província da Bahia, a região consolidou sua estrutura administrativa, refletindo a crescente importância econômica e política que a Bahia adquiriu no contexto do Brasil colonial. A província se tornou um espaço fundamental para a produção de açúcar e tabaco, além de ser um ponto estratégico para o comércio e a comunicação entre as diversas regiões do país.

A SEI (2021, p.86) na série de Estudos e Pesquisas, em sua tabela que apresenta a Origem dos Municípios/Evolução dos Desmembramentos nos Séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, mostra que o território que futuramente seria as terras de Caetité pertenceu ao município originário de Santo Antônio da Jacobina desde 1720, que em 1810 foi desmembrado para a Vila Nova do Príncipe e Santana do Caetité. Com o passar do tempo e após a municipalização de Caetité que aconteceu no Século XIX, desmembra então o município de Caculé, em 1919 e somente em 1962 Ibiassucê se configura como município. É importante destacar que essa relação com Jacobina foi significativa para o desenvolvimento e povoamento da região, especialmente em termos de administração e economia, uma vez que Jacobina era um importante centro de exploração mineral e comercial na época.

A descoberta das minas de ouro pelos bandeirantes paulistas determinou por carta régia de 5 de agosto de 1720 a criação da que viria a ser a "capital do ouro" na Bahia, a Vila de Santo Antônio da Jacobina. Havia interesse por parte do governo em criar vilas no sertão, de modo a oferecer garantias civis e políticas aos moradores que se ocupavam com a criação de gado e com a mineração. (BAHIA, 2001,p.41)

A criação da Vila de Santo Antônio da Jacobina exemplifica a estratégia do governo colonial de interiorizar a ocupação e assegurar o controle sobre as atividades econômicas no sertão. Esse movimento consolidou a presença portuguesa em áreas mais afastadas, promovendo o desenvolvimento regional. De acordo com o exposto anteriormente, é possível traçar uma linha do tempo do processo de ocupação do território de Ibiassucê a partir do município originário de Santo Antônio da Jacobina, o infográfico 1, baseada na série de Estudos e Pesquisas da SEI (2001), retrata a história em sua forma cronológica.

Infográfico 1 - Evolução da ocupação do território de Ibiassucê, Bahia



Fonte: SEI 2001, Estudos e Pesquisas; Evolução Territorial e Administrativa do Estado da Bahia: Uma Breve História. Org: Teixeira (2024)

Dessa forma, a análise da ocupação do território de Ibiassucê, Bahia, evidencia como o desenvolvimento histórico da região esteve diretamente relacionado à dinâmica de exploração mineral, expansão das vilas e desmembramento de municípios originários, refletindo a importância da organização administrativa e econômica durante o período colonial. A partir desse contexto, é possível entender como os processos de emancipação e reestruturação territorial moldaram a configuração atual dos municípios baianos e contribuíram para o crescimento regional.

Além disso, a implementação de políticas de desenvolvimento e a criação de centros industriais na região, a partir do final dos anos 70, também contribuíram para

a transformação dos municípios, promovendo a migração de trabalhadores do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida e trabalho. Frente a realidade do Brasil em relação a desocupação rural e contrapartida à ocupação urbana, essa dinâmica resultou em um aumento da concentração urbana e na marginalização de muitos camponeses, que se viram obrigados a deixar suas terras em busca de oportunidades nessas áreas. Assim, o surgimento dos municípios no Centro Sul da Bahia é um reflexo das mudanças econômicas e sociais que ocorreram ao longo do tempo, marcadas pela luta pela terra e pela busca por melhores condições de vida.

Segundo Neves de Jesus (2020), o processo de ocupação do território de Caetité, ao qual historicamente surge o território de Ibiassucê com os futuros desmembramentos, está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento econômico do centro sul baiano, especialmente durante os ciclos de exploração mineral e agrícola. Inicialmente, a região foi marcada pela presença de bandeirantes que buscavam ouro, o que levou à formação de um núcleo populacional significativo. A partir do século XVIII, com a descoberta de jazidas auríferas, Caetité se tornou um ponto estratégico para o comércio e a circulação de mercadorias, incluindo a mão de obra escravizada. Essa dinâmica além de acelerar a ocupação do território, estabeleceu uma rede de interações econômicas que conectava Caetité a outras áreas ricas em recursos, contribuindo para a formação de uma "ilha" econômica no sertão baiano.

O ciclo econômico do café no Sudeste condicionou a maiores aglomerações, que, para Santos (1993), gerou um acúmulo da riqueza, fluidez do capital interno, criou condições para a implantação da infraestrutura urbana, ao estabelecer as primeiras vias férreas de escoamento da produção. O capital gerado foi suficiente para financiar a exploração, sobretudo, das minas de ouro nos Sertões baianos que, conseqüentemente, criou uma via de acesso entre a Mina de Rio de Contas e Minas Gerais que, em 1754, foi transformada em freguesia e posteriormente intitulada de Caetité. (Neves de Jesus, 2020, p.15)

De acordo com Neves de Jesus (2020, p.15), com o advento do ciclo do café no século XIX, a ocupação do território de Caetité se intensificou ainda mais. A produção cafeeira, que se expandiu para o Centro Sul baiano, trouxe consigo um aumento na demanda por terras férteis e mão de obra, resultando em um crescimento populacional significativo na região entre os anos de 1940-1950.

Além do café, conforme Neves de Jesus (2020, p.15) outras culturas como cana-de-açúcar, fumo, milho, mandioca e feijão; também foram introduzidas, diversificando a economia local. Essa expansão agrícola além de consolidar a importância de Caetité como um centro econômico, moldou sua configuração urbana, com a construção de moradias e infraestrutura que refletiam a riqueza gerada por essas atividades. Assim, a interligação entre a ocupação do território e o ciclo do café foi fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de Caetité e sua inserção no contexto da Bahia. O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) argumenta que o desenvolvimento de Ibiassucê resultou do desmembramento de Caetité.

Durante o século XX o município de Caetité e os demais municípios emancipados desse, desmembraram-se em vários outros municípios, a exemplo de Caculé, Ibiassucê, e Rio do Antônio. Tais desmembramentos municipais elucidam que ampla parcela das povoações de onde resultaram os atuais municípios do Sertão Produtivo teve sua origem no território de Caetité. A autoridade histórica do município também está relacionada à sua posição geográfica, uma vez localizada a aproximadamente 900m de altitude nas encostas de serras e banhado por riachos. Tornou-se assim um próspero ponto de pouso de pecuaristas e mineradores que trafegavam pela região. Aliado a esses aspectos, a terra fértil foi propícia à agricultura policultural (Bahia, 2010, p.11).

Este plano enfatiza que a criação de Ibiassucê como município autônomo foi um fator determinante para seu crescimento econômico e social. A separação administrativa permitiu uma gestão mais focada nas necessidades locais, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e eficiente. Além disso, o PTDRS aponta que essa independência administrativa facilitou a implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria das infraestruturas urbana e rural, impulsionando o progresso do município.

O PTDRS (2010) apresenta que a autonomia municipal possibilitou uma maior captação de recursos e investimentos, tanto do governo Estadual quanto do Federal, favorecendo projetos de desenvolvimento sustentável e fortalecendo a economia local. A gestão própria também permitiu uma melhor articulação entre as comunidades e os gestores públicos, promovendo a participação cidadã e a coesão social. Segundo informações obtidas no site oficial da prefeitura e também autores citados outrora, os primeiros habitantes da região eram índios Caetés. No século XIX, o território fazia parte do município de Caculé. Nesse contexto, Oliveira (2019,

p.73) apresenta que no período citado desenvolveu-se a fazenda Lagoa do Cisco, propriedade de Anselmo Cruz Prates, Sebastião Figueiredo Cardoso e das famílias Lima e Gonçalves de Aguiar, na qual surgiram as primeiras casas e a capela de São Sebastião, formando o povoado São Sebastião do Cisco.

Com a chegada de mais famílias, o povoado cresceu e se tornou um distrito, a denominação variou ao longo dos anos, passando por São Sebastião, São Sebastião do Caetité e, finalmente, Ibiassucê, nome definido pelo Decreto Estadual nº 141, de 1943. Oliveira (2019, p.74) escreve que a população ansiava pela emancipação política, que ocorreu em 18 de julho de 1962, pelo Decreto nº 1.724 do então governador da Bahia, Coronel Juracy Magalhães. Ibiassucê se desmembrou do município de Caculé e conquistou sua municipalização.

De acordo com Oliveira (2019), o processo de definição territorial de Ibiassucê, desde sua emancipação em 1962 até a última lei de delimitação territorial do Sertão Produtivo em 2012, foi caracterizado por perdas e ganhos de áreas. A análise comparativa entre os mapas de 2007 e 2015, elaborados por Oliveira (2019, p. 87) de acordo com informações retirada da SEI, evidencia alterações significativas. Em relação às perdas, observou-se que Ibiassucê cedeu áreas ao município de Caculé, especialmente nas proximidades da Barragem da Cana, um marco divisor importante entre os dois municípios. Além disso, a área da comunidade de Garrote, inicialmente pertencente a Ibiassucê, foi incorporada ao município de Rio do Antônio em 2007, retornando a Ibiassucê em 2015.

Por outro lado, Oliveira (2019), apresenta que Ibiassucê também obteve ganhos territoriais expressivos em relação a Caculé, com a incorporação de áreas localizadas ao norte do município. Com o retorno da comunidade de Garrote em 2015, Ibiassucê reintegrou essa área ao seu território. Segundo a Tabela 1 (p.85) da pesquisa de Oliveira (2019), Ibiassucê não registrou perdas territoriais, mas obteve um ganho de 103 km². As informações sobre os limites geográficos do município, descritas na Lei de criação nº 1.724 de 18 de julho de 1962 e na Lei Estadual nº 12.608 de 27 de dezembro de 2012, foram utilizadas para delimitar as áreas de estudo.

I - Com o Município de Lagoa Real - Começa no lugar Brejo, na ponte sobre o rio São João (coordenadas - 14° 11 43,45"; - 42° 20 50,76"), desce por este até a foz do riacho da Baixa do Junco (coordenadas - 14° 11 57,78"; - 42° 13 46,16").

II - Com o Município de Rio do Antônio - Começa na foz do riacho da Baixa do Junco no rio São João (coordenadas - 14° 11 57,78"; - 42° 13 46,16"), daí alcança o divisor de águas das sub-bacias do riacho Garrote e do riacho da Tabua de Baixo, segue pelo referido divisor, sentido sudeste, até encontrar com o divisor de águas da serra da Baixa Grande (coordenadas - 14° 14 27,73"; - 42° 10 32,33"), segue por este divisor de água, sentido sul, até seu extremo sul (coordenadas - 14° 22 31,30"; - 42° 11 38,98"), daí em reta, sentido oeste, até o ponto no alto do morro do Cabeludo ou Tapera (coordenadas - 14° 22 39,40"; - 42° 13 53,31").

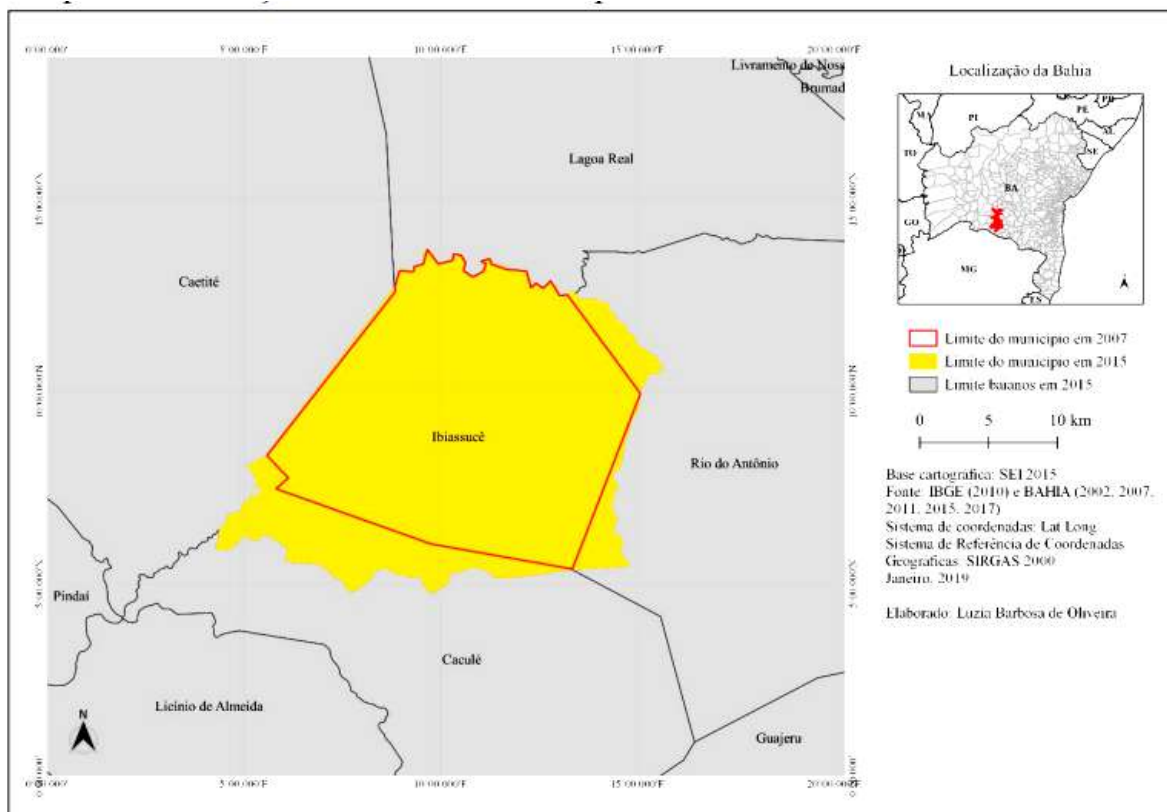
III - Com o Município de Caculé - Começa no ponto no alto do morro do Cabeludo ou Tapera (coordenadas - 14° 22 39,40"; - 42° 13 53,31"), daí em reta, sentido sudoeste, até o ponto na estrada Guará-Tapera (coordenadas - 14° 22 58,59"; - 42° 16 13,82"), daí em reta, sentido oeste, até o centro do barramento do açude do Jacu (coordenadas - 14° 22 57,82"; - 42° 16 53,59"), daí alcança o divisor de águas entre as localidades de Caldeirão e Catriogongo, segue pelo mesmo, passando pelo alto do Careta (coordenadas - 14° 22 38,04"; - 42° 21 3,71") e pelo divisor de águas do alto da localidade de Olhos D'Água dos Porcos ou dos Anjos até encontrar a estrada da barragem do açude da Cana (coordenadas - 14° 22 28,93"; - 42° 23 42,72"), segue por esta estrada, sentido oeste, passando pelo barramento do açude da Cana, até o centro do barramento do açude do Cipó (coordenadas - 14° 22 14,07"; - 42° 25 6,17"), daí em reta, sentido nordeste, até o ponto de coordenadas - 14° 21 53,80"; - 42° 24 57,48", situado a nordeste da localidade de Cipó, na estrada Cipó-Lagoa dos Patos, daí em reta, sentido noroeste, até o entroncamento da estrada Mandu-Lagoa Rasa (coordenadas - 14° 21 30,18"; - 42° 25 25,71"), no divisor de águas do riacho Taquari e do córrego Jequitaí, segue por este divisor, sentido oeste, até encontrar a foz do segundo afluente da margem direita do riacho Taquari (coordenadas - 14° 21 53,70"; - 42° 27 50,36"), no riacho Taquari, desce por este até sua foz no riacho da Faca (coordenadas - 14° 21 6,97"; - 42° 27 39,99").

IV - Com o Município de Caetité - Começa na foz do riacho Taquari no riacho da Faca (coordenadas - 14° 21 6,97"; - 42° 27 39,99"), desce por este até cruzar com a estrada Capivara-Serragem (coordenadas - 14° 19 40,99"; - 42° 25 59,59"), segue por esta, sentido Serragem, até o ponto que separa as localidades de Capivara e Serragem (coordenadas - 14° 18 40,34"; - 42° 26 37,06"), daí em reta, sentido nordeste, até o centro da lagoa do Galho Torto (coordenadas - 14° 18 16,17"; - 42° 25 52,78"), daí em reta, sentido nordeste, até o ponto no lugar Brejo, na ponte sobre o rio São João (coordenadas - 14° 11 43,45"; - 42° 20 50,76").(DOE - BA em 28 dez 2012)

As informações sobre os limites geográficos do município de Ibiassucê, descritas na legislação pertinente, detalham as delimitações territoriais com os municípios vizinhos, utilizando marcos naturais como rios e divisores de água, além de coordenadas geográficas precisas. Analisando os mapas, com base nessas informações, permite concluir que o processo de reconfiguração territorial foi

motivado pela busca de uma delimitação mais precisa. Observe o Mapa 2, produzido por Oliveira (2019, p. 92).

Mapa 2 - Alteração territorial do Município de Ibiassucê entre 2007 a 2015



Fonte: Oliveira, Luzia Barbosa (2019)

Essas alterações contribuíram para a definição de um território mais bem estruturado, refletindo um processo de reconfiguração espacial fundamentado em critérios geográficos e legais, que favorecem a gestão territorial e o desenvolvimento local que compõem a atual malha territorial do município estudado. Desde o surgimento de Ibiassucê, os festejos de São Sebastião, celebrados tradicionalmente em janeiro, têm sido um marco cultural significativo. A construção da capela de São Sebastião marca o desenvolvimento inicial do povoado, servindo como um ponto de encontro religioso e comunitário. A importância da capela e dos festejos de São Sebastião apresenta a história e a cultura que continuam a influenciar seu desenvolvimento até os tempos atuais, atraindo visitantes e conterrâneos que moram em diferentes lugares.

Atualmente, Ibiassucê está localizada nas coordenadas geográficas 14° 15' 32" S e 42° 15' 25" O, segundo o IBGE (2022). A área da unidade territorial é de

483,274 km² (dados de 2022), e a altitude é de 574 metros. O município faz parte da região intermediária de Guanambi, da região imediata de Guanambi, da mesorregião Centro-Sul Baiano e da microrregião de Guanambi. Está situado a uma distância de 625 quilômetros da capital do Estado. O clima predominante é semiárido, e a localidade segue o fuso horário UTC-3 (IBGE 2022).

De acordo com informações retiradas da Cartilha Perfil dos Territórios De Identidade Da Bahia, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2015), Ibiassucê apresenta um relevo caracterizado por áreas de planalto e depressões, típico da região semiárida da Bahia. O clima predominante é o semiárido, com uma pluviometria que varia em torno de 700 mm anuais, e temperaturas que oscilam entre 18°C e 28°C com média de 23°C. A vegetação do município de acordo com a cartilha é composta principalmente por caatinga, adaptada às condições de aridez, com espécies xerófitas que conseguem sobreviver em ambientes com escassez de água. A transição para áreas de clima subúmido a seco é observada em algumas partes do município, onde a vegetação pode ser um pouco mais densa e diversificada.

Segundo a Sei Bahia (2015) , Ibiassucê faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Essa bacia é uma das mais importantes do Brasil e abrange uma vasta área, incluindo diversos municípios do Centro Sul da Bahia. O principal manancial de água potável do município de Ibiassucê está localizado no povoado Santo Antônio, sendo abastecido pelo Rio Jacaré, que apresenta um regime de fluxo intermitente. Este rio, embora não tenha um fluxo constante ao longo do ano, é fundamental para a captação de água potável na região, especialmente durante os períodos de chuvas, quando suas águas se tornam mais abundantes.

Painel 1 – Imagens aéreas da Barragem de Santo Antônio, Ibiassucê (2024)



Fonte: Arquivos pessoal de Selma Cristina Pires Rodrigues Agosto de 2024

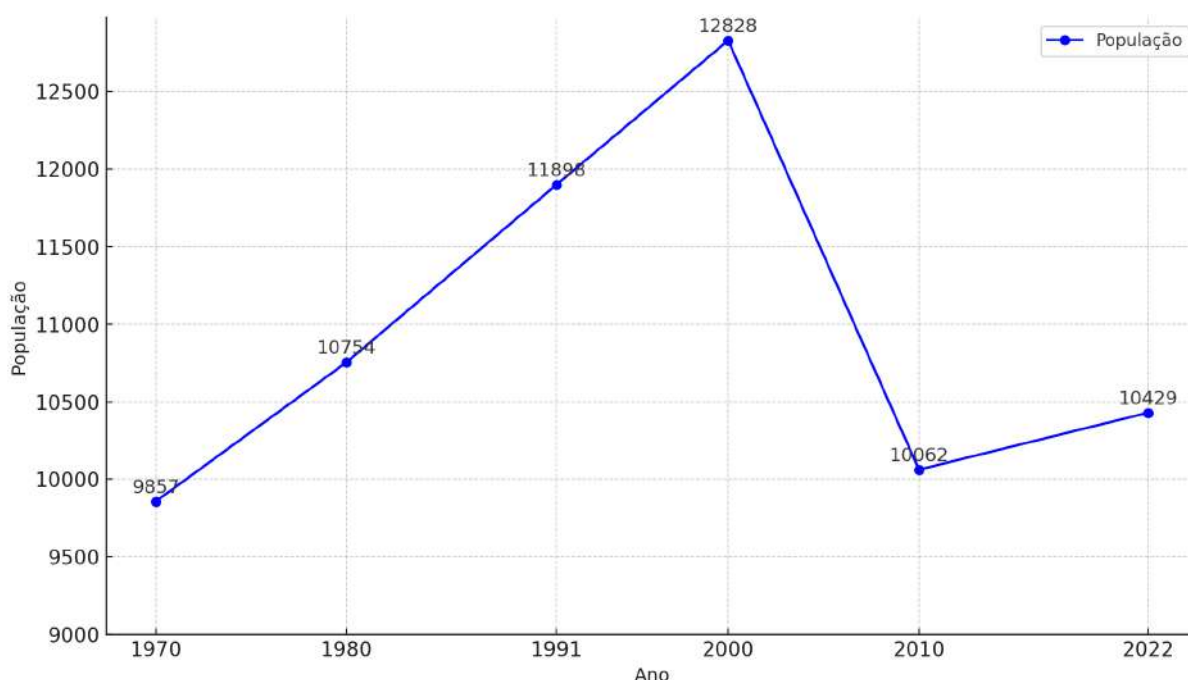
O solo de Ibiassucê é predominantemente composto por Latossolos Vermelho-Amarelos, que são característicos da região semiárida da Bahia. Observe,

Melhores aptidões para os Argissolos Vermelho-Amarelos, Cambissolos Háplicos e Latossolos Vermelhos na implantação de lavouras e para os Latossolos Vermelho-Amarelos de boa fertilidade, com adubação e correção, que estão situados nos municípios de Caculé, Candiba, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi. (Bahia, 2015, p.63)

Esses solos apresentam boa fertilidade e são adequados para a prática agrícola, especialmente quando recebem adubação e correção. Além dos Latossolos, também são encontrados Argissolos, Cambissolos e Neossolos, que variam em suas características físicas e químicas, influenciando a capacidade de retenção de água e nutrientes. Segundo a Cartilha da SEI 2015, Ibiassucê é um município que possui reservas de talco, um mineral de grande importância econômica e industrial.

De acordo com as informações disponibilizadas pelo IBGE, o crescimento populacional de Ibiassucê nas últimas décadas apresenta uma trajetória de variações significativas. No Censo Demográfico de 1970, a população do município era de 9.857 habitantes, e em 1980, o número subiu para 10.754 habitantes. Em 1991, a população continuou crescendo, atingindo 11.898 habitantes. No Censo de 2000, a população chegou a 12.828 habitantes. No entanto, em 2010, houve uma queda acentuada, com a população reduzida para 10.062 habitantes. Com os dados mais recentes de 2022, a população de Ibiassucê é de 10.429 habitantes, indicando uma leve recuperação em relação ao censo anterior.

Gráfico 2 - Evolução da População de Ibiassucê 1970 a 2022



Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática, Censo IBGE; Org: Teixeira (2024).

De acordo com os dados do IBGE/SIDRA (2022), o crescimento populacional de Ibiassucê apresentou variações significativas ao longo das décadas. Entre 1970 e 1980, a taxa de crescimento anual foi de aproximadamente 0,87%, aumentando ligeiramente para 0,91% entre 1980 e 1991. No período de 1991 a 2000, a taxa de crescimento foi de 0,82%. No entanto, entre 2000 e 2010, houve uma redução populacional, com uma taxa negativa de -2,33% ao ano. Nos anos mais recentes, de 2010 a 2022, a população voltou a crescer, mas a uma taxa mais modesta de 0,30% ao ano.

A redução populacional observada entre os anos de 2000 e 2010, quando a população de Ibiassucê caiu de 12.828 para 10.062 habitantes, pode ser parcialmente explicada pela perda territorial sofrida pelo município em 2007. Nesse período, a reconfiguração dos limites municipais resultou na transferência de áreas para os municípios vizinhos, como Caculé e Rio do Antônio, o que impactou diretamente a contagem populacional de Ibiassucê. A mudança dos limites geográficos, conforme tratado anteriormente, envolveu a cedência de áreas que possuíam comunidades estabelecidas, contribuindo assim para a diminuição do número de habitantes registrado no Censo de 2010. Observe a tabela abaixo.

Tabela 1 - População residente, por situação do domicílio, Ibiassucê (1970 a 2022)

População residente, por situação do domicílio						
Ano	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Urbana	1.078	1.277	2.956	4.037	4.706	5.160
Rural	8.779	9.477	8.942	8.791	5.356	5.269
Total	9.857	10.754	11.898	12.828	10.062	10.429

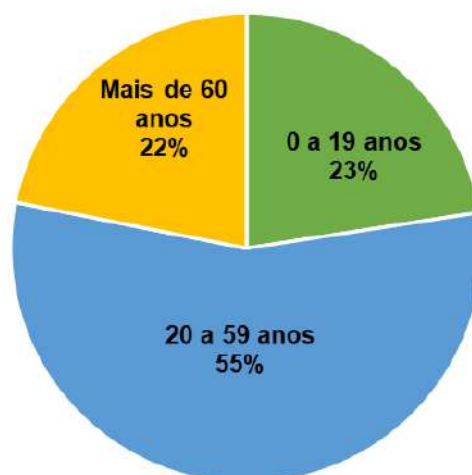
Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática, Censo IBGE; Org: Teixeira (2024)

Analisando os dados da Tabela 1, observa-se que a população residente por situação do domicílio entre os anos de 1970 e 2022 revela uma significativa mudança na distribuição populacional entre áreas urbanas e rurais. A população urbana apresentou um crescimento contínuo, passando de 1.078 habitantes em 1970 para 5.160 em 2022, refletindo um processo de urbanização. Por outro lado, a população rural, que era majoritária em 1970 com 8.779 habitantes, sofreu um decréscimo considerável, caindo para 5.269 em 2022, o que indica uma migração considerável de habitantes das áreas rurais para as urbanas. Esses dados sugerem uma urbanização crescente e uma possível concentração de serviços e oportunidades econômicas nas áreas urbanas, o que pode estar impulsionando a migração interna.

4.2 Perfil da população de Ibiassucê – moradia e demais indicadores socioespaciais

A estrutura etária de um município é um fator determinante para o planejamento de políticas públicas adequadas às necessidades de sua população. No município de Ibiassucê como mostra o Gráfico 7, os dados demográficos revelam uma distribuição etária que indica 22,5% da população composta por crianças e jovens (0 a 19 anos), 55,6% por adultos em idade economicamente ativa (20 a 59 anos) e 21,9% por idosos (60 anos ou mais), de acordo com o Censo IBGE 2022. Segundo Barros e Carvalho (2020), a distribuição etária impacta diretamente na alocação de recursos municipais e no planejamento de serviços como saúde, educação e assistência social, o que reforça a importância de políticas integradas para responder às demandas geradas por essas faixas etárias.

Gráfico 3 - População residente por distribuição por faixa etária, Ibiassucê (2022)



Fonte: Censo IBGE 2022

O envelhecimento populacional em Ibiassucê tem sido um fenômeno expressivo nas últimas décadas. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 1991, o município contava com 1.054 pessoas com mais de 60 anos, enquanto em 2022 esse número subiu para 2.283, representando um aumento significativo de 116,6%. Esse crescimento do número de idosos ocorreu mesmo com a redução da população total do município, refletindo as tendências nacionais de envelhecimento demográfico.

A transição demográfica, caracterizada pela redução das taxas de fecundidade e o aumento da expectativa de vida, tem alterado o perfil etário de Ibiassucê, trazendo novos desafios para a formulação de políticas públicas voltadas ao atendimento da crescente população idosa, especialmente em áreas como saúde e assistência social. Nesse contexto, "o Brasil enfrenta a exigência de, com certa urgência, ampliar o entendimento das implicações de ordem demográfica, econômica e social do processo de envelhecimento e organizar políticas para enfrentá-las" (Batista, *et al*, 2008, p. 138). Além do Brasil, o município de Ibiassucê também precisa se organizar para enfrentar o desafio do envelhecimento populacional que segundo Miranda; Mendes; Silva, (2017, p. 313) foi "iniciado no país na década de 1950, tornando-se mais veloz a partir de 1980".

Ibiassucê precisa estar preparado para o fenômeno do envelhecimento populacional devido às profundas implicações que esse processo traz para a gestão

pública e o bem-estar social. O aumento da população idosa exige uma reestruturação dos serviços de saúde, assistência social e políticas públicas voltadas ao cuidado com essa parcela da população. “A capacidade do país de fazer frente a esses novos desafios passa, certamente, pela antecipação dos possíveis problemas que o envelhecimento poderá trazer, preparação para fazer frente a eles [...]” (Alves, *et al*, 2010, p. 31).

Além disso, o envelhecimento afeta a força de trabalho ativa, já que a proporção de pessoas em idade produtiva diminui, o que pode impactar o desenvolvimento econômico local. Para garantir uma qualidade de vida adequada aos idosos e manter o dinamismo econômico, é essencial que o município desenvolva estratégias que contemplem a ampliação dos serviços sociais e a criação de oportunidades que atendam tanto a população envelhecida quanto os trabalhadores em atividade. A tabela a seguir apresenta a evolução da população residente em Ibiassucê, por gênero, entre 1970 e 2022, destacando as oscilações ao longo das décadas e fornecendo subsídios para o planejamento de políticas públicas direcionadas tanto à população idosa quanto à força de trabalho ativa.

Tabela 2 - População residente, por situação de gênero, Ibiassucê (1970 a 2022)

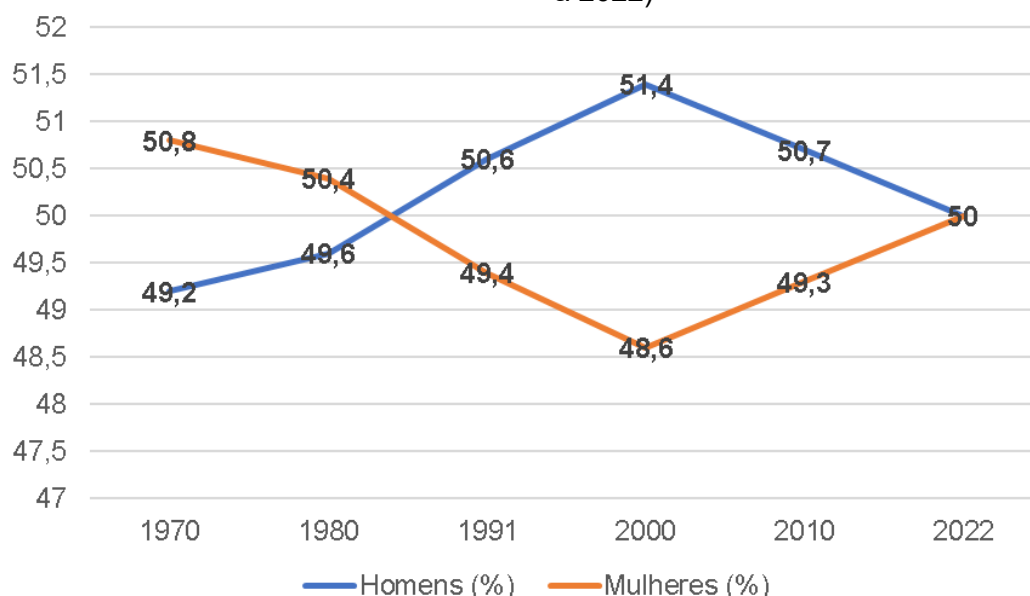
População residente, por gênero						
Ano	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Homens	4.851	5.383	6.023	6.617	5.097	5.210
Mulheres	5.006	5.371	5.875	6.211	4.965	5.219

Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática, Censo IBGE; Org: Teixeira (2024)

Analisando as informações da Tabela 2, ao longo das décadas, a porcentagem de homens e mulheres na população de Ibiassucê tem mostrado variações sutis. Em 1970, as mulheres representavam 50,8% da população, enquanto os homens constituíam 49,2%. Em 1980, as mulheres eram 50,4% e os homens 49,6%. Em 1991, a proporção se inverteu ligeiramente, com os homens compondo 50,6% e as mulheres 49,4%. No ano 2000, a presença masculina aumentou para 51,4%, enquanto as mulheres representavam 48,6%. Em 2010, as mulheres passaram a ser 49,3% e os homens 50,7%. Finalmente, em 2022, a

proporção se equilibrou quase perfeitamente, com homens e mulheres representando, respectivamente, 50,0% cada.

Gráfico 4 - População residente em porcentagem, por situação de gênero, Ibiassucê (1970 a 2022)



Fonte: SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática, Censo IBGE; Org: Teixeira(2024)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Ibiassucê apresenta um crescimento significativo ao longo das últimas décadas. De acordo com os dados disponíveis, o IDH passou de 0,301 em 1991 para 0,437 em 2000, alcançando 0,611 em 2010. Este aumento reflete melhorias nas condições de vida da população e no acesso a serviços essenciais, como saúde e educação. É importante ressaltar que o último dado disponível no período de construção desta pesquisa é referente ao IDHM é de 2010, uma vez que o IBGE ainda não divulgou as informações resultantes do Censo de 2022 (IBGE Cidades, 2024). Assim, espera-se que futuras publicações possam fornecer uma atualização sobre o IDHM e sua evolução mais recente, possibilitando uma análise mais completa do desenvolvimento humano em Ibiassucê.

Tabela 3 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Ibiassucê (1991-2010)

Indicador	1991	2000	2010
IDHM	0,301	0,437	0,611

Fonte: Sistema IBGE Cidades; Organizado por: Teixeira, Fabrício Souza (2024)

É importante frisar que o IDHM é um índice que avalia o desenvolvimento humano em diferentes localidades, considerando três dimensões fundamentais: saúde, educação e renda. Cada uma dessas dimensões é mensurada por indicadores específicos: a saúde é avaliada pela expectativa de vida ao nascer, a educação é medida pela taxa de escolarização e pela taxa de alfabetização, enquanto a renda é calculada com base na renda per capita. O IDHM varia de 0 a 1, em que quanto mais próximo de 1, melhor a situação do município em termos de desenvolvimento humano.

Segundo os dados do IBGE (2024), Ibiassucê possui uma taxa de alfabetização de 82,59% ao passo que a nível estadual esse percentual é de 87,4% e a nível nacional o percentual é de 93%, ou seja, o município está abaixo da média nacional e estadual. Quando analisa o número médio de estudo por ano, a população de Ibiassucê possui 7,3 anos de estudo, a nível estadual essa média é de 8,4 anos de estudo e a nível nacional a média sobe para 9,44 anos de estudo. Ou seja, o município está abaixo da média nacional tanto em relação ao percentual de analfabetismo quanto ao tempo de estudo por pessoa.

A análise da taxa de mortalidade infantil de acordo com a linha do tempo IBGE (2022) em Ibiassucê entre 2010 e 2022 revela variações significativas ao longo dos anos, sem uma tendência consistente de queda. No início da década, a taxa variou entre 15,38 (2010) e 39,06 (2011) óbitos por mil nascidos vivos, com picos em 2012 (35,71) e 2019 (24,69). Apesar de reduções substanciais em anos como 2014 (10,1) e 2018 (9,35), a mortalidade infantil voltou a subir em alguns períodos. Em 2022, a taxa foi de 9,8 óbitos por mil nascidos vivos, indicando uma melhora recente, embora ainda sujeita a variações anuais. Observe a Tabela 4 que apresenta esses resultados.

Tabela 4 - Taxa de Mortalidade Infantil em Ibiassucê (2010-2022)

Indicador	Taxa de mortalidade infantil	Nascidos vivos	Óbitos - Idade menor que 1 ano
2010	15,38	130	2
2011	39,06	128	5
2012	35,71	112	4
2013	28,4	107	3

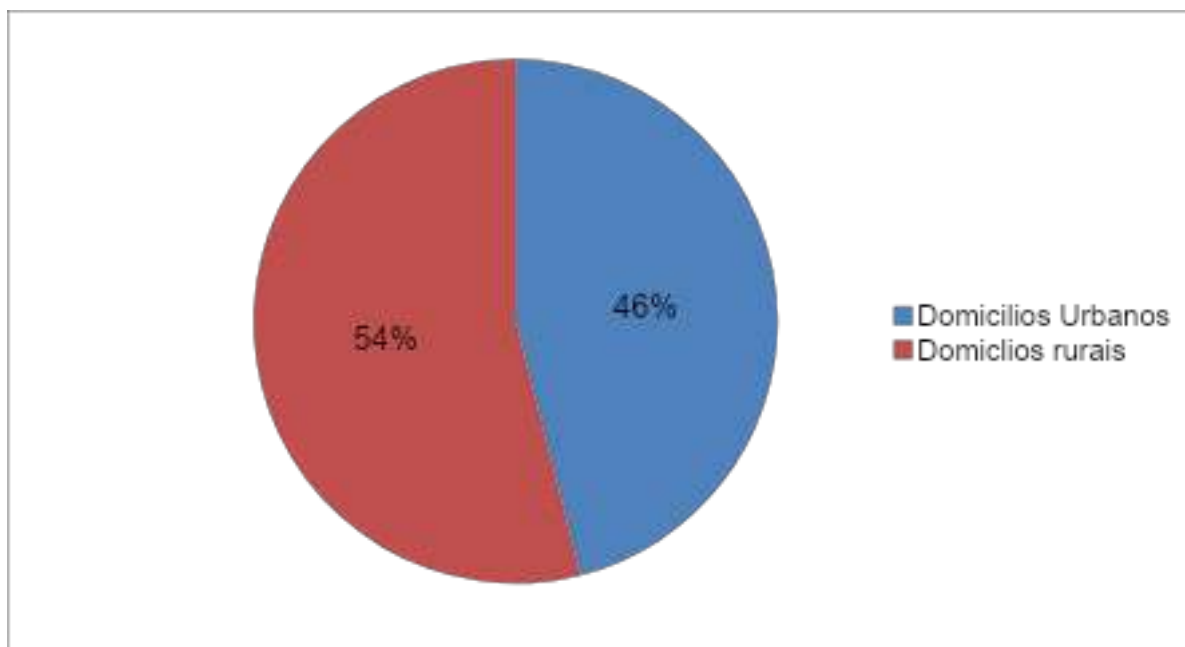
2014	10,1	99	1
2015	16,26	123	2
2016	10,53	95	1
2017	19,42	103	2
2018	9,35	107	1
2019	24,69	81	2
2020	20,41	98	2
2021	Dados não fornecidos	100	Dados não fornecidos
2022	9,8	102	1

Fonte: Sistema IBGE Cidades; Organizado por: Teixeira, Fabrício Souza (2024)

Em relação à evolução populacional de Ibiassucê, observa-se uma redução na taxa de natalidade infantil ao longo dos anos. Em 2010, o município contava com 10.062 habitantes, registrando 130 nascidos vivos e uma taxa de natalidade infantil de 12,9 por mil habitantes. Já em 2022, a população aumentou para 10.429 habitantes, com 102 nascidos vivos e uma taxa de natalidade infantil reduzida para 9,78 por mil habitantes. No entanto, apesar do crescimento populacional, o município apresentou crescimento vegetativo negativo nas duas últimas décadas: em 2010, o índice foi de -2,47 e, em 2022, de -0,02. Esses dados indicam que o aumento populacional em Ibiassucê foi desacelerado e influenciado por uma queda nas taxas de natalidade e uma estabilização no saldo natural da população.

Com base nos dados do Censo 2022 do IBGE sobre os domicílios no panorama de Ibiassucê, o município conta com um total de 4.884 domicílios. Dentre esses, 3.531 são classificados como Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, dos quais 98,22% são casas, 1,76% são apartamentos, e apenas 0,03% são casas de vila ou condomínios. Além disso, 885 domicílios encontram-se vagos ou não ocupados, enquanto 464 são classificados como de uso ocasional. Do total de domicílios, 4.880 são Particulares Permanentes, 1 é classificado como Particular Improvisado e 3 são Coletivos. Dentre os 4.884 domicílios totais, 2.236 estão localizados no perímetro urbano, enquanto 2.648 encontram-se na área rural.

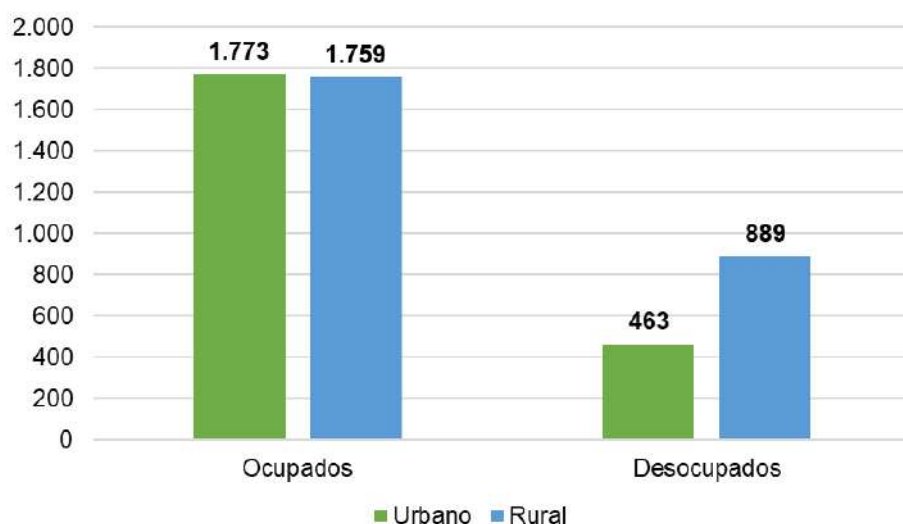
Gráfico 5 - Distribuição de Domicílios por espaços Urbano e Rural - Censo (2022)



Fonte: IBGE 2022, Características dos domicílios - Resultados do universo; Org: Teixeira(2024).

No entanto, apenas 1.773 domicílios estão ocupados na cidade e 1.759 estão ocupados na área rural, resultando em 463 domicílios desocupados na zona urbana, o que representa 20,71%, e 889 desocupados na área rural, correspondendo a 33,56%. Esses números indicam uma taxa significativa de desocupação em ambos os espaços, especialmente na zona rural. Observe o Gráfico 6, que apresenta de forma dinâmica esses dados.

Gráfico 6 - Domicílios Ocupados x Desocupados - Urbano x Rural - Censo (2022)

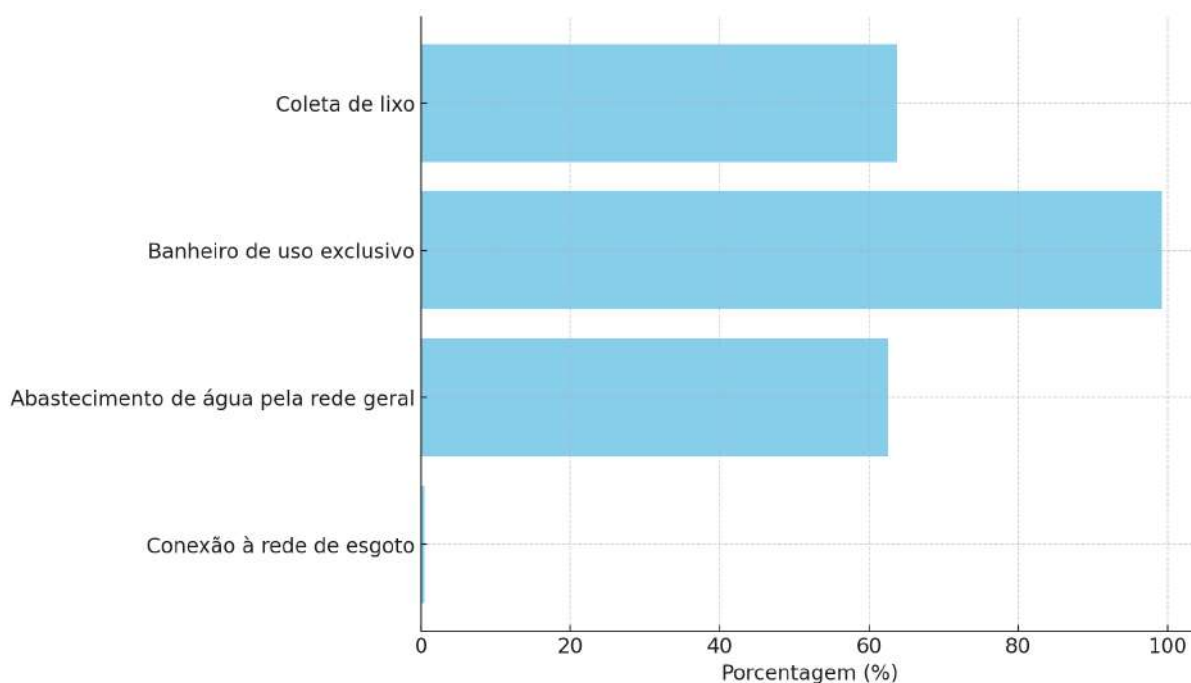


Fonte: Censo IBGE 2022, Características dos domicílios - Resultados do universo; Org: Teixeira (2024)

A média de moradores por domicílio em Ibiassucê é de 2,95 pessoas, refletindo uma configuração familiar relativamente pequena em comparação com outras regiões. Na área rural, essa média é ligeiramente maior, com 2,97 moradores por domicílio, enquanto no perímetro urbano é de 2,91. Essas diferenças mínimas indicam que, embora a área rural tenha uma média ligeiramente superior, o tamanho das famílias nas zonas urbana e rural é bastante similar.

Essa proximidade pode indicar que, apesar da migração para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades para acesso à renda, às famílias que permanecem no campo mantêm uma estrutura familiar similar, o que não causa grandes variações na densidade por domicílio entre as duas áreas. O Gráfico a seguir apresenta um panorama das características de infraestrutura básica dos domicílios ocupados.

Gráfico 7 - Características de domicílios em Ibiassucê - Censo (2022)



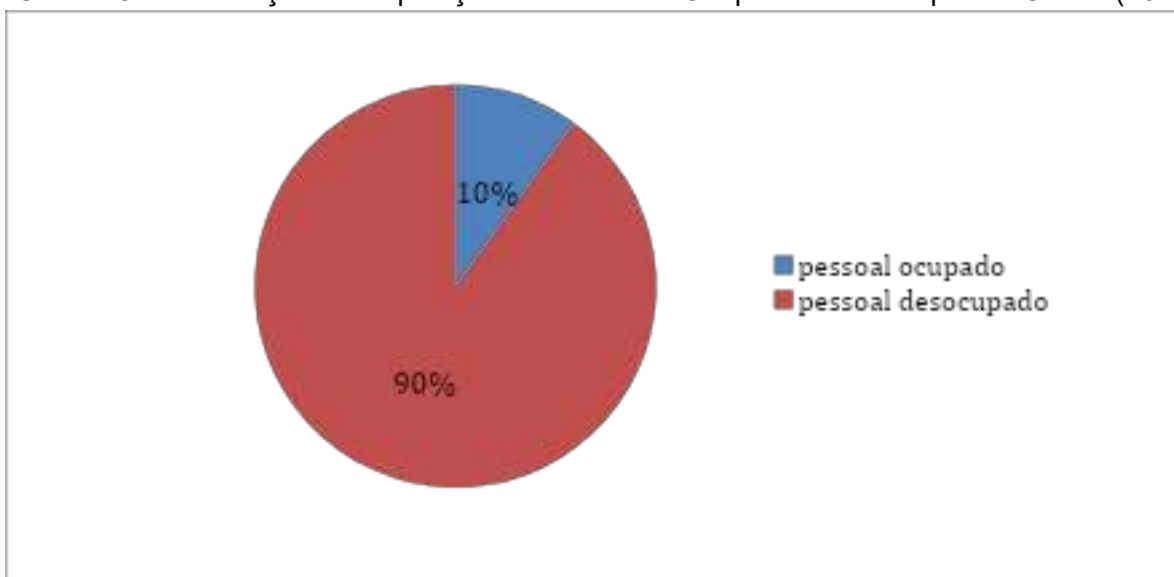
Fonte: Censo IBGE 2022, Características dos domicílios - Resultados do universo; Organizado por: Teixeira, Fabrício Souza

O Gráfico 7, de acordo com os dados do Censo 2022, apresenta que os domicílios de Ibiassucê apresentam características que indicam alguns desafios na infraestrutura básica, especialmente em relação à conexão com a rede de esgoto, que atinge apenas 18 domicílios, representando 0,51% do total. Por outro lado, o

abastecimento de água pela rede geral cobre 62,56% dos lares, atendendo a 2.209 residências. Um dado positivo é que 99,21% dos domicílios (3.503) possuem banheiro de uso exclusivo, o que reflete boas condições de privacidade e higiene para a maioria da população. Além disso, 63,83% dos lares contam com serviço de coleta de lixo, abrangendo 2.254 domicílios.

Além das condições de infraestrutura, a renda per capita e a distribuição de renda em Ibiassucê também apresentam importantes aspectos socioeconômicos. De acordo com os dados do IBGE (2022) da fonte Cidades, o salário médio mensal dos trabalhadores formais no município é de 1,5 salários mínimos, o que indica uma realidade de remuneração relativamente baixa, considerando os padrões nacionais. Em termos de mercado de trabalho, a população ocupada corresponde a 1.080 pessoas, representando apenas 10,36% da população total.

Gráfico 8 - Distribuição da População de Ibiassucê Ocupada x Desocupada - Censo (2022)



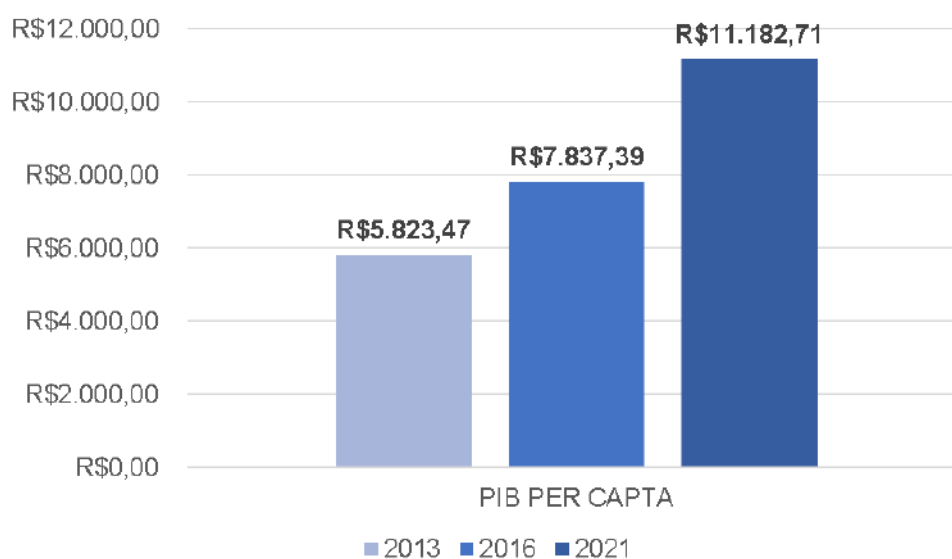
Fonte: Censo IBGE 2022, Ibiassucê Cidades (2024); Organizado por: Teixeira (2024)

Esses dados apresentam um baixo nível de formalização no mercado de trabalho local, o que pode impactar diretamente na qualidade de vida e nas oportunidades econômicas da população. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018), a economia de Ibiassucê é caracterizada por uma significativa participação dos setores de comércio e serviços, que juntos representam 78,7% da atividade econômica total do município, conforme os dados de 2016.

A agropecuária e a indústria, por sua vez, contribuem com 13,3% e 8,0%, respectivamente. Essa estrutura econômica indica uma forte dependência do comércio e dos serviços, refletindo uma dinâmica que pode estar relacionada à urbanização e ao desenvolvimento de atividades comerciais na cidade. A predominância do setor de serviços sugere que Ibiassucê pode estar se adaptando às demandas contemporâneas do mercado, enquanto a agropecuária ainda desempenha um papel relevante na economia local, evidenciando a diversidade das atividades econômicas no município.

A análise do Produto Interno Bruto (PIB) de Ibiassucê segundo a SEI (2018), revela um crescimento gradual ao longo dos anos, passando de R\$63,3 milhões em 2013 para R\$81,0 milhões em 2016. O aumento no PIB indica um desenvolvimento econômico positivo, refletindo a capacidade do município de expandir suas atividades produtivas. Além disso, o PIB per capita também apresenta uma trajetória ascendente, subindo de R\$5.823,47 em 2013 para R\$7.837,39 em 2016. De acordo com os últimos dados fornecidos pelo IBGE, o município de Ibiassucê apresentava um PIB per capita de R\$11.182,71 em 2021.

Gráfico 9 - Evolução do PIB Per Capita em Ibiassucê (2013-2021)



Fonte: SEI (2018) e IBGE (2021);Organizado por: Teixeira (2024)

Esse crescimento no PIB per capita sob demonstração dos dados apresentados acima no Gráfico 9, apresenta que houve melhoria nas condições de vida da população, uma vez que indica um aumento na renda média disponível por habitante. No entanto, é importante notar que com esses dados fornecidos pela SEI

(2018), apesar do progresso, Ibiassucê ainda ocupa uma posição modesta no ranking do PIB da Bahia, classificado em 350º lugar em 2021, o que aponta para a necessidade de estratégias adicionais para impulsionar ainda mais o desenvolvimento econômico e social da do território.

Nesse sentido, o desenvolvimento educacional surge como um pilar essencial para promover a redução de desigualdades, como evidenciado pelos dados educacionais do município de Ibiassucê. O município de Ibiassucê, segundo dados do IBGE, apresenta um cenário educacional com uma taxa de escolarização de 98,5% para crianças de 6 a 14 anos, conforme o Censo de 2010. De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 2023, disponível no site do INEP, o município de Ibiassucê apresentou os seguintes resultados na rede pública, conforme demonstrado na Tabela 5:

Tabela 5 - Desempenho do IDEB na rede pública por nível de ensino em Ibiassucê (2023)

Nível de Ensino	IDEB 2023
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5,9
Anos Finais do Ensino Fundamental	5,1
Ensino Médio	4,9

Fonte: INEP (2023) Resultado do IDEB ; Organizado por: Teixeira, Fabrício Souza (2024)

Os resultados apresentados no IDEB 2023 para Ibiassucê indicam um desempenho educacional relativamente equilibrado nos diferentes níveis de ensino, com destaque para os anos iniciais do ensino fundamental. No entanto, observa-se uma leve queda nos anos finais do ensino fundamental e um desempenho mais baixo no ensino médio. Esses indicadores indicam a necessidade de ações pedagógicas direcionadas para manter a qualidade educacional nos níveis iniciais e promover uma maior melhoria nos anos finais e no ensino médio, visando consolidar um processo educativo mais consistente e inclusivo.

No ano de 2023, as matrículas no ensino fundamental totalizaram 1.126 alunos, distribuídos por 9 escolas, enquanto o ensino médio contou com 261 matrículas em uma única escola. O quadro docente é composto por 99 professores no ensino fundamental e 18 no ensino médio. Considerando a quantidade de alunos

e de professores para cada nível de ensino, tem-se a taxa aluno/professor que é um indicador importante da qualidade do ensino, pois reflete o nível de atenção que cada aluno pode receber. Em Ibiassucê, a razão é de aproximadamente 11,37 alunos por professor no ensino fundamental e 14,5 no ensino médio.

A educação, além de ser essencial para o desenvolvimento social, interage diretamente com a saúde da população, refletindo a necessidade de uma abordagem integrada nas políticas públicas. Sobre a estrutura da rede de atendimento à saúde do município, tem-se sua estrutura descrita no Plano Municipal de assistência social (PMAS) 2022/2025 de Ibiassucê, em que se lê:

São cinco Unidades de Saúde da Família do município sendo elas: Unidade de Saúde da Família Pedrinhas I, Unidade de Saúde da Família Pedrinhas II, Unidade de Saúde da Família Sede, Unidade de Saúde da Família Brasilândia, Unidade de Saúde da Família Alto do Cruzeiro (DATASUS). Além disso, segundo informações da SMS, existem mais 2 (dois) pequenos postos de saúde nos Povoados de Jacaré e Povoados de Santo Antônio que realizam ações de atenção básica nos territórios de referência. O município possui ainda uma unidade da SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e uma Farmácia Básica. O Hospital Municipal São Sebastião atende demandas de nível ambulatorial, hospitalar, urgência e emergência de média complexidade, e fica localizado na Rua Rui Barbosa, S/N, Bairro Pedrinhas. Nas suas instalações, possui 38 leitos, 3 clínicas médicas, 2 clínicas especializadas, 1 sala de nebulização, 3 consultório médico, 1 sala de atendimento a paciente crítico/grave (sala vermelha), 1 sala de curativo, 1 sala de gesso, 6 salas para repouso / observação, 1 centro cirúrgico com 2 salas, 1 sala de pré parto (com dois leitos) e 1 sala de parto natural. (Ibiassucê, 2021, p. 88)

Para uma cidade de pouco mais de 10.000 habitantes, a estrutura de saúde apresentada atende às principais necessidades da população. As Unidades de Saúde da Família em diferentes localidades, inclusive nas áreas rurais, garantem a cobertura básica, enquanto a unidade do SAMU e o Hospital Municipal São Sebastião oferecem suporte para situações de emergência e de média complexidade. Em casos de maior complexidade, os pacientes são encaminhados através do sistema de regulação para municípios que oferecem suporte especializado. Esse procedimento garante acesso a tratamentos que não estão disponíveis na rede local de saúde.

Dando continuidade à estrutura de políticas públicas de atendimento à população, o Plano Municipal de Assistência Social de Ibiassucê, para o período de 2022 a 2025, descreve os programas e serviços da assistência social disponíveis no município, incluindo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)⁵ responsável por ofertar os serviços da Proteção Social Básica (PSB)⁶, que compõem o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)⁷, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)⁸ e o Programa Criança Feliz/ Primeira Infância No Suas (PCF/PIS)⁹. O CRAS atua como porta de entrada para a assistência social e oferece apoio a famílias em situação de vulnerabilidade.

O documento também aborda o trabalho da Proteção Social Especial (PSE)¹⁰ que atualmente possui uma unidade de atendimento, que é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)¹¹, que oferece o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)¹², direcionado a famílias

⁵ O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. Disponível em: <<https://l1nk.dev/e6crhh7>>. Acesso em: 09 de outubro de 2024.

⁶ Os serviços de proteção social básica têm como objetivo apoiar as famílias e os indivíduos na ampliação de sua proteção social, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida. Disponível em: <<https://acesse.one/yvgbjal>>. Acesso em: 09 de outubro de 2024.

⁷ O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é oferecido em todos os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e tem como objetivo apoiar famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Disponível em: <<https://acesse.one/qi2kuzv>>. Acesso em: 09 de outubro de 2024.

⁸ O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um conjunto de serviços realizados em grupos, de acordo com o seu ciclo de vida, e que busca complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Disponível em: <<https://l1nk.dev/whwrnm>>. Acesso em: 09 de outubro de 2024.

⁹ O Programa Criança Feliz surge como uma importante ferramenta para que famílias com crianças até seis anos ofereçam a seus pequenos ferramentas para promover seu desenvolvimento integral. Disponível em: <<https://l1nk.dev/iaqp1ul>>. Acesso em: 09 de outubro de 2024.

¹⁰ Os serviços de Proteção Social Especial destinam-se a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados ou ameaçados. São serviços que requerem o acompanhamento familiar e individual e identificação de novos riscos, ou o seu agravamento, e adoção de diferentes estratégias protetivas, considerando o nível de complexidade das situações. Disponível em: <<https://acesse.one/ook6ikr>>. Acesso em: 09 de outubro de 2024.

¹¹ O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Além de orientar e encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município, no Creas também se oferece informações, orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estimula a mobilização comunitária. Disponível em: <<https://acesse.one/ook6ikr>>. Acesso em: 09 de outubro de 2024.

¹² O Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação desses quadros por meio da promoção de direitos,

e indivíduos que vivenciam situações de violação de direitos. O Cadastro Único (CadÚnico)¹³ é outro serviço essencial, possibilitando o acesso a programas como Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Minha Casa Minha Vida, Carteira do Idoso, Programa Bolsa Família (PBF) e vários outros que são vinculados ao CadÚnico.

Esses serviços refletem a importância de uma rede de proteção social robusta, para as interações necessárias entre assistência social, saúde, educação e infraestrutura, especialmente diante da crescente população idosa anteriormente tratada nesta pesquisa. É possível identificar que o aumento da população idosa, juntamente com questões relacionadas à infraestrutura, saúde, assistência social e educação, evidenciam tanto avanços quanto desafios enfrentados pelo município. Esses fatores ressaltam a complexidade da realidade local e suas implicações para o bem-estar da comunidade. No próximo tópico, serão abordadas informações essenciais para a identificação do perfil dos entrevistados, permitindo uma análise mais detalhada de aspectos como faixa etária, gênero, raça e nível de escolaridade, e como esses proposições de como esses fatores podem interferir no acesso às questões socioeconômicas em Ibiassucê.

4.3 A Heterogeneidade do Perfil Socioeconômico em Ibiassucê e suas Implicações Socioterritoriais: uma análise amostral

Com o objetivo de aprofundar a análise socioeconômica de Ibiassucê, foi realizada uma pesquisa de campo por meio da aplicação de 40 questionários com participantes que compõem a faixa etária entre 18 e 59 anos, com o propósito de verificar o perfil socioeconômico e de estrutura familiar, bem como as fontes de renda dessa população, abrangendo quatro setores de amostragem designados como **Setor 01**(Brasilândia), **Setor 02** (Santo Antônio), **Setor 03** (Jacaré) e **Setor 10** (Sede). Essa divisão territorial segue o delineamento estabelecido no Plano Municipal de Assistência Social - 2022/2025 de Ibiassucê, Bahia. O mapa 4, ajuda identificar os setores de acordo com a sua localidade através do próprio documento.

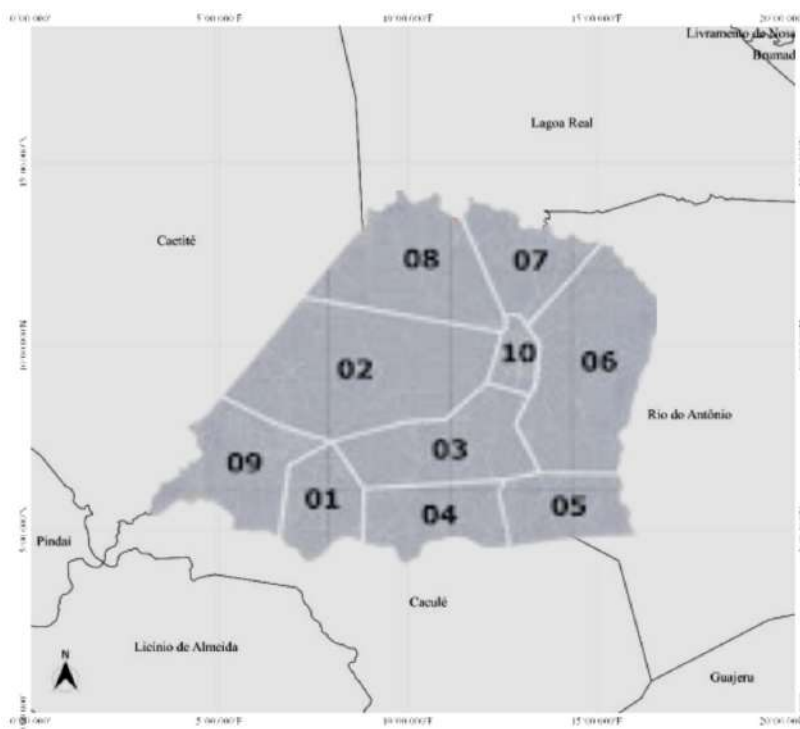
da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais. Disponível em:< <https://acesse.one/97mk3k9> >. Acesso em: 09 de outubro de 2024.

¹³ O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias. Disponível em:< <https://sl1nk.com/r6ipyoo> >. Acesso em: 09 de outubro de 2024.

A pesquisa de campo, realizou-se nesses setores de maneira estratégica, baseando-se em sua significativa concentração populacional, conforme os dados dos setores censitários fornecidos pelo IBGE em 2022. Esses setores representam importantes aglomerados demográficos e foram escolhidos com o objetivo de garantir uma amostragem fidedigna, que reflita de forma precisa a diversidade socioeconômica do município.

Os questionários foram aplicados a 40 moradores, que foram distribuídos entre os setores, onde 10 moradores de cada um participaram da pesquisa. O questionário é composto por um total de 13 perguntas que se configuram como um instrumento de pesquisa de abordagem majoritariamente quantitativa, utilizando principalmente perguntas fechadas com opções de respostas predefinidas. Essa estrutura visa facilitar a análise estatística dos dados, permitindo traçar um perfil socioeconômico dos moradores de forma objetiva. Buscam obter informações numéricas que podem ser quantificadas e comparadas entre os diferentes grupos de moradores.

Mapa 3 - Recorte dos setores do território do município - Ibiassucê, (2023)



Fonte: Relatório Anual de Gestão de Assistência Social (PMAS) 2022 de Ibiassucê, BA (2023).
Adaptado

No entanto, a pesquisa também incorpora elementos qualitativos, com perguntas abertas, que permite aos entrevistados expressarem suas respostas com suas próprias palavras, fornecendo informações mais detalhadas sobre a realidade financeira familiar. A combinação de perguntas objetivas e subjetivas permite uma análise mais completa e contextualizada das relações socioterritoriais em Ibiassucê. Segundo Godoy (1995),

Em linhas gerais, num estudo quantitativo, o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido a priori (...). Preocupa-se com a medição objetiva e a quantificação dos resultados (...) a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (Godoy, 1995, p. 58)

A Partir das contribuições de Godoy, é fundamental reconhecer, como afirma (Proetti, 2023, p.09), o contexto da pesquisa científica, pois "discute-se, que as pesquisas qualitativa e quantitativa não são excludentes e podem ser usadas de forma complementar". A pesquisa qualitativa, em particular,

[...] abdica quase que totalmente das abordagens matemáticas quando se tenta entender um fato pelo tratamento que dá aos dados coletados quando se está em fase de análise racional, pois trabalha preferencialmente com palavras orais e escritas, sons, imagens e símbolos" (Proetti, 2023. p. 09).

Essa flexibilidade permite uma compreensão mais rica e contextualizada dos fenômenos estudados. Com o foco deste estudo, busca-se com as perguntas feitas aos moradores, estudar a relação entre a localização do domicílio (urbana/rural) e as características socioeconômicas, como o tamanho da família, idade, gênero, cor/raça, nível de escolaridade, trabalho, renda e acesso a benefícios. Através da análise das respostas, é possível traçar um perfil socioeconômico dos moradores, identificando a predominância de características em cada local, e analisar a influência da localização geográfica no acesso à renda, tipo de trabalho e despesas familiares.

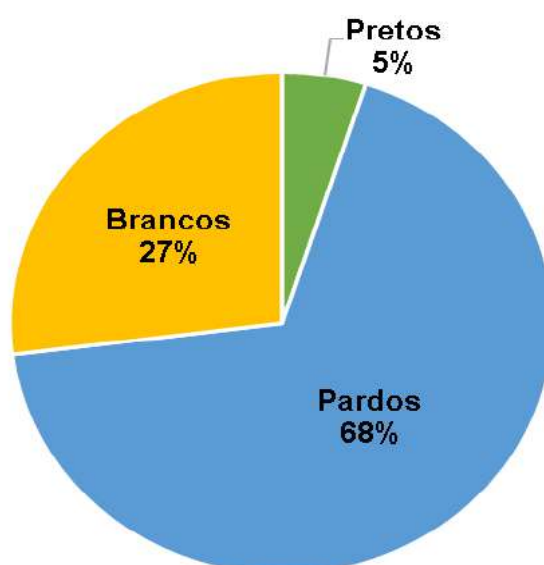
Além disso, pode-se investigar a relação entre o tipo de trabalho e a renda, a informalidade no mercado de trabalho, e a participação em programas de benefício social, fornecendo uma compreensão abrangente das relações socioterritoriais em

Ibiassucê. A partir dessa pesquisa, busca-se entender o perfil demográfico e como fatores como idade, gênero, raça e alfabetização influenciam o acesso à renda no município. A seguir, apresenta-se uma análise dos principais resultados com foco nas condições de renda e oportunidades socioeconômicas da população local.

Sobre os entrevistados nessa pesquisa, a faixa etária dos respondentes oferece pistas importantes sobre o acesso ao mercado de trabalho e, consequentemente, à renda. A pesquisa revelou que 35% dos respondentes estão na faixa de 18 a 28 anos, seguidos por 32,5% na faixa de 29 a 39 anos, 22,5% entre 39 e 49 anos, e 10% entre 49 e 59 anos. Como todos estão em idade produtiva, o desafio para essas faixas etárias é garantir a inserção e permanência no mercado de trabalho. A predominância de pessoas jovens indica uma demanda crescente por oportunidades de emprego e programas de qualificação profissional que possam alavancar a geração de renda.

A pesquisa mostrou uma predominância de mulheres entre os entrevistados, representando 82,5% do total, enquanto os homens correspondem apenas 17,5%. A presença feminina majoritária na pesquisa reforça a importância de se investigar as condições de renda e trabalho no município, questionando se as mulheres de Ibiassucê têm acesso equitativo a oportunidades econômicas e quais são as barreiras nesse processo. Quanto a cor e raça dos entrevistados, observe:

Gráfico 10 - Cor e Raça dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2024.

Esses números revelam uma diversidade racial na pesquisa realizada que, embora não representem necessariamente a realidade de toda a população, podem refletir as desigualdades de acesso à renda em Ibiassucê. Considerando que a população preta são historicamente mais afetadas por condições de vulnerabilidade econômica e enfrentam maiores dificuldades para ascender socialmente, essa amostra pode oferecer um vislumbre de como essas desigualdades se manifestam na vida real.

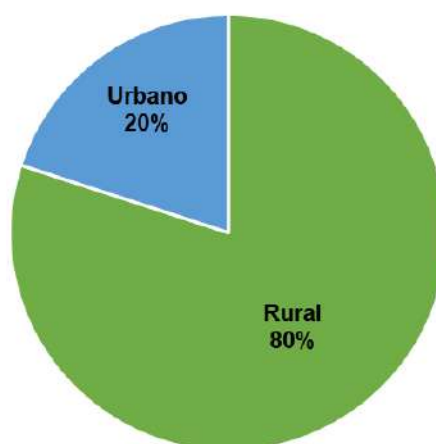
Assim sendo, a grande diferença entre brancos e negros se relacionaria às oportunidades distintas que eles tiveram para melhorar suas condições sociais e econômicas. Como o imigrante europeu tinha a preferência para atuar como trabalhador livre e assalariado, ele acabou monopolizando as oportunidades para ascensão social.(Garcia, 2005, p.28)

No contexto de Ibiassucê, essa análise é essencial para entender como as desigualdades raciais podem influenciar a distribuição de renda e as oportunidades de trabalho, especialmente em um município em que as opções são limitadas. Outro aspecto investigado e que é fundamental para entender o acesso à renda em Ibiassucê é o nível de alfabetização. De acordo com a pesquisa, 100% dos entrevistados afirmaram saber ler e escrever. Embora esse seja um indicador positivo, a taxa de alfabetização, por si só, não garante a qualidade da educação recebida ou o nível de qualificação profissional, que são fatores decisivos para a inserção no mercado de trabalho e para a capacidade de gerar uma renda que seja formal e ininterrupta.

Nesse sentido, como aponta Costa (2003, p.35), "estudar não é passaporte para entrada automática no mercado de trabalho, porém a falta de estudos dificulta ainda mais: quase metade da população não terminou o 1º Grau", destacando que a baixa escolaridade é um obstáculo adicional para a conquista de uma posição estável no mercado. Em um município como Ibiassucê, lugar em que grande parte da população vive em área rural, grande parte das atividades econômicas são voltadas ao setor primário e serviços, a qualificação dos trabalhadores pode ser um obstáculo. Mesmo com uma taxa expressiva de alfabetização, a falta de acesso à educação técnica e à capacitação contínua pode limitar as oportunidades de empregos formais com melhores salários e condições de trabalho.

A análise dos dados sobre as características dos domicílios em Ibiassucê, baseado na pesquisa de campo por amostragem, revela uma predominância de domicílios rurais, evidenciando a importância do meio rural na composição do território municipal. Dos respondentes da pesquisa, a maioria (30 entrevistados) reside em domicílios classificados como rurais, e 10 entrevistados residem no perímetro urbano do município. Esse dado é relevante para a pesquisa, pois a relação entre acesso à renda e características do domicílio pode variar consideravelmente entre áreas urbanas e rurais, impactando diretamente nas dinâmicas socioterritoriais e nas interferências do acesso à renda.

Gráfico 11 - Distribuição de Questionários Aplicados na Zona Rural e Urbana - Ibiassucê (2024)



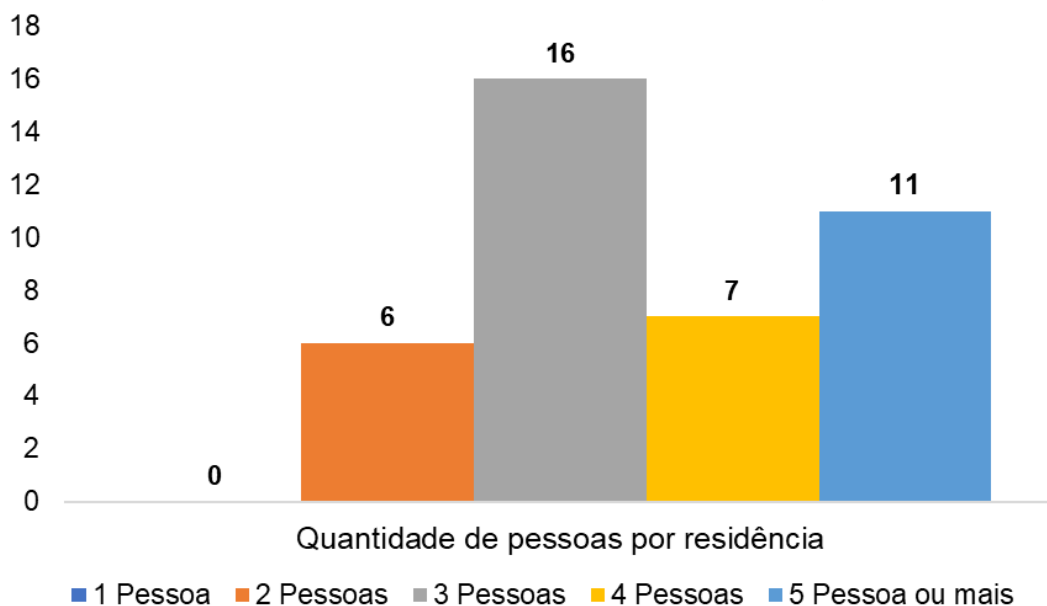
Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2024.

É importante ressaltar que a metodologia da pesquisa visou abranger quatro setores específicos de Ibiassucê, sendo que apenas um deles, o Setor 10, representa o perímetro urbano. A escolha por essa amostragem teve como objetivo garantir a representatividade dos diferentes contextos socioeconômicos existentes no município, e não determinar a proporção exata entre moradores da zona urbana e rural. A identificação da localização de cada entrevistado, por meio dessa classificação (urbana ou rural), é fundamental para analisar as dinâmicas de acesso à renda e suas nuances em diferentes áreas de Ibiassucê.

Com isso, as dinâmicas socioeconômicas variam significativamente entre essas áreas, refletindo tanto nas oportunidades de trabalho quanto na estrutura familiar, o que torna essencial uma análise mais detalhada das particularidades de

cada localidade. Com base nas respostas dos questionários, os dados indicam que não houve famílias compostas por apenas 01 pessoa. Sendo assim, 06 pessoas reportaram ter 02 pessoas no domicílio, 16 afirmaram viver com 03 pessoas, 07 mencionaram 04 pessoas e 11 declararam ter 05 ou mais pessoas na mesma casa, observe o gráfico.

Gráfico 12 - Distribuição do Número de Pessoas por Domicílio com Base nas Respostas do Questionário - Ibiassucê, 2024



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2024.

No contexto do objetivo da pesquisa, que visa analisar o acesso à renda e suas implicações no território, o tamanho das famílias pode ser um fator determinante. Famílias maiores tendem a ter maiores necessidades econômicas, o que pode impactar o modo como gerem os seus recursos e acessam fontes de renda, especialmente em áreas com oportunidades limitadas, influenciando o bem-estar familiar e a gestão de recursos dentro de cada domicílio. Nesse sentido, Cotta e Machado (2013) apresentam que,

[...]a suficiência alimentar é uma medida mais complexa, que depende da articulação entre disponibilidade, acesso e distribuição do consumo intrafamiliar, ou seja, a suficiência é influenciada pelo tamanho e pela composição das famílias, assim como por escolaridade, cultura e renda. (Cotta; Machado, 2013, p.58)

Assim, observa-se que fatores como a renda e a composição familiar têm um papel fundamental na garantia de recursos suficientes para o sustento familiar. A

análise desses primeiros dados é fundamental para compreender o processo de acesso à renda no município, revelando como fatores como escolaridade, gênero, raça e tamanho das famílias, localidade onde reside podem influenciar as condições de vida e as oportunidades econômicas de cada cidadão.

A partir do perfil identificado dos entrevistados, foi possível obter uma visão abrangente de alguns indicadores sociais e socioterritoriais que compõem as famílias. A pesquisa realizada nos quatro setores estratégicos revelou a heterogeneidade entre as zonas rural e urbana, destacando as implicações dessa classificação para o conhecimento da realidade local que foi alcançada pelo questionário. Nos próximos tópicos, serão aprofundadas as questões relativas à distribuição do acesso à renda e às relações socioterritoriais em Ibiassucê, ampliando a compreensão sobre como essas dinâmicas impactam diretamente a estrutura produtiva e social do município, e como essa estrutura se divide.

4.4 Dinâmica territorial e produtiva de Ibiassucê

A dinâmica territorial e produtiva de Ibiassucê reflete uma organização espacial marcada pela divisão entre áreas urbanas, rurais e industriais, cada uma desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento do município. A zona urbana concentra a maior parte dos serviços, infraestruturas e habitações, sendo o principal polo de atividades comerciais, institucionais e de serviços. Por outro lado, a área rural se destaca pela produção agropecuária baseada na agricultura familiar, que tem uma relevância histórica e econômica, sustentando boa parte da economia local.

As áreas industriais, embora menos expressivas em termos de diversidade, começam a se consolidar como focos de geração de emprego e renda, com uma predominância de indústrias voltadas para o setor ceramista. Esse segmento industrial tem se destacado como uma das principais atividades econômicas do município, gerando oportunidades de trabalho e contribuindo para o desenvolvimento local, apesar da limitada variedade de outros tipos de indústrias. Essa divisão territorial influencia diretamente as interações socioeconômicas e o planejamento do desenvolvimento local. De acordo com Almeida (2020, p. 02), Ibiassucê, “como uma das principais atividades econômicas, destaca-se as indústrias ceramistas que empregam uma quantidade significativa de pessoas.”

No município, existe atualmente um total de 10 indústrias ceramistas. Dentre elas, 02 estão localizadas dentro da cidade, enquanto as outras 08 estão situadas no entorno, que compõem a zona rural do município. Esse cenário caracteriza um polo industrial expressivo, impulsionado pela significativa extração de argila na região. Segundo Almeida (2020, p.06), diz que, “a extração mineral, e especificamente da argila, é uma atividade bastante desenvolvida no Brasil e no município de Ibiassucê, pelo fato da presença de indústrias ceramistas esta atividade tem crescido bastante”.

Segundo o Portal Cidades IBGE (2023), a agropecuária de Ibiassucê se destaca pela produção diversificada tanto na pecuária quanto na agricultura. No setor pecuário, os principais produtos são: bovinos (18.634 cabeças), suínos (5.171 cabeças), galináceos (41.202 cabeças), caprinos (287 cabeças), equinos (708 cabeças), ovinos (63 cabeças) e a produção de mel de abelha (749 Kg), todos com relevância para a economia local e regional. No que diz respeito à produção agrícola sobre as lavouras permanentes, o município cultiva banana (30t), coco-da-baía (8.000 frutos), laranja (12t), manga (90t) e maracujá (45t). Já nas lavouras temporárias, a produção é marcada pela cana-de-açúcar (1.575t), feijão (198t), mandioca (2.100t) e milho (360t).

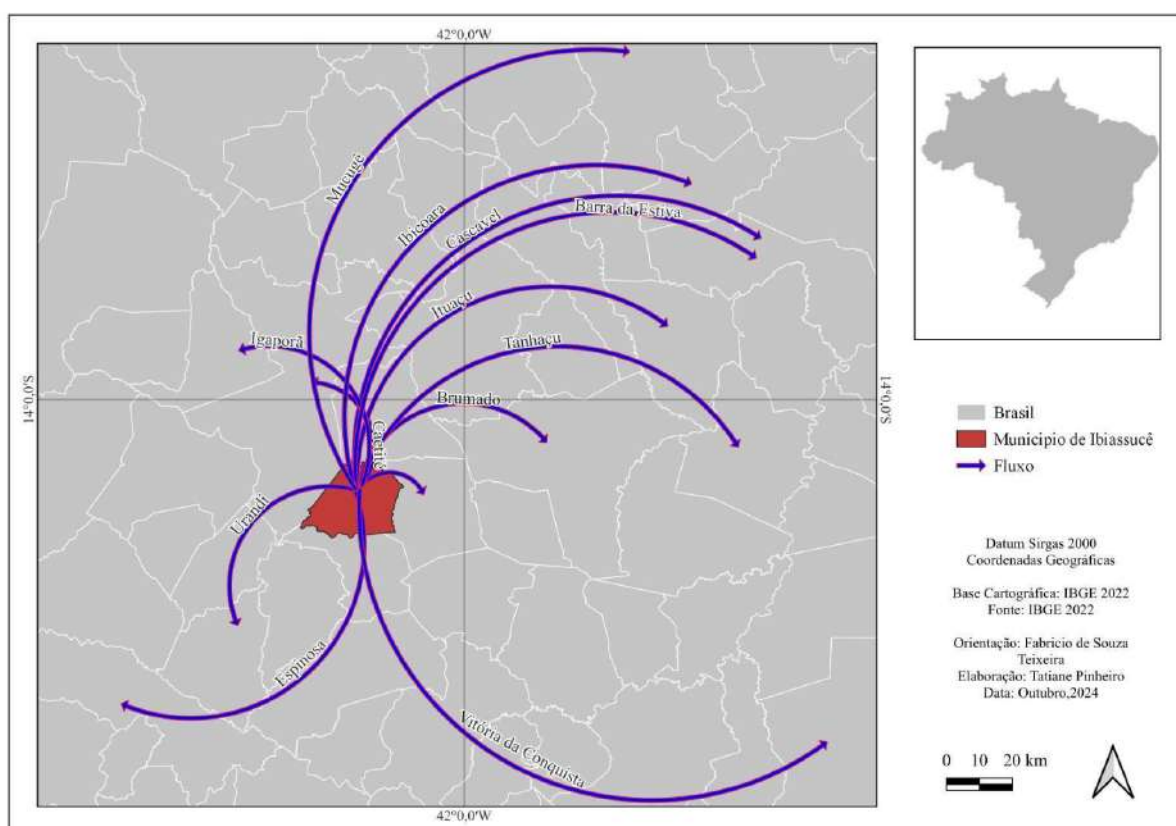
Com base na diversidade de produtos agropecuários e agrícolas, é possível observar a economia de Ibiassucê em setores variados, desempenhando um papel central no desenvolvimento local e regional. No entanto, além da agricultura e pecuária, o setor industrial também se destaca como evidenciado pelo ramo das cerâmicas no município. Para compreender melhor a importância dessa atividade industrial no contexto local, foi realizado um recorte a partir da análise de duas cerâmicas sediadas em Ibiassucê. A partir de entrevistas simples com um proprietário e um funcionário, buscou-se melhorar a qualidade das informações obtidas, oferecendo um panorama mais direto e acessível sobre a realidade dessas empresas e sua relevância para a economia municipal.

O proprietário da Cerâmica 4M informa que emprega atualmente 35 funcionários e se dedica exclusivamente à produção de blocos. A média de produção diária dessa indústria é de 40 mil blocos, o que demonstra sua significativa capacidade produtiva. Além de atender à demanda local, a cerâmica comercializa seus produtos para vários municípios da região, incluindo Vitória da Conquista, Barra

da Estiva, Tanhaçu, Ituaçu, Ibicoara, Caetité, Igaporã, Brumado e Urandi. A empresa também expande seu mercado para outros estados, como Minas Gerais, com entregas na cidade de Espinosa.

Outra cerâmica de destaque é a Cerâmica São João, que segundo um funcionário, atualmente emprega 30 trabalhadores e tem uma produção diária de 15 a 17 mil peças. Diferentemente da Cerâmica 4M, que se dedica exclusivamente à produção de blocos, esta Indústria fabrica tanto blocos quanto lajotas. Seus produtos são vendidos principalmente para municípios da região, como Brumado, Ibitira, Vitória da Conquista, Cascavel, Barra da Estiva, Ituaçu, Tanhaçu e Mucugê. No entanto, ao contrário da Cerâmica 4M, que expande suas vendas até o estado de Minas Gerais, raramente realiza vendas para fora da Bahia, concentrando-se no mercado regional.

Mapa 4 - Fluxos de Vendas das Cerâmicas de Ibiassucê para outros Municípios (2024)



Fonte: IBGE (2022). Pesquisa de campo: Teixeira, Fabrício Souza - 2024; Elaboração: Ribeiro, Tatiane Pinheiro - 2024

Estima-se que a cerâmica 4M gere uma renda mensal de R\$49.420,00 em salários para seus funcionários, o que corresponde a uma renda anual de R\$593.040,00. No que diz respeito a cerâmica São João a renda gerada pelos salários dos seus funcionários é estimada em R\$42.360,00 mensais, totalizando R\$508.320,00 por ano. Somando as duas cerâmicas, o total de funcionários empregados é de 65 pessoas, e a renda mensal gerada por ambas é de R\$91.780,00, o que equivale a R\$1.101.360,00 por ano. Esse valor reflete o acesso à renda dos trabalhadores dessas indústrias, considerando que todos recebem o salário mínimo.

É importante destacar que os valores apresentados são apenas uma estimativa baseada no salário mínimo de R\$1.412,00, de acordo com o ano de 2024 e refletem o valor bruto mensal recebido por cada funcionário das cerâmicas. Esses cálculos não levam em consideração outros possíveis repasses aos trabalhadores, como benefícios adicionais, horas extras, décimo terceiro salário, férias remuneradas e outros direitos trabalhistas. Portanto, a renda real pode variar dependendo das políticas internas de cada cerâmica e das leis trabalhistas aplicáveis, o que pode aumentar o montante total recebido pelos funcionários ao longo do ano.

Considerando que em Ibiassucê, possui 10 cerâmicas ativas, estima-se que cada uma empregue, em média, 22,5 funcionários, totalizando aproximadamente 225 trabalhadores distribuídos entre essas empresas locais. Considerando o salário mínimo vigente de R\$1.412,00, a renda mensal em pagamento de salários gerada por cada cerâmica seria de R\$31.770,00, resultando em uma renda total de R\$317.700,00 por mês para o conjunto das cerâmicas. Em termos anuais, isso corresponderia a R\$381.240,00 por cerâmica e R\$3.812.400,00 para o conjunto das 10 em todo o ano.

De acordo com os dados da Econodata (2024) obtidos junto à Receita Federal, das 10 cerâmicas ativas de Ibiassucê, 8 apresentam um faturamento anual de R\$360.000,00 cada, enquanto duas delas registraram um faturamento anual de R\$ 4,8 milhões cada. Ao somar esses valores, as oito cerâmicas de menor porte geram, juntas, um faturamento médio total de R\$2.880.000,00. Já as duas maiores cerâmicas têm um faturamento médio combinado de R\$ 9.600.000,00. Dessa forma,

o setor cerâmico do município de Ibiassucê atinge em média de acordo com esses dados, um faturamento total anual de R\$12.480.000,00.

Painel 2 - Polo industrial Ceramista de Ibiassucê (2025)



Fonte: Google Earth Pro - Ibiassucê, Bahia, Brasil (2025); Organizado por: Teixeira (2025)

Além das Cerâmicas, há também agroindústrias localizadas em áreas rurais, como nas comunidades de Careta e Mocambo, onde diversas famílias garantem sua renda por meio do trabalho realizado nessas unidades produtivas. Essas agroindústrias, geridas pelas associações comunitárias de cada localidade, desempenham um papel fundamental na economia dessas comunidades, promovendo inclusão e desenvolvimento social.

A agroindústria da comunidade Capoeirão é de propriedade comunitária, gerida por 17 funcionários que são sócios da associação local. A produção ocorre três vezes por semana, com uma média de 60 kg de polpas de frutas por dia. Entre os produtos fabricados, destacam-se as polpas de frutas, além de doces de umbu, banana e outros itens. Atualmente, as polpas são comercializadas exclusivamente no município de Ibiassucê, enquanto os doces já alcançam outros municípios da região. No entanto, a agroindústria não realiza vendas para fora do Estado.

Painel 3 – Agroindústrias da agricultura familiar da Comunidade Capoeirão e Careta do município de Ibiassucê, Bahia (2025)



Fonte: Arquivos Leide Laura (Presidenta da Associação de Careta e Diogo Fernandes (Secretário da Associação de Capoeirão), 2025.

A agroindústria da comunidade Careta, atua no ramo de padaria, que é de propriedade comunitária e conta com o cadastro de 20 mulheres, embora apenas seis trabalhem ativamente devido à demanda de produção. Mensalmente, a padaria produz cerca de 400 a 500 kg de produtos, entre eles, são fabricados xiringas, pães caseiros com fermento natural, chimangos, biscoitos cozido e assado e sequilhos. Os produtos são comercializados principalmente em mercados de Ibiassucê, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹⁴ em parceria com a cooperativa, em Caetité, Salvador e em feiras nas cidades da região. No entanto, a padaria ainda não realiza vendas para outros estados, pois está em processo de organização para obter os selos necessários que permitam essa expansão.

Além do esforço das associações e dos empreendimentos locais, políticas públicas têm sido fundamentais para estimular a produção e a inclusão econômica nas comunidades rurais. Na Bahia, o fortalecimento da agricultura familiar tem sido promovido por meio de investimentos direcionados à melhoria da infraestrutura produtiva, com destaque para as iniciativas da Companhia de Desenvolvimento e

¹⁴ A Lei nº 11.947, de 16/6/2009, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e está regulamentada atualmente pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020 e suas alterações. Fundamentado pela diretriz de emprego da alimentação saudável e adequada e o apoio ao desenvolvimento sustentável, com valorização dos gêneros alimentícios produzidos em âmbito local, o Art. 14 da Lei nº 11.947/2009 estabelece que, no mínimo, 30% do valor dos recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE repassados pelo FNDE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>>. Acesso em: 11 de outubro de 2024.

Ação Regional (CAR). Esses investimentos estaduais têm viabilizado, através de editais públicos, recursos voltados à construção e modernização de agroindústrias comunitárias, fomentando a infraestrutura produtiva no campo. Além disso, os editais contemplam também a contratação de profissionais qualificados para atuar na gestão administrativa e técnica dessas unidades produtivas, com o objetivo de profissionalizar os empreendimentos e torná-los mais competitivos no acesso a mercados institucionais e privados.

Essas ações contribuem significativamente para a autonomia econômica dos agricultores familiares, muitos dos quais enfrentam limitações para acessar individualmente tecnologias, mercados e financiamentos. O apoio institucional possibilita a ampliação da escala de produção, a regularização sanitária dos produtos, o acesso a selos de qualidade e a inclusão em programas como o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de facilitar parcerias com cooperativas e redes de comercialização solidária. Assim, os investimentos do Estado, aliados à mobilização comunitária e à organização associativa, têm sido essenciais para garantir sustentabilidade aos empreendimentos rurais e assegurar melhores condições de vida às famílias agricultoras, promovendo o desenvolvimento local com base na cooperação e na valorização das potencialidades do território.

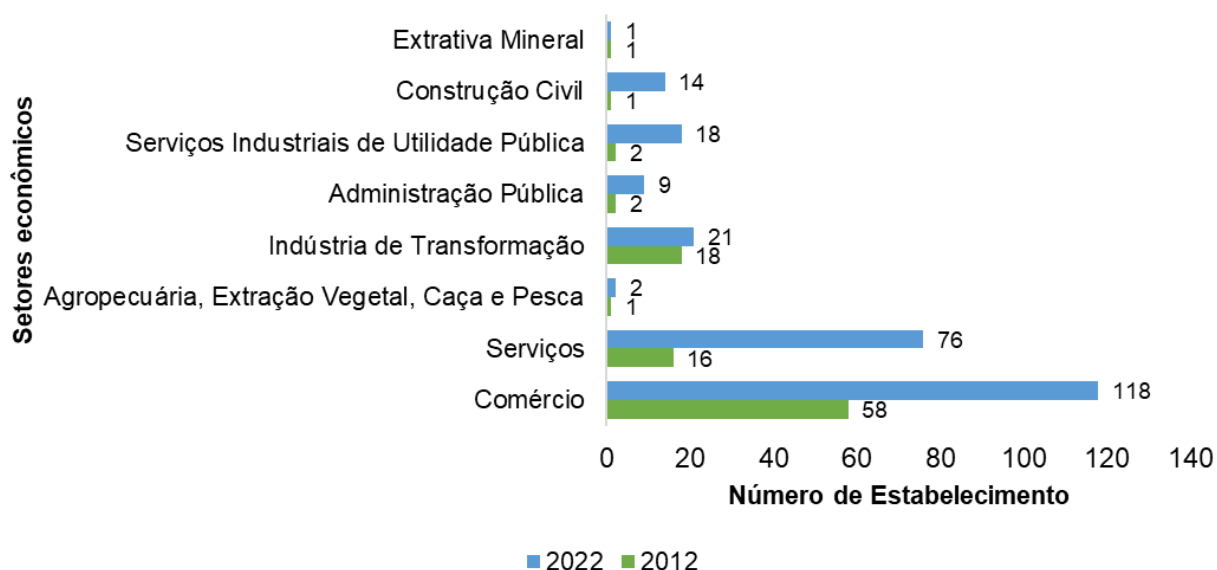
Entre 2012 e 2022, houve uma evolução significativa nos principais setores econômicos de Ibiassucê, de acordo com dados da SEI Bahia (2015), e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), SIDRA/IBGE (2024). O setor de Comércio apresentou um crescimento expressivo, passando de 58 para 118 estabelecimentos. Os Serviços também expandiram consideravelmente, saindo de 16 para 76 estabelecimentos no mesmo período. No setor de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca, houve um aumento modesto, de 1 para 2.

A Indústria de Transformação¹⁵ subiu de 18 para 21 estabelecimentos, e a Administração Pública cresceu de 2 para 9. Os Serviços Industriais de Utilidade Pública, um setor estratégico, passaram de 2 para 18 estabelecimentos, enquanto a Construção Civil, que tinha apenas 1 em 2012, alcançou 14 estabelecimentos em 2022. Por outro lado, o setor de Extrativa Mineral manteve-se estável, com apenas 1 estabelecimento ao longo de todo o período. Esses dados mostram o dinamismo

¹⁵ Indústria de transformação é aquela que transforma um material primário em um produto final ou em um intermediário destinado a outra indústria de transformação. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/B9l8K>>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

econômico do município e o desenvolvimento de setores essenciais para sua economia, apresentados pelo Gráfico 13.

Gráfico 13 - Número de estabelecimentos por setores de atividade econômica Ibiassucê – Bahia (2012-2022)



Fonte: Cartilha Perfil dos Territórios De Identidade Da Bahia, SEI Bahia (2015); Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), SIDRA/IBGE (2024) RAIS – Brasil (2013d). Org: Teixeira (2024)

Com base na evolução dos setores econômicos de Ibiassucê entre 2012 e 2022, observa-se um crescimento no número de estabelecimentos em áreas como o Comércio, Serviços, Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública. Esse aumento pode indicar uma expansão das oportunidades de trabalho e, possivelmente, um maior acesso à renda por parte da população local. Embora outros setores, como a Agropecuária e Indústria de Transformação, tenham crescido de forma mais modesta, essa evolução geral pode indicar um fortalecimento da economia local.

No entanto, é importante considerar que esses números, por si só, não garantem uma melhoria direta no acesso à renda, seja na formalização dos empregos ou que as remunerações sejam justas e contínuas. A informalidade ainda pode ser uma realidade para muitos trabalhadores, especialmente em setores que, apesar de terem crescido, historicamente apresentam maior vulnerabilidade em relação às condições de trabalho.

Em outras palavras, quero dizer que as recentes estratégias de acumulação do capital se beneficiam, também, da tolerância e da falta de controle do Estado para expandir e recriar diversas modalidades de operação não-regularizada de suas atividades, reiterando uma tendência secular de burla ao ordenamento jurídico, prejudicial não apenas aos trabalhadores informais, mas a todo o conjunto da sociedade. (Costa, 2010, p. 181)

O crescimento econômico por si só não assegura que as vagas geradas sigam as normas trabalhistas ou ofereçam estabilidade e direitos formais, como garantias sociais e salários adequados. Assim, é necessário que se analise não apenas a quantidade de estabelecimentos, mas também a qualidade das relações de trabalho neles estabelecidas, a fim de entender de que forma essa expansão econômica impacta o acesso a empregos dignos e sustentáveis.

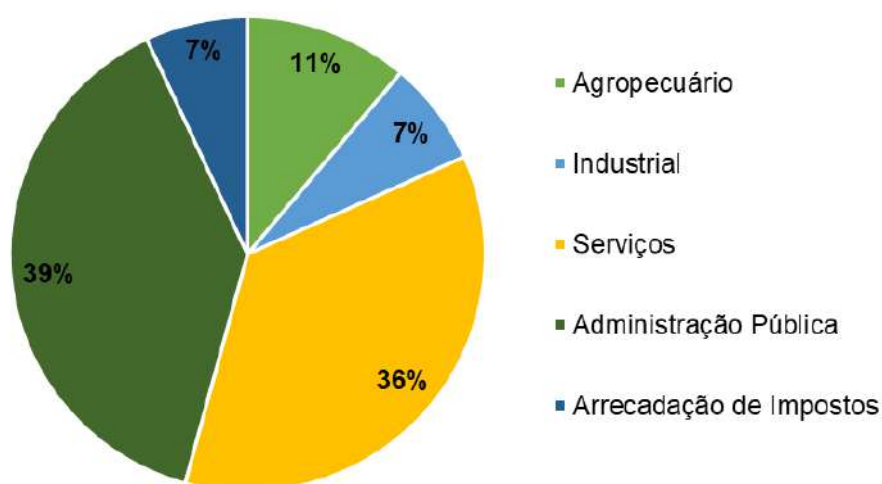
A infraestrutura de transporte é elemento essencial para sustentar essa dinâmica territorial e produtiva. Em Ibiassucê, as estradas desempenham papel estratégico para o escoamento da produção ceramista, agroindustrial e comercial. O município é acessado principalmente pela rodovia BA-617, que também é utilizada como via principal para o transporte da produção local, interligando Ibiassucê aos municípios vizinhos e à cidade de Vitória da Conquista, importante centro regional de comércio e serviços.

As cerâmicas estão majoritariamente localizadas em áreas rurais próximas ao perímetro urbano, acessadas por estradas vicinais que, apesar de não serem pavimentadas, possuem papel crucial na circulação de mercadorias e trabalhadores. A manutenção dessas vias é de responsabilidade da gestão municipal, sendo essencial para garantir a fluidez da logística local e evitar prejuízos à produção. Da mesma forma, as agroindústrias instaladas nas comunidades rurais, como antes citadas a do Capoeirão e Careta, também dependem dessas estradas para transportar seus produtos até os pontos de venda ou distribuição. Embora existam desafios, especialmente em períodos de chuva, que podem comprometer a trafegabilidade, observa-se que a acessibilidade geral tem permitido o funcionamento contínuo dos empreendimentos.

De acordo com o IBGE (2023), o município de Ibiassucê no ano de 2021 apresentou um PIB bruto total de R\$98.956 (x1000). Deste valor, o setor agropecuário contribuiu com R\$11.035 (x1000), o setor industrial com R\$7.044 (x1000), e o setor de serviços com R\$35.592 (x1000). A administração pública

representou uma significativa fatia do PIB, somando R\$38.391. Além disso, a arrecadação de impostos totalizou R\$6.894, resultando num PIB per capita de R\$11.182,71, refletindo a distribuição da riqueza gerada entre os habitantes do município.

Gráfico 14 - PIB de Ibiassucê 2021 - Distribuição por Setores Econômicos



Fonte: IBGE - 2023; Organizado por: Teixeira, Fabrício Souza

Para compreender com maior profundidade a dinâmica territorial e produtiva de Ibiassucê, é relevante analisar sua trajetória econômica ao longo das últimas décadas, bem como realizar comparações com municípios vizinhos que compartilham características geográficas e socioeconômicas semelhantes, como Caculé e Rio do Antônio. De acordo com dados do IBGE (2023), o Produto Interno Bruto (PIB) de Ibiassucê passou de R\$ 43,3 milhões em 2010 para R\$ 98,9 milhões em 2021, representando um crescimento de aproximadamente 128,27% no período. Esse crescimento se deu, sobretudo, pelos avanços nos setores de serviços e indústria ceramista, enquanto a agropecuária apresentou oscilações relacionadas à sazonalidade da produção e às condições climáticas.

Ao comparar com municípios vizinhos, observa-se que Ibiassucê apresenta desempenho semelhante ao de Rio do Antônio, cujo PIB passou de R\$53,7 milhões em 2010 para R\$115,6 milhões em 2021, representando um crescimento de aproximadamente 115,25% no período, impulsionado principalmente pelas

atividades agropecuárias, que têm papel central na economia local. Já Caculé apresentou um crescimento mais expressivo, com o PIB saltando de R\$118 milhões em 2010 para R\$364,2 milhões em 2021, um aumento de cerca de 208,64%. A diferença pode estar relacionada, à maior infraestrutura urbana e à presença de grandes empresas, como é o caso da Dimacol que compõe o grupo Valdir Saraiva, Esquadromil, agências bancárias como a Caixa, Cresol, Sicoob, Brasil, entre outros, além de empresas de material de construção e outras que compõem o setor terciário.

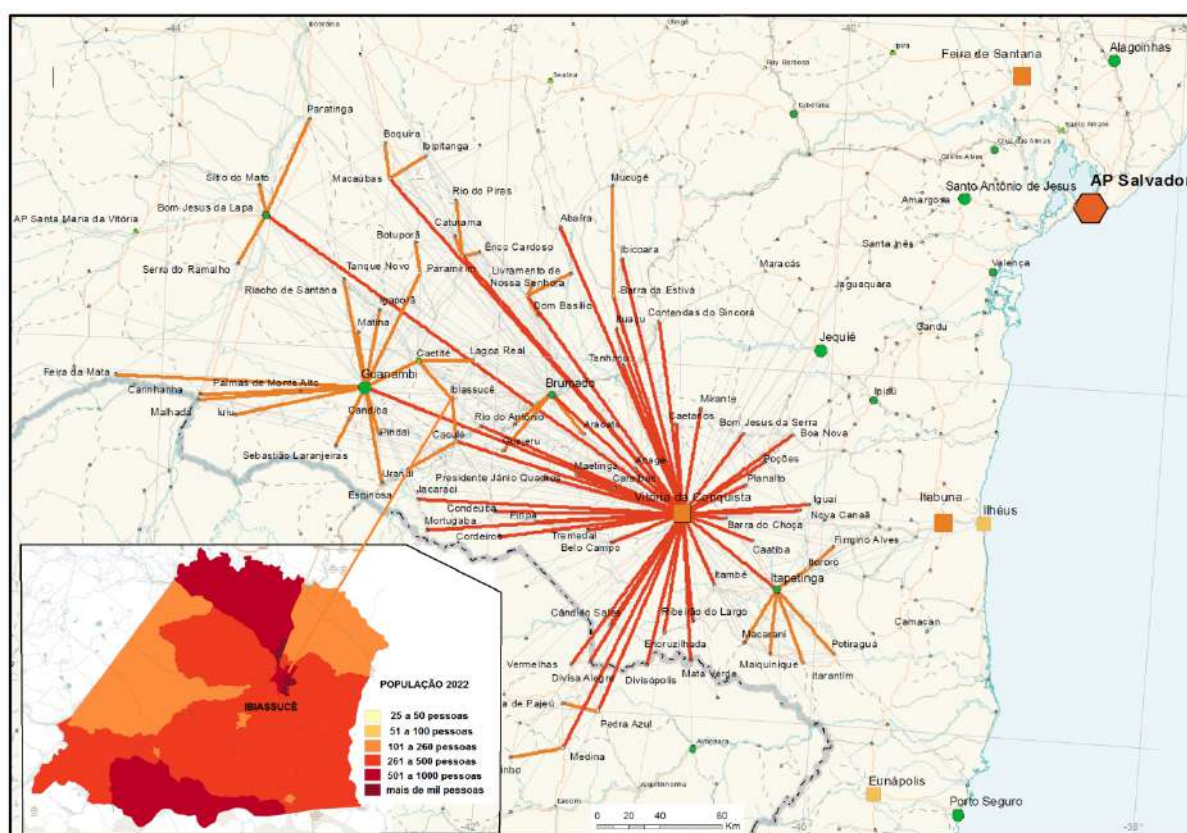
Ibiassucê compartilha com seus vizinhos a característica de uma economia interiorana com destaque para agropecuária, sobretudo da agricultura familiar. No entanto, destaca-se por ter consolidado um pequeno polo ceramista que gera empregos e dinamiza o setor industrial, algo não observado em igual intensidade em Rio do Antônio ou Caculé. Isso demonstra como determinados arranjos produtivos locais podem influenciar de forma significativa os rumos do desenvolvimento municipal. Apesar do crescimento econômico registrado ao longo dos últimos anos, é importante destacar que esse aumento de riqueza nem sempre resulta em melhor distribuição de renda ou ampliação da formalização do trabalho. A análise comparativa regional reforça a necessidade de políticas públicas integradas que considerem as vocações e limitações de cada território, promovendo desenvolvimento com equidade.

Segundo dados do Econodata (2023), o município de Ibiassucê possui, em média, 538 empresas ativas. O período de maior abertura de empresas ocorreu entre os anos de 2011, com mais de 100 novas empresas, e 2019, quando quase 100 foram abertas. No entanto, também houve picos significativos de encerramento de atividades, com destaque para 2007, quando mais de 100 empresas fecharam, e 2020, marcado pelo fechamento de quase 150 empresas, refletindo possivelmente o impacto da pandemia na economia local.

A análise da dinâmica empresarial de Ibiassucê revela um cenário de constante movimentação econômica, marcado tanto pela abertura quanto pelo encerramento de empresas ao longo dos anos. Embora o município tenha demonstrado capacidade de atrair novos empreendimentos, especialmente entre 2011 e 2019, as taxas elevadas de fechamento em períodos como 2007 e 2020 evidenciam a vulnerabilidade do mercado local frente a crises econômicas e eventos

externos, como a pandemia da Covid-19. Essa integração não se limita à esfera econômica, mas se estende também ao acesso a serviços essenciais de saúde, educação superior e novas oportunidades de mercado. Vitória da Conquista, enquanto centro regional oferece suporte fundamental para suprir carências locais, disponibilizando serviços médicos especializados, instituições de ensino superior e uma rede comercial diversificada que possibilita a expansão da produção local.

Mapa 5 - Vitória da Conquista região de influência de Ibiassucê-Bahia



Fonte: Adaptado do Regic –IBGE, 2025

Apesar da importância estratégica da integração com polos regionais como Vitória da Conquista, a centralização dos serviços de saúde, educação superior e mercados especializados nos grandes centros urbanos evidencia uma fragilidade estrutural para municípios de pequeno porte como Ibiassucê. A ausência de políticas efetivas de interiorização desses serviços compromete o desenvolvimento local e impõe desafios significativos à população, que precisa se deslocar longas distâncias em busca de atendimento médico especializado, formação acadêmica ou oportunidades de negócios. Essa realidade acentua as desigualdades regionais, sobrecarrega os centros urbanos e dificulta a permanência das populações no

interior, uma vez que a falta de infraestrutura adequada nas pequenas cidades limita tanto a qualidade de vida quanto às possibilidades de crescimento econômico local.

Vitória da Conquista, cidade média que realiza importante elo em uma rede de outras cidades contíguas, sobretudo na região Sudoeste da Bahia, desenvolve também relações com cidades maiores do estado da Bahia e de outros estados, em função de se constituir, sobretudo, como um centro comercial e de serviços, que atende a, aproximadamente, mais de 80 cidades, incluindo-se, assim, as 38 cidades da região Sudoeste da Bahia. Sua atividade econômica, antes limitada ao âmbito local, atualmente tem sido reconhecida na esfera regional, devido à presença de um setor de comércio e de serviços relativamente diversificados, ainda que escassamente especializados. A cidade é, assim, considerada um pólo regional, classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como Capital regional B (REGIC, 2008), tendo em vista sua capacidade de exercer influência sobre vários outros municípios menores que a circundam. (Alves, 2014, p. 22)

A integração com municípios vizinhos e, especialmente, com o polo regional de Vitória da Conquista, é central para a dinâmica econômica de Ibiassucê. Essa conexão se manifesta de diversas formas, com destaque para o acesso a serviços especializados que não são plenamente ofertados no município. No setor de saúde, Vitória da Conquista funciona como referência regional, oferecendo atendimento de média e alta complexidade para a população de Ibiassucê, que frequentemente recorre a hospitais, clínicas e serviços especializados disponíveis na cidade polo.

Além da saúde, a educação em nível superior é outro fator que intensifica essa relação de dependência e integração. Muitos jovens de Ibiassucê buscam instituições de ensino superior em Vitória da Conquista, onde há uma ampla oferta de universidades públicas e privadas, em áreas como saúde, engenharia, direito, educação e tecnologia, que não são encontradas no próprio município. Esse fluxo educacional contribui não apenas para a formação de mão de obra qualificada, mas também para a criação de novas demandas econômicas e sociais. No âmbito econômico, a proximidade com Vitória da Conquista também facilita o acesso a novos mercados consumidores e fornecedores, permitindo que produtores locais, especialmente do setor agroindustrial e ceramista, encontrem alternativas para ampliar suas vendas e inserir seus produtos em uma rede comercial mais ampla. Nesse contexto, se configura a estrutura socioeconômica de Ibiassucê-Bahia.

5 DESIGUALDADES SOCIOTERRITORIAIS E POBREZA EM IBIASSUCÊ-BAHIA: UMA ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA (IDF) NO MUNICÍPIO

Esta seção analisa os principais indicadores socioeconômicos de Ibiassucê, as dinâmicas locais que perpetuam a pobreza e uma avaliação do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) como ferramenta para medir e entender essas desigualdades. De acordo com os pesquisadores responsáveis pela construção do IDF a nível nacional, este indicador torna-se mais concreto e, por conseguinte, preferível de ser utilizado do que o IDH. Para Lima (2014, p.81) isso ocorre porque houve alguns avanços na elaboração, no manuseio e na utilização deste indicador em relação ao IDH;

Ainda segundo Lima (2014), outro motivo para considerar o IDF como essencial nesta análise é seu grau de desagregabilidade, ou seja, o IDF tem a família como unidade básica de análise ao passo que o IDH só pode ser calculado por área geográfica. Portanto, podemos mensurar as condições de vida e de desenvolvimento de uma família, de um grupo social, das famílias de uma rua, de um bairro, etc. porque o IDF pode ser facilmente agregado para qualquer grupo demográfico. Dessa forma, a autora destaca que o IDF, por sua capacidade de desagregar os dados ao nível familiar, oferece uma análise mais precisa das condições de vida. Isso torna o indicador especialmente útil para entender a realidade de Ibiassucê.

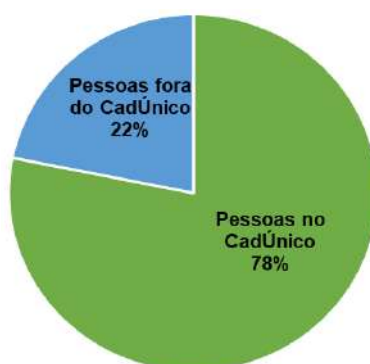
5.1 Relações socioterritoriais e Indicadores de pobreza no município de Ibiassucê

Os indicadores socioeconômicos de Ibiassucê, com base no relatório anual de gestão (RAG) da Secretaria Municipal de Assistência Social (2023) e na base de dados do Cadastro Único, apontam para uma realidade preocupante de pobreza no município.

De acordo com os dados mais recentes, considerável parcela da população vive com uma renda abaixo do salário mínimo já que 78% dos habitantes do município estão inscritos no Cadastro Único do Governo Federal- CadÚnico. Levando em consideração que o público do CadÚnico é composto por famílias de baixa renda que se enquadram em critérios estabelecidos pelo governo federal. Sendo uma delas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por

pessoa ou renda total familiar de até três salários mínimos. Em Dezembro de 2023, entre os 10.429 habitantes de Ibiassucê, 8.151 estão inscritos no Cadastro Único, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para o combate à desigualdade social no município.

Gráfico 15 - Pessoas cadastradas no CadÚnico em Ibiassucê- 2023



Fonte: Ibiassucê, Relatório Anual de Gestão (RAG); Secretaria Municipal de Assistência Social (2023). Organizado por: Teixeira, Fabrício Souza (2024)

Além disso, o CadÚnico também abrange grupos vulneráveis, como famílias beneficiárias de programas sociais (a exemplo, o Bolsa Família), trabalhadores informais, idosos, pessoas com deficiência, além de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas. Além da alta adesão ao CadÚnico, no mercado de trabalho, apenas 1.080 pessoas estão formalmente ocupadas, representando 10,36% da população total.

O Plano Municipal de Assistência Social de Ibiassucê (PMAS 2022-2025) oferece um panorama detalhado da realidade socioeconômica do município, expondo a falta de acesso à renda como um desafio central a ser enfrentado. As diversas dimensões dessa problemática, evidenciadas pelos indicadores do PMAS, revelam a necessidade de ações estratégicas e integradas para a promoção da autonomia financeira e a melhoria da qualidade de vida da população ibiassucense.

O PMAS (2021, p. 53), aponta para uma baixa taxa de ocupação em Ibiassucê, demonstra que apenas 33,8% das 7.808 pessoas cadastradas no Cadastro Único declararam possuir algum tipo de ocupação, isso reflete as dificuldades de inserção da população no mercado de trabalho. Essa realidade impacta diretamente na capacidade de geração de renda das famílias, tornando-as mais vulneráveis a situações de pobreza e dependentes de programas de

transferência de renda. A escassez de oportunidades de trabalho em Ibiassucê força parte da população a buscar alternativas em outras localidades.

Levando em consideração o levantamento desses dados, pode-se dizer que um grande problema enfrentado pelo município é a falta de emprego que pode desencadear vários problemas econômicos e populacionais no município, uma vez que a procura pela remuneração é uma das principais causas das migrações permanentes, sazonais e pendulares. (PMAS-Ibiassucê, 2021, p.53)

Fazendo referência às alternativas que a população utiliza para a sobrevivência e consequente acesso à renda, pode se dizer que indivíduos e famílias deixam Ibiassucê em busca de melhores condições de vida e trabalho em outros municípios ou estados. A população se desloca temporariamente para outras regiões, especialmente durante períodos de colheita ou em busca de trabalhos temporários. E que os moradores de Ibiassucê se deslocam diariamente para trabalhar em municípios vizinhos, retornando para suas casas ao final do expediente. Esses fluxos migratórios, embora representem uma alternativa para a obtenção de renda, impactam na vida das pessoas e na dinâmica social e econômica do município.

A liberdade de vender a sua força de trabalho implica, como condição necessária, a sua mobilidade entre os diferentes setores da economia e no espaço, segundo as necessidades do capital. Nessa perspectiva, à liberdade de vender a sua força de trabalho, acrescenta-se a liberdade de se mover no espaço ou de migrar. Em outras palavras, a migração, ou a mobilidade espacial da força de trabalho, é considerada, por definição, inerente ao próprio mercado de trabalho capitalista. Trata-se de uma condição que se desenha desde os primeiros estágios do capitalismo, quando da subordinação formal do trabalho ao capital. (Brito, 2009, p.21)

Esse conceito contribui para a compreensão da situação de Ibiassucê, pois a baixa oferta de empregos formais e o desequilíbrio econômico local podem estar impulsionando a saída de moradores em busca de melhores condições de vida em outras regiões. Porém, vale destacar que essa realidade, marcada pela limitada oferta de empregos formais e pela vulnerabilidade socioeconômica, reflete uma dinâmica em que a migração se torna uma necessidade para muitos, mas também um risco, especialmente para aqueles marginalizados pela economia. Nesse contexto, é importante questionar se a liberdade de movimento deve ser apenas uma resposta às necessidades do mercado ou um direito fundamental do cidadão.

Se a realidade atual tem transformado a mobilidade espacial, ou a migração em uma atividade de risco para os considerados supérfluos pela economia e pela sociedade, não se exigiria, então, que a liberdade de movimento seja um pré-requisito do indivíduo, como cidadão, e não do mercado? O conteúdo da liberdade passaria a ser outro, sairia do plano econômico e passaria para o plano político. Torna-se fundamental, então, garantir o direito das pessoas à mobilidade, além dos estreitos caminhos que o mercado lhes impõem. Essa dimensão política, a isonomia no direito à mobilidade espacial, deve ser incorporada como fundamento do novo paradigma de referência para as novas teorias sobre as migrações internas recentes no Brasil. (Brito, 2009, p.23)

Com isso, tem-se uma reflexão sobre a mobilidade como um direito político, que deve ir além das imposições do mercado, ao repensar um novo paradigma para entender as migrações internas do Brasil como um todo.

De acordo com o PMAS (2021, p. 53), a análise das ocupações das pessoas inscritas no Cadastro Único em outubro de 2021 oferece um panorama relevante sobre o mercado de trabalho em Ibiassucê, uma vez que esses inscritos representam 78% da população do município. Essa ampla cobertura permite um ponto de vista fidedigno sobre as condições socioeconômicas locais. Os dados revelam um cenário de grande dependência de atividades temporárias no setor rural, que representam 40% das ocupações.

Além disso, 28% são trabalhadores não remunerados, enquanto 11% atuam por conta própria em trabalhos informais ou como autônomos. Outras formas de ocupação incluem empregados com carteira assinada (9%), militares ou servidores públicos (7%), empregadores sem carteira assinada (4%) e trabalhadores domésticos sem carteira assinada (1%) PMAS (2021).

Esses dados evidenciam a predominância do setor agropecuário e da informalidade no mercado de trabalho local, refletindo a limitação de acesso a empregos formais e a renda estável. A forte presença de trabalhadores em atividades temporárias e informais indica a necessidade urgente de diversificação econômica e a criação de novas oportunidades de emprego em setores mais dinâmicos, visando melhorar o acesso à renda e reduzir a vulnerabilidade socioeconômica da população de Ibiassucê.

Como apresentado outrora, a economia local de Ibiassucê é amplamente marcada pela agricultura familiar, movida principalmente por trabalhadores temporários em áreas rurais, que representam grande parte das ocupações que são

apresentadas pelos dados do Cadastro Único. No entanto, diversos fatores limitam o desenvolvimento desse setor. A falta de investimentos nessa agricultura, o distanciamento de algumas áreas rurais em relação à cidade, e a ausência de políticas públicas eficazes de desenvolvimento rural são questões que podem ser levantadas para essa discussão.

Além disso, a irregularidade das chuvas, a falta de relações de mercado que integrem os produtores locais a cadeias produtivas mais amplas, e o baixo investimento em infraestrutura agrícola e na correção de solos inférteis dificultam ainda mais o avanço dessas áreas.

[...] do ponto de vista da precariedade de suas estruturas produtivas e dificuldade de produzir para o mercado, configurando-se, em uma expressiva parte dos casos, em agricultores familiares com produção restrita ao consumo próprio da família, com eventual excedente destinado ao mercado.(Aquino *et al.*, 2021, p.2)

Além do fator exposto acima, a falta de ações qualificadas para melhorar a fertilidade dos solos reduz a produtividade agrícola, ampliando as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores. Esses fatores combinados perpetuam as condições de trabalho e limitam a diversificação econômica, contribuindo para a manutenção da pobreza no município.

5.2 As dimensões do Plano Municipal de Assistência Social de Ibiassucê-Bahia

O Município de Ibiassucê deu início ao processo de sistematização dos dados relativos às famílias na Assistência Social em 2021, com a elaboração do plano de Assistência Social produzido utilizando-se do índice de desenvolvimento da Família, que foi desenvolvido em sua primeira versão, adaptado do nível federal, pela Gestão do SUAS.

O PMAS (2021) de Ibiassucê utilizou o IDF como ferramenta para diagnosticar a situação socioeconômica das famílias no município. Essa escolha reflete a compreensão de que a pobreza é um fenômeno multidimensional, indo além da renda, e exige a análise de diferentes aspectos da vida familiar. O IDF é composto por seis dimensões: a vulnerabilidade da família, o acesso ao conhecimento, o acesso ao trabalho, a disponibilidade de recursos, o desenvolvimento infantil e as condições habitacionais. Ao analisar as seis dimensões do IDF, o PMAS busca traçar um panorama abrangente da realidade social,

identificando áreas que demandam atenção através de um diagnóstico da realidade local.

Na versão adaptada ao município de Ibiassucê, pela Gestão do SUAS e Vigilância Socioassistencial, o IDF é composto, ao todo, por 6 dimensões, 22 sub-dimensões e 40 componentes/indicadores. Tudo se passa como se fossem feitas 40 perguntas às famílias, as quais devem responder sim ou não. Cada sim é computado como algo positivo e aumenta a pontuação da família na direção de um maior índice de desenvolvimento. O IDF pode variar entre 0 (para aquelas famílias na pior situação possível) e 1 (para as famílias na melhor situação possível). (PMAS-Ibiassucê, 2021, p.53)

A partir das dimensões, subdimensões e indicadores, o IDF se revela como uma eficiente ferramenta para indicar possíveis ações estratégicas a serem realizadas no território, especialmente no que tange ao fortalecimento do acesso ao trabalho e à melhoria das condições de renda, aspectos essenciais para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Por tudo isso, pensar o território como elemento importante para o planejamento e implementação das políticas públicas é ir contra a institucionalidade que ainda é o modelo da política social brasileira. Pensar o território é pensar o cidadão, é pensar no choque de escalas, é pensar, por exemplo, na escala do cotidiano reveladora das desigualdades e das potencialidades existentes no território, pois é no cotidiano dinâmico que se encontra o desafio das políticas sociais. (Lima, 2014, p.137)

Se tratando das seis dimensões do IDF que foram desenvolvidas e contabilizadas em Ibiassucê, todas estão interligadas ao acesso à renda e exercem um papel fundamental para o conhecimento da realidade da população e a consequente promoção da segurança econômica. A Gestão do SUAS de Ibiassucê organizou um compilado de quadros no PMAS que apresentam as dimensões, subdimensões e componentes/indicadores, que foram utilizados para medir o IDF em Ibiassucê através da base de dados do CadÚnico, observe.

Quadro 1 - Subdimensões e Indicadores da Dimensão 01, Ausência De Vulnerabilidade - IDF 2021 de Ibiassucê, Bahia

D1 - AUSÊNCIA DE VULNERABILIDADE	
SUBDIMENSÃO	INDICADOR
S1 - FECUNDIDADE	V1 - Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano

	V2 - Nenhuma mulher teve filhos nascido vivo nos últimos dois anos
S2 - AUSÊNCIA DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS	V3 - Ausência de crianças
	V4 - Ausência de crianças e adolescentes
	V5 - Ausência de crianças, adolescentes e jovens
S3 - AUSÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS	V6 - Ausência de pessoas com deficiência
	V7 - Ausência de idosos
S4 - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA	V8 - Presença de cônjuge
	V9 - Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa

Fonte: Ibiassucê, Plano Municipal de Assistência Social (PMAS - 2021); Secretaria Municipal de Assistência Social (2021). Org: Teixeira (2024)

A Dimensão 1, Ausência de Vulnerabilidade, foca em aspectos demográficos e sociais, como a ausência de fecundidade recente, a não dependência de crianças e idosos, e a presença de cônjuges. Esses fatores reduzem as cargas familiares, permitindo maior disponibilidade para o trabalho e geração de renda, especialmente quando a maior parte dos membros encontra-se em idade ativa.

A vulnerabilidade de uma família representa o volume adicional de recursos que ela requer para satisfazer suas necessidades básicas, em relação ao que seria requerido por uma família-padrão. A presença, por exemplo, de gestantes, crianças, adolescentes, jovens e idosos aumenta a vulnerabilidade das famílias, porque aumenta o volume de recursos necessários para a satisfação de suas necessidades básicas. Entre as seis dimensões consideradas, a ausência de vulnerabilidade é a única que não representa nem meios, nem fins.(Barros, *et al.*, 2003, p. 08 e 09)

Quadro 2 - Subdimensões e Indicadores da Dimensão 02, Acesso ao Conhecimento - IDF 2021 de Ibiassucê, Bahia

D2 - ACESSO AO CONHECIMENTO	
SUBDIMENSÃO	INDICADOR
S5 - ANALFABETISMO	C1 - Ausência de adultos analfabetos
S6 - ESCOLARIDADE	C2 - Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo

	C3 - Presença de pelo menos um adulto com secundário completo
	C4 - Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior

Fonte: Ibiassucê, Plano Municipal de Assistência Social (PMAS - 2021); Secretaria Municipal de Assistência Social (2021). Org: Teixeira (2024)

A Dimensão 2, Acesso ao Conhecimento, aborda a escolaridade e o analfabetismo, elementos diretamente relacionados à qualificação profissional. Famílias com níveis mais elevados de escolaridade têm mais oportunidades de acessar empregos de melhor qualidade e com maior remuneração, segundo Barros *et al* (2003, p. 10), “Dentre todos os meios de que uma família pode dispor para satisfazer suas necessidades, o acesso ao conhecimento, certamente, se encontra entre os mais importantes”, o que pode a longo prazo favorecer sua estabilidade financeira.

Quadro 3 - Subdimensões e Indicadores da Dimensão 03, Acesso ao Trabalho - IDF 2021 de Ibiassucê, Bahia

D3 - ACESSO AO TRABALHO	
SUBDIMENSÃO	INDICADOR
S7 - DISPONIBILIDADE DE TRABALHO	T1 - Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupado
S8 - QUALIDADE DO POSTO DE TRABALHO	T2 - Presença de pelo menos um ocupado no setor formal
	T3 - Presença de pelo menos um ocupado em atividade não-agrícola
S9 - REMUNERAÇÃO	T4 - Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 SM
	T5 - Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 SM

Fonte: Ibiassucê, Plano Municipal de Assistência Social (PMAS - 2021); Secretaria Municipal de Assistência Social (2021). Org: Teixeira (2024)

A Dimensão 3, Acesso ao Trabalho, lida diretamente com a ocupação formal e a qualidade dos postos de trabalho, sendo um importante medidor para entender a geração de renda sustentável. A disponibilidade de trabalho formal e a remuneração

acima do salário mínimo são essenciais para garantir a subsistência familiar sem dependência exclusiva de políticas de transferência de renda.

Dotar as famílias de meios sem garantir que elas possam efetivamente utilizá-los para a satisfação de suas necessidades não é uma política eficaz. Assim, tão importante quanto garantir que as famílias tenham acesso aos meios que necessitam é dar-lhes a oportunidade de usá-los. Por exemplo, a importância de dar a uma pessoa os conhecimentos necessários para que ela desempenhe uma determinada função será dramaticamente reduzida, caso ela não venha a ter a oportunidade de realizá-la. O acesso ao trabalho representa a oportunidade, que uma pessoa tem, de utilizar sua capacidade produtiva. Trata-se de um dos casos mais típicos de oportunidade para a utilização de meios. (Barros, *et al.*, 2003, p. 11)

Quadro 4 - Subdimensões e Indicadores da Dimensão 04, Disponibilidade de Recursos - IDF 2021 de Ibiassucê, Bahia

D4 - DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	
SUBDIMENSÃO	INDICADOR
S10 - EXTREMA POBREZA	R1 - Despesa familiar per capita superior à linha da extrema pobreza
	R2 - Renda familiar per capita superior à linha da extrema pobreza
	R3 - Despesa com alimentos superior à linha de extrema pobreza
S11 - POBREZA	R4 - Despesa familiar per capita superior à linha da pobreza
	R5 - Renda familiar per capita superior à linha da pobreza
S12 - CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE RENDA	R6 - Maior parte da renda familiar não advém de transferências

Fonte: Ibiassucê, Plano Municipal de Assistência Social (PMAS - 2021); Secretaria Municipal de Assistência Social (2021). Org: Teixeira (2024)

Já a Dimensão 4, Disponibilidade de Recursos, foca na capacidade das famílias de superar as linhas da pobreza e extrema pobreza. Rendas per capita superiores a essas linhas indicam que a família tem recursos suficientes para atender suas necessidades básicas, aumentando sua segurança financeira e resiliência econômica.

Na medida em que a grande maioria das necessidades básicas de uma família pode ser satisfeita através de bens e serviços adquiridos no mercado, a renda familiar per capita passa a ser um recurso

fundamental. Embora a origem dos recursos não seja relevante para a satisfação das necessidades de uma família, a sustentabilidade e o grau de independência dela dependem da parcela que é gerada autonomamente e da parcela que é recebida como transferências de outras famílias ou do governo. (Barros, *et al.*, 2003, p. 11)

Quadro 5 - Subdimensões e Indicadores da Dimensão 05, Desenvolvimento Infantil - IDF 2021 de Ibiassucê, Bahia

D5 - DESENVOLVIMENTO INFANTIL	
SUBDIMENSÃO	INDICADOR
S13 - TRABALHO PRECOCE	I1 - Ausência de pelo menos uma criança de menos de 10 anos trabalhando
	I2 - Ausência de pelo menos uma criança de menos de 16 anos trabalhando
S14 - ACESSO À ESCOLA	I3 - Ausência de pelo menos uma criança de 0-6 anos fora da escola
	I4 - Ausência de pelo menos uma criança de 7-14 anos fora da escola
	I5 - Ausência de pelo menos uma criança de 7-17 anos fora da escola
S15 - PROGRESSO ESCOLAR	I6 - Ausência de pelo menos uma criança com até 14 anos com mais de 2 anos de atraso
	I7 - Ausência de pelo menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto
	I8 - Ausência de pelo menos um jovem de 15 a 17 anos analfabeto

Fonte: Ibiassucê, Plano Municipal de Assistência Social (PMAS - 2021); Secretaria Municipal de Assistência Social (2021). Org: Teixeira (2024)

A Dimensão 5, Desenvolvimento Infantil, é igualmente relevante para a renda familiar a longo prazo, segundo Barros *et al* (2003, p.12), “ Uma das principais metas de qualquer sociedade é garantir sempre, a cada criança, oportunidades para seu pleno desenvolvimento”. A ausência de trabalho precoce e o acesso à educação garantem que as crianças e adolescentes possam se desenvolver plenamente, aumentando suas chances de entrar no mercado de trabalho com melhores qualificações no futuro.

Quadro 6 - Subdimensões e Indicadores da Dimensão 06, Condições Habitacionais - IDF 2021 de Ibiassucê, Bahia

D6 - CONDIÇÕES HABITACIONAIS	
SUBDIMENSÃO	INDICADOR
S16 - PROPRIEDADE DO DOMICÍLIO	H1 - Domicílio particular permanente
	H2 - Domicílio particular improvisado
S17 - DÉFICIT HABITACIONAL	H3 - Densidade de até dois moradores por dormitório
S18 - ABRIGABILIDADE	H4 - Material de construção permanente
S19 - ACESSO ADEQUADO À ÁGUA	H5 - Acesso adequado à água
S20 - ACESSO ADEQUADO A SANEAMENTO E ESCOAMENTO SANITÁRIO	H6 - escoamento sanitário adequado
S21 - ACESSO À COLETA DE LIXO	H7 - Lixo é coletado
S22 - ACESSO À ELETRICIDADE	H8 - Acesso à eletricidade

Fonte: Ibiassucê, Plano Municipal de Assistência Social (PMAS - 2021); Secretaria Municipal de Assistência Social (2021). Org: Teixeira (2024)

Finalmente, a Dimensão 6, Condições Habitacionais, de acordo com Barros *et al* (2003, p.12), “As condições habitacionais representam uma das principais dimensões das condições de vida de uma família, devido a sua íntima relação com as condições de saúde”. Essa por sua vez, influencia diretamente a qualidade de vida e a capacidade de gerar renda, já que o acesso à água, saneamento, eletricidade e moradias dignas contribui para um ambiente propício ao trabalho e ao desenvolvimento econômico, reduzindo custos com saúde e outros problemas decorrentes de más condições habitacionais.

A base de dados do Cadastro Único de julho de 2021 demonstrada no PMAS (2021, p. 57), apresenta o IDF geral do município, com a média de todas as dimensões juntas, obtendo o valor de 0,659. Este resultado se enquadra na faixa de

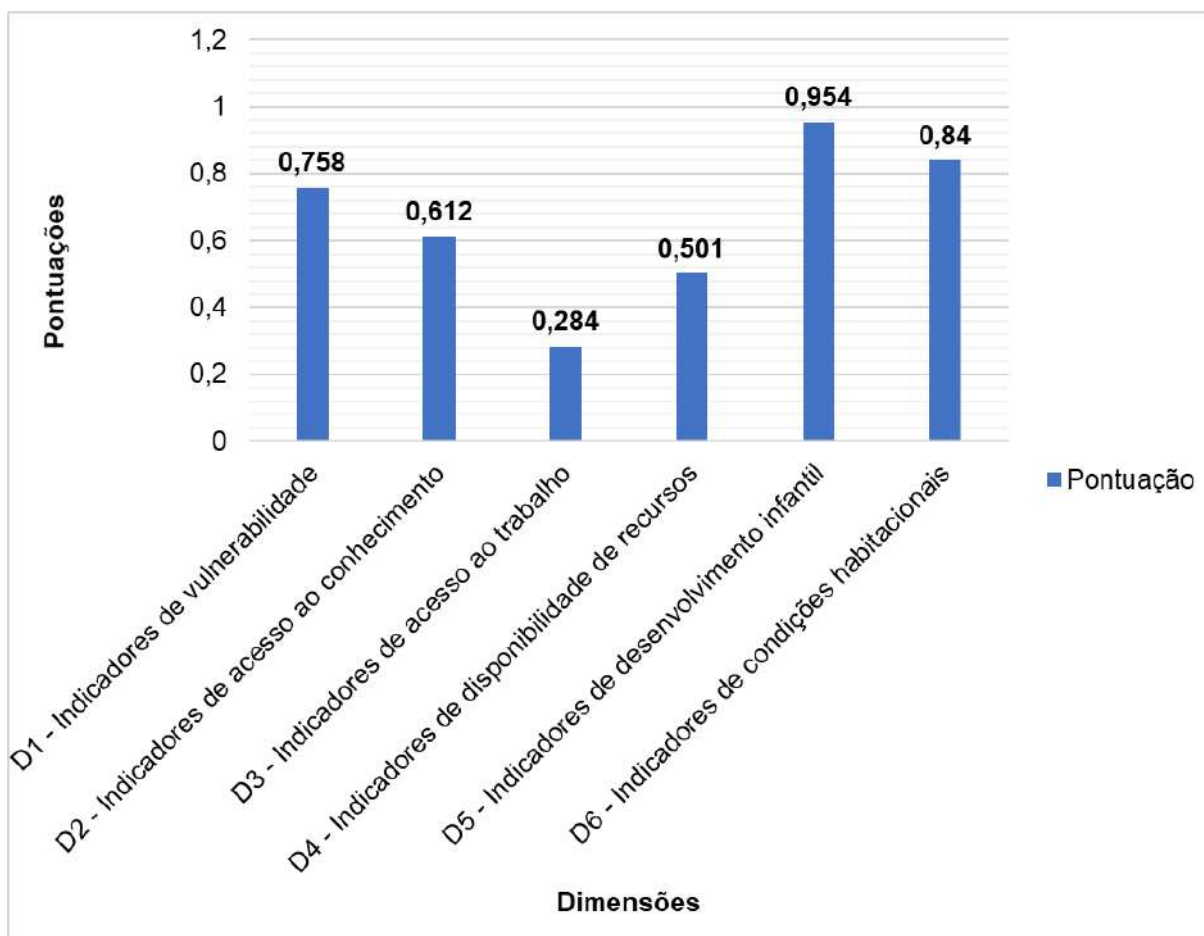
valores considerados bons, indicando que as famílias do município, em média, possuem acesso a um nível satisfatório de recursos e condições de vida.

É importante lembrar que, apesar de um IDF geral relativamente alto, podem existir disparidades significativas entre diferentes setores dentro do município. A autora Lima (2014), enfatiza a importância de se analisar o território de forma detalhada, considerando as particularidades de cada local, para que as políticas públicas sejam direcionadas de maneira eficiente e atendam às necessidades específicas de cada comunidade. Levando em consideração os resultados gerais das pontuações do IDF no município de Ibiassucê, em 2021, revelam variações significativas entre as diferentes dimensões analisadas conforme apresentado no PMAS (2021, p.57).

A Dimensão 5, que trata do desenvolvimento infantil, obteve a maior pontuação, com 0,954, destacando um forte desempenho em relação ao cuidado e educação das crianças. Em seguida, a Dimensão 6, relacionada às condições habitacionais, apresentou uma pontuação de 0,84, indicando boas condições de moradia para grande parte das famílias. Já a Dimensão 1, que aborda a vulnerabilidade, alcançou 0,758, sugerindo um nível moderado de proteção social.

A Dimensão 2, sobre o acesso ao conhecimento, obteve 0,617, mostrando avanços no nível educacional, mas ainda com margem para melhorias. No entanto, as pontuações das Dimensões 4 e 3, que tratam da disponibilidade de recursos (0,501) e do acesso ao trabalho (0,284), foram significativamente mais baixas, evidenciando grandes desafios na geração de renda e no acesso a postos de trabalho formais, fatores essenciais para a segurança econômica das famílias.

Gráfico 16 - Pontuações Gerais o IDF por Dimensão no Município de Ibiassucê, 2021



Fonte: Ibiassucê, Plano Municipal de Assistência Social (PMAS - 2021); Secretaria Municipal de Assistência Social (2021). Reorganizado por: Teixeira, Fabrício Souza (2024)

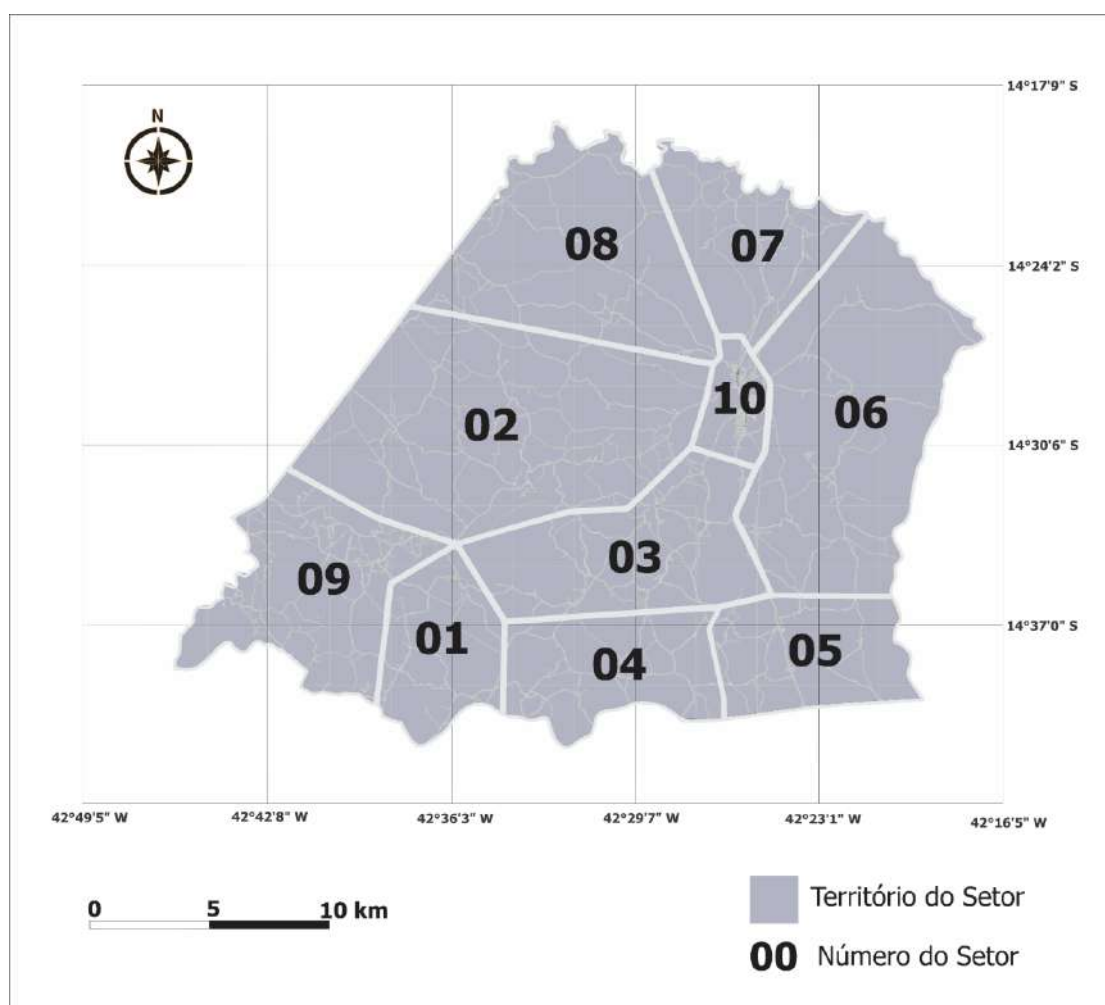
A Dimensão 3, com uma pontuação de 0,284, revela um grande desafio para as famílias de Ibiassucê no que se refere ao acesso a empregos formais e de qualidade. Isso indica que as oportunidades de trabalho são limitadas e, muitas vezes, não garantem condições adequadas para que as famílias consigam se sustentar apenas com seus rendimentos, refletindo a necessidade de políticas públicas que incentivem a criação de postos de trabalho e qualificação profissional.

O PMAS, além de trabalhar com o IDF geral do município, também desenvolveu análises do IDF por setores geográficos. Essa análise mais granular permite identificar as áreas com maiores vulnerabilidades e, consequentemente, direcionar as ações e políticas públicas de forma mais eficiente. Esses resultados setorializados do IDF são utilizados pela gestão do Sistema Único de Assistência Social para o desenvolvimento de relatórios e para o gerenciamento da política

pública de assistência social, com o objetivo de promover o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida das famílias em todo território do município.

O PMAS (2021) de Ibiassucê utiliza uma divisão do território em 10 setores, conforme apresentado no documento. Essa divisão, adotada pela SMAS, baseia-se na setorização utilizada pela Paróquia São Sebastião, partindo do pressuposto de que as localidades dentro de um mesmo setor compartilham características socioculturais semelhantes. Essa estratégia visa organizar a oferta de serviços socioassistenciais de forma mais eficiente e facilitar a realização de estudos e diagnósticos em microterritórios. O Mapa 6, RAG (2023), detalha a malha territorial do município com as divisões adotadas para os setores.

Mapa 6 - Território do Município Dividido por Setores Segundo a Gestão do SUAS (2023)



Fonte: Ibiassucê, Relatório anual de Gestão (RAG - 2023); Secretaria Municipal de Assistência Social (2024).

O Quadro 7, apresenta o número, o nome de cada setor e suas respectivas localidades rurais, conforme a divisão utilizada pela Secretaria de Assistência Social de Ibiassucê, observe:

Quadro 7 - Identificação dos Setores e suas respectivas Localidades Rurais e Bairros, Ibiassucê (2024)

Número do Setor	Nome do Setor	Localidades Rurais e Bairros que Compõem o Setor
01	Brasilândia	Careta, Goiabeira, Jacú, Mocambo I, Olho D'Água dos Anjos, Povoado de Brasilândia e Roça Grande
02	Santo Antônio	Algodão, Amarra Saco, Betânia, Boqueirão, Caiado, Caldeirão, Catuni, Durval, Engenho, Escondido, Espinheiro, Furados II, Grama I, João Camilo, Lagoa da Pedra, Lagoa de Cima II, Lagoa do Buraco, Lagoa Funda I, Lagoa Funda II, Lagoa Rasa, Lameiro, Licuri, Mandacaru, Mergulhão, Olho D'Água de Hermano, Passos, Pengué, Pequi, Picadas, Povoado Santo Antônio, Represo, Tanquinho II, Toco Gente, Umbaúba, Olho D'Água I, Vereda e Esbarrancado II
03	Jacaré	Bezerro, Boa Vista II, Cacique, Caminho Novo, Coisa Boa, Covas de Mandioca, Lagoa do Morro, Maracujá, Mulungu, Mulungu de Candinho, Mutamba, Olho D'Água de Dé, Pau de Colher, Paulina, Peixe, Povoado de Jacaré, Riacho dos Veados, São Gregório, Tanque e Vargem Queimada
04	Jabuticaba	Baixão dos Coutinhos, Caraíbas, Catriongongo, Curral Velho, Esbarrancado I, Jabuticaba, Jatobá, Lagoa D'anta, Lagoa Funda Brito, Massangano, Pau D'Arco, Pau Ferro I e Guará
05	Quilombo Santo Inácio	Boca da Caatinga, José Ramos, Lagoa do Meio, Moreira, Olho D'Água Velho, Pintado, Quilombo Santo Inácio, Tamanduá e Tanque da Mandioca
06	Bonsucesso	Baixão, Bonsucesso, Brôco, Capão, Garrote, Lagoa do Barro, Lagoa do Brôco, Lajedo, Mata, Mata Velha, Meio, Olho D'Água de Juvenal, Pau Ferro II, Pintada, Salinas I, Salinas II, Salinas III, Sanguessuga.
07	Forno de Telha	Antas, Boa Esperança, Capoeirão, Comboio, Enxu, Farinha Seca, Forno de Telha, Fundão, Grama II, João Gonçalo, Junco, Lagoa D'Água, Lagoa de Dentro, Lagoa do Jatobá, Passagem do Meio, Vargem Suja, Pedrinhas Rural e Duas Lagoas

08	Lagoa Funda Novais	Barrocas, Brejo, Furados I, Lages, Lagoa de Cima I, Lagoa Funda Novais, Mocambo II, Mocó II, Pau de Forca, Piaba, Poço do Mateiro, Ticum, Três Lagoas, Três Unidos, Lagoa de Baixo, Caminho Velho, Poções e Laginha
09	Juazeiro	Água de Régua, Barra do Cedro, Barragem da Cana, Belmonte, Boa Sorte, Boa Vista I, Cabeça Furada, Capim, Capivara, Cipó, Galho Torto, Juazeiro, Lagoa da Égua, Lagoa dos Patos, Lagoa Funda III, Mandu, Mocó I, Pachola, Pajeú, Patos, Rio das Antas, Rio do Cedro, Rozeta, Tanquinho I, Veredinha.
10	Sede	Bairro Alto da Boa Vista, Bairro Alto do Cruzeiro, Bairro Alto do Tanque, Bairro Novo, Bairro Cândido Portinari, Bairro Centro, Bairro Conjunto Habitacional, Bairro Jardim América, Lagedinho, Lagoa da Baixa, Bairro Pedrinhas Urbano, Tamboril, Tanquinho de Urias, Bairro Venda Velha, Praça São Judas Tadeu, Bairro Alto da Caixa D'Água e Bairro Chico Pires

Fonte: Ibiassucê, Relatório anual de Gestão (RAG - 2023); Secretaria Municipal de Assistência Social(2024). Org: Teixeira (2024)

Com base na análise dos indicadores do IDF realizada na dissertação da autora Lima (2014, p. 102), a Figura 8, intitulada “IDF- Indicador Sintético: Municípios do Brasil com destaque para os municípios da região Nordeste/2010”, apresenta o Indicador Sintético do IDF para os municípios brasileiros, com ênfase na região Nordeste. Este indicador agrega as seis dimensões do IDF, fornecendo uma análise geral das condições de vida das famílias nos diversos municípios do país.

Segundo Lima (2014, p. 103), observa-se que um número significativo de 266 municípios brasileiros apresenta um IDF considerado muito baixo, situado na faixa de 0,414 a 0,429. A maioria desses municípios com IDF muito baixo está concentrada nas regiões Norte e Nordeste, evidenciando a persistência das desigualdades regionais. Em contraste, as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste concentram os municípios com os melhores índices do IDF. Observa-se que a maior parte dos cerca de 110 municípios com IDF de médio a alto está localizada nessas duas regiões do país. Considerando que a classificação de "alto" desenvolvimento familiar no IDF varia de 0,646 a 0,723. No que se refere ao Nordeste, a análise do Indicador Sintético do IDF revela a existência de desigualdade intrarregional.

O PMAS (2021) calculou o IDF geral por setor, para poder ter uma visão fidedigna de qual localidade do município está em destaque e qual está com deficiência em relação às dimensões apresentadas outrora.

Tabela 6 - Nota Geral do IDF por setor, Ibiassucê (2024)

Setor	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Nota geral do IDF	0,647	0,661	0,671	0,646	0,651	0,645	0,668	0,659	0,645	0,699

Fonte: Ibiassucê, Plano Municipal de Assistência social (PMAS - 2021); Secretaria Municipal de Assistência Social (2021). Org: Teixeira (2024)

O Tabela 6 revela uma variação nos índices de desenvolvimento em diferentes localidades do município. O Setor 10 (Sede) apresenta a maior nota (0,699), indicando melhores condições em relação às dimensões avaliadas pelo IDF. Por outro lado, os Setores 6 e 9 (Bonsucesso e Juazeiro) registram as menores notas, ambos com (0,645), indicando a necessidade de atenção e investimentos para melhorar os indicadores nesses locais.

As notas gerais do IDF, calculadas pelo PMAS (2021), variam entre 0,645 e 0,699, demonstrando uma pequena amplitude entre os setores. É importante observar que, apesar das diferenças, todas as notas se encontram acima de 0,6, o que pode indicar um nível geral de desenvolvimento considerado satisfatório. Essa análise por setor permite uma visão mais precisa das áreas que demandam maior atenção das políticas públicas.

A nota mais alta do Setor 10, que corresponde à Sede do município de Ibiassucê, pode ser atribuída à sua localização. A concentração de serviços públicos, infraestrutura e oportunidades de emprego e renda nas áreas urbanas geralmente contribuem para melhores indicadores de desenvolvimento. Lindo (2011) reforça a importância da análise socioespacial, característica da Geografia no território, para a compreensão da desigualdade social e a formulação de políticas públicas.

[...] uma 'porta de entrada' se abre a partir da tentativa de responder questões relativas ao fenômeno da desigualdade social que resulta da organização e gestão da sociedade e os modos como essas produzem o espaço e são por ele produzidos, o que possibilita a geografia incorporar e responder desafios impostos pelo mundo contemporâneo. (Lindo, 2011, p.59)

Pode-se que a área urbana de Ibiassucê ofereça maior acesso a serviços de saúde, educação, assistência social, saneamento básico, transporte e lazer, além de concentrar a maior parte das atividades econômicas do município. Esses fatores, por sua vez, podem influenciar positivamente as dimensões avaliadas pelo IDF, resultando em uma nota mais alta do setor referido. É nesse sentido que (Costa, 2000, p. 16 apud Lindo, 2011, p. 50) afirma: “as condições de vida das famílias dificilmente podem melhorar se não se tomarem medidas que promovam o progresso de todo o espaço, nos domínios da habitação, dos equipamentos sociais, das acessibilidades, e até de atividades econômicas”.

A análise desse índice por setores no município de Ibiassucê, em 2021, revela uma disparidade entre as diferentes regiões, com destaque para a superioridade da Sede (Setor 10) em relação aos demais setores. Para melhor compreensão da dinâmica do IDF no município, observe a tabela a seguir, que apresenta as pontuações das dimensões por setor:

Tabela 7 - Pontuações do IDF nas Dimensões por Setor do Município de Ibiassucê (2021)

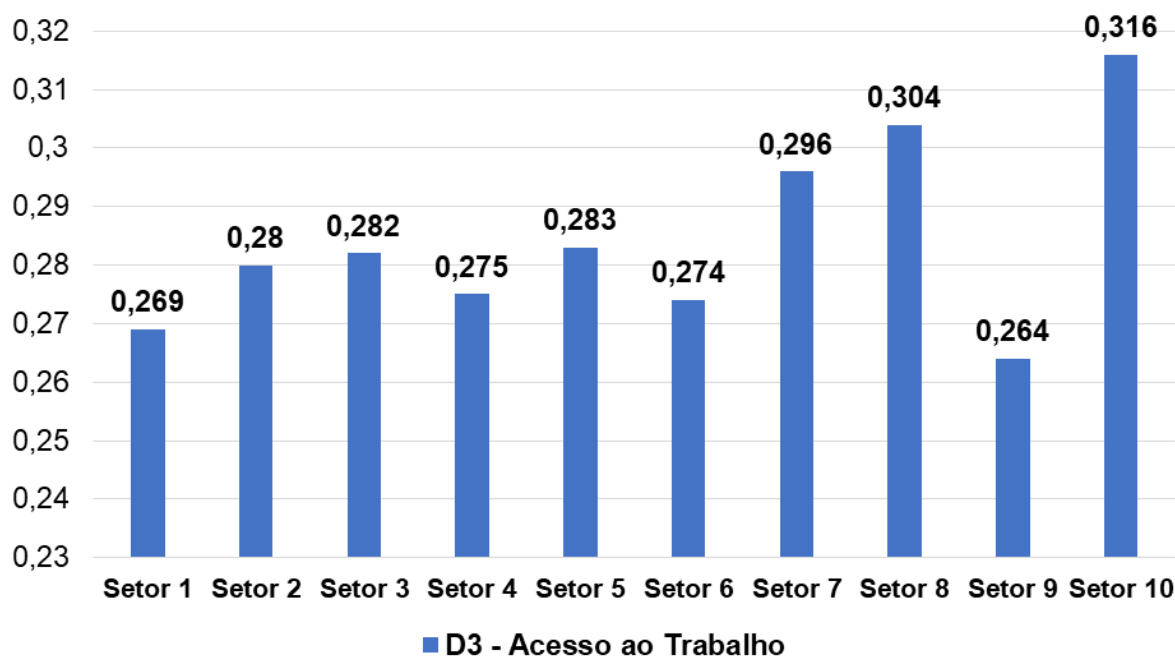
SETOR	D1 -	D2 -	D3 -	D4 -	D5 -	D6 -	IDF geral
Setor 1	0,769	0,564	0,269	0,508	0,954	0,818	0,647
Setor 2	0,745	0,636	0,280	0,524	0,955	0,829	0,661
Setor 3	0,781	0,620	0,282	0,485	0,964	0,893	0,671
Setor 4	0,772	0,605	0,275	0,453	0,950	0,818	0,646
Setor 5	0,757	0,651	0,283	0,474	0,949	0,794	0,651
Setor 6	0,760	0,604	0,274	0,480	0,950	0,805	0,645
Setor 7	0,760	0,607	0,296	0,529	0,957	0,858	0,668
Setor 8	0,737	0,627	0,304	0,534	0,948	0,802	0,659
Setor 9	0,755	0,596	0,264	0,502	0,960	0,790	0,645
Setor 10	0,744	0,663	0,316	0,526	0,950	0,995	0,699
Município	0,758	0,617	0,284	0,501	0,954	0,840	0,659

Fonte: Ibiassucê, Plano Municipal de Assistência Social (PMAS - 2021); Secretaria Municipal de Assistência Social (2021). Org: Teixeira (2024)

A análise dos dados do IDF em Ibiassucê revela um padrão preocupante, todos os setores do município apresentam resultados baixos nas dimensões "Acesso ao Trabalho" (D3) e "Disponibilidade de Recursos" (D4). Embora a dimensão D3 apresenta as médias mais baixas em todos os setores, a D4 também se destaca por apresentar pontuações abaixo da média geral do município na

maioria dos setores, com exceção dos setores 2, 8 e 10. Essa situação indica que, independentemente da localização geográfica, a população de Ibiassucê enfrenta dificuldades significativas no acesso a oportunidades de trabalho e na obtenção de recursos financeiros.

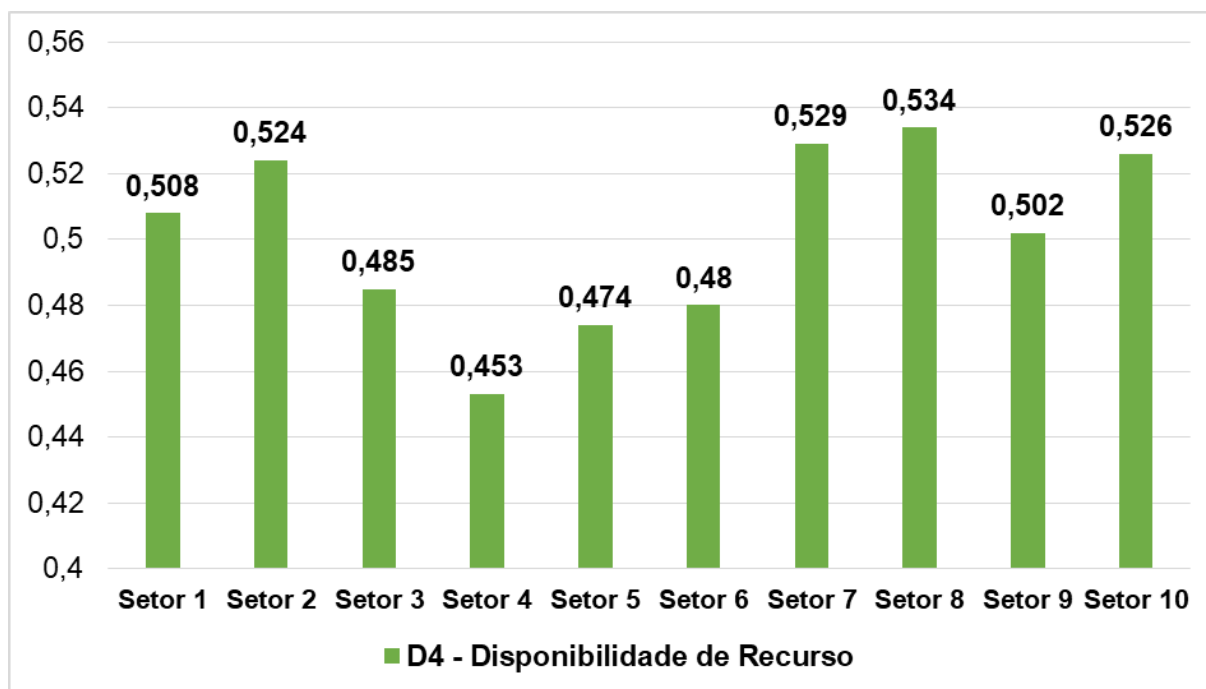
Gráfico 17 - Pontuações dos Setores em relação à Dimensão Acesso ao Trabalho em Ibiassucê (2021)



Fonte: Ibiassucê, Plano Municipal de Assistência Social (PMAS - 2021); Secretaria Municipal de Assistência Social (2021). Org: Teixeira (2024)

A persistência de resultados baixos em D3 e D4 em todos os setores demonstra a existência de desafios estruturais que transcendem as particularidades de cada localidade. É possível que fatores como a escassez de investimentos em qualificação profissional, a falta de incentivos para a criação de empregos de qualidade e a dificuldade de acesso a crédito e outros recursos financeiros estejam contribuindo para esse cenário. A superação dessas dificuldades exige ações eficazes e integradas, que considerem as necessidades específicas de cada setor e promovam o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável e inclusiva.

Gráfico 18 - Pontuações dos Setores em relação à Dimensão Disponibilidade de Recursos em Ibiassucê (2021)



Fonte: Ibiassucê, Plano Municipal de Assistência Social (PMAS - 2021); Secretaria Municipal de Assistência Social (2021). Org: Teixeira (2024)

Em relação às dimensões D5 ("Desenvolvimento Infantil") e D6 ("Condições Habitacionais"), os dados do IDF revelam um panorama positivo. Todos os setores do município apresentam pontuações elevadas em D5, variando de 0,948 a 0,964, indicando um bom desempenho em relação à proteção de crianças e adolescentes. Essa constatação indica que políticas públicas voltadas para a infância e adolescência têm sido eficazes em Ibiassucê, e que existe um investimento qualificado para esses fatores.

No que se refere a D6, observa-se uma variação maior entre os setores, com destaque para a Sede, que apresenta uma pontuação excepcional de 0,995, impulsionada pelo acesso a moradias adequadas e infraestrutura urbana de qualidade. Outros setores, como o 3 (0,893) e o 7 (0,858), também demonstram bons resultados. Porém na dimensão D6, os setores 9 e 5 apresentam valores inferiores.

Em contraste com o desempenho positivo em D5 e D6, as dimensões D1 ("Ausência de Vulnerabilidade") e D2 ("Acesso ao Conhecimento") apresentam resultados mais heterogêneos entre os setores. As pontuações em D1 variam de

0,737 a 0,781, enquanto em D2 oscilam entre 0,564 e 0,663. Embora a maioria dos setores apresentem pontuações em D1 e D2 acima da média municipal, a variabilidade entre os resultados apresenta a necessidade de uma análise mais aprofundada para identificar as especificidades de cada setor e direcionar as ações estratégicas da gestão municipal de forma mais eficiente.

A baixa pontuação em D2 no Setor 1 (0,564) merece atenção, indicando a necessidade de investimentos em educação e acesso à informação nessa localidade. Pode-se dizer que fatores como a distância da Sede e a localização das escolas podem estar impactando o acesso à educação nessa localidade. Com esses resultados, é possível entender a importância de se considerar as particularidades de cada região na formulação de ações e possíveis políticas públicas, direcionando investimentos para as áreas que mais necessitam de atenção. A partir da identificação das fragilidades de cada setor, é possível elaborar estratégias que promovam um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo em todo o município.

Os direcionamentos das políticas públicas estão intrinsecamente vinculados à própria qualidade de vida dos cidadãos. É no embate relacional da política pública entre o governo e a sociedade que se dará a ratificação ou o combate ao processo de exclusão social em curso. As consequências destas decisões políticas nas vidas das pessoas são diretas, seja pela decisão da não intervenção, seja pela decisão de como ela se dará ao longo do processo. (Lindo , 2011, p.65)

Adicionalmente, o monitoramento contínuo do IDF, através da coleta e análise de dados, é fundamental para se criar um diagnóstico preciso da realidade socioterritorial e realizar ajustes quando necessário, visando a melhoria da qualidade de vida da população. Os Benefícios Eventuais (BEs) se mostram como um importante instrumento para a compreensão da dinâmica socioeconômica de Ibiassucê. A análise dos dados do RAG 2023 permite aprofundar a discussão sobre a relação entre o alto acesso a esses benefícios e a baixa oportunidade de renda no município.

Os Benefícios Eventuais são uma forma temporária e suplementar de proteção social ofertada para prevenir e enfrentar situações de vulnerabilidade decorrentes de eventos como nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades. Concedidos em dinheiro, bens ou serviços, buscam garantir seguranças sociais a famílias e indivíduos em dificuldade. A legislação, como a LOAS, define esses benefícios como provisões suplementares do SUAS, prestadas em situações específicas. (Ibiassucê , 2024, p.95)

O relatório indica que 315 famílias, totalizando 4.077 pessoas, receberam 1.593 benefícios eventuais em 2023, o que custou para os cofres públicos um investimento total de R\$258.346,58 neste ano. A análise detalhada dos dados demonstra que, das 1.380 solicitações de BEs, 922 foram feitas por famílias que já recebiam algum tipo de benefício de transferência Direta de renda. Por outro lado, 401 solicitações vieram de famílias sem nenhum outro tipo de benefício. Essa diferença demonstra que as famílias que já se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possivelmente com baixa renda, dependem mais dos BEs para suprir necessidades básicas.

Outro dado relevante é a renda média per capita dos solicitantes, que foi de R\$243,97. Considerando que 56 famílias tinham renda zerada e mesmo assim receberam, em média, 5 benefícios eventuais cada, pode-se inferir que a baixa renda familiar é um fator determinante para o acesso aos BEs em Ibiassucê. A maior parte dos BEs concedidos (938) foi destinada à "Vulnerabilidade Temporária - Alimentação". Esse dado reforça a hipótese de que a baixa renda e a dificuldade de acesso a alimentos básicos impulsionam a busca por esse tipo de benefício.

Tabela 8 - Distribuição dos benefícios eventuais concedidos por tipo - Ibiassucê (2023)

Tipo de Benefício Eventual	Quantidade
BE por Funeral	17
BE por Vulnerabilidade Temporária - Alimentação	938
BE por Vulnerabilidade Temporária - Moradia - Aluguel Social	70
BE por Vulnerabilidade Temporária - Passagem - Viagem	2
Outros Tipos de BEs Concedidos	565
TOTAL	1593

Fonte: Ibiassucê, Relatório anual de Gestão (RAG - 2023); Secretaria Municipal de Assistência Social (2024). Org: Teixeira (2024)

As famílias com menor renda e sem acesso a outros benefícios sociais dependem dos BEs para suprir necessidades básicas, como alimentação. Essa realidade destaca a importância de políticas públicas que promovam a geração de emprego e renda, além de fortalecer a rede de proteção social para garantir a

segurança alimentar e o bem-estar da população. Através de uma rede de proteção social eficaz, é possível garantir condições mínimas de segurança alimentar e bem-estar para essas populações vulneráveis.

Nesse contexto, a análise dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais em Ibiassucê, através de informações contidas no Relatório Anual de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2023, evidencia a situação econômica desafiadora do município.

São exatamente 8.151 pessoas no Cadastro Único do Governo Federal em Ibiassucê. Esse total de indivíduos conformam 3.257 famílias, das quais 1.446 famílias estão classificadas como pobres e 671 de baixa renda, ficando claro que uma parcela significativa da população vive em condições de vulnerabilidade socioeconômica, se considerada a população total registrada em 2022.

Os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Auxílio Gás, desempenham o apoio financeiro às famílias que estejam em vulnerabilidade e que estejam no perfil exigido do programa. Em 2023, 1.553 famílias foram beneficiárias do programa Bolsa Família, com um valor anual repassado de R\$ 9.905.756,00. Esse auxílio é essencial para a subsistência de muitas famílias, contribuindo para o combate à fome e promoção da educação e saúde, além de oferecer um suporte financeiro importante.

Ainda de acordo com informações do RAG 2023, o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros beneficiou cerca de 222 famílias no município, com um valor médio de R\$108,00 por família. Esse apoio financeiro, essencial para garantir o acesso ao gás de cozinha, resultou em um investimento total de R\$142.987,00 ao longo do ano. O programa representa uma importante medida de suporte às famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo para aliviar os custos domésticos e assegurar as condições básicas de subsistência.

Em 2010, o município de Ibiassucê apresentava um cenário de grande desigualdade econômica, conforme indicam os dados socioeconômicos disponíveis. A renda média dos 20% mais pobres da população era de apenas R\$ 47,00 mensais. Esse dado, retirado do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, evidencia a situação de vulnerabilidade enfrentada por uma parcela significativa dos habitantes, que sobreviviam com um valor extremamente baixo. Em contrapartida, os 20% mais ricos da população tinham uma renda média de R\$1.192,00 mensais,

de acordo com os mesmos dados do Censo de 2010 IBGE. Essa discrepância reflete uma significativa concentração de renda no município, em que uma pequena parte da população detém uma fatia muito maior dos recursos econômicos disponíveis. Já em 2023, os 20% receberam 600 reais por família, conforme os dados do CadÚnico do Governo Federal(2023), com o benefício estendido a 31,7% da população total do município. É preciso esclarecer que esse valor de 600 reais engloba um percentual 73% da população de baixa renda do município, ou seja, ainda há um déficit de cerca de 27% da população de baixa renda que precisa de algum tipo de assistência.

O Índice de Gini de Ibiassucê em 2010, com uma medida da desigualdade de renda que varia de 0 (igualdade total) a 1 (desigualdade máxima), foi registrado em 0,50. Este valor, também proveniente do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, indica um nível moderado de desigualdade, sugerindo que há uma concentração de renda que agrava as disparidades socioeconômicas no município. A renda per capita em 2010 era de R\$ 298,00. Este valor é relativamente baixo, o que reflete as dificuldades econômicas enfrentadas pela população e a necessidade de iniciativas para o crescimento econômico. Sobre a taxa de desocupação em Ibiassucê, que era de 12%, indica que uma parcela significativa da população economicamente ativa estava sem trabalho, o que ainda é possível ser observado nos dias atuais, o que ainda foi agravado ao registrar em 2022 uma taxa de 10%, um indicador de fragilidade econômica e a fragilidade na geração de emprego.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) para Ibiassucê em 2010 segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é um indicador que reflete as fragilidades em diversos aspectos da vida dos moradores. O IVS total, que combina diversas dimensões, é de 0,367 em uma escala de 0 a 1, em que valores mais altos indicam maior vulnerabilidade. Esse índice coloca o município em um patamar de vulnerabilidade intermediária, indicando que há problemas significativos que precisam ser abordados.

A situação econômica de Ibiassucê, conforme os dados apresentados no Indicadores Sociais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2019), revela um cenário de crescimento moderado, mas com desafios significativos. O Produto Interno Bruto (PIB) do município apresentou uma evolução positiva entre os anos de 2013 e 2016, passando de R\$63,3 milhões em 2013 para

R\$81,0 milhões em 2016. Essa trajetória de crescimento é acompanhada por um aumento no PIB per capita, que subiu de R\$5.823,47 em 2013 para R\$7.837,39 em 2016, indicando uma melhoria na renda média dos habitantes de Ibiassucê.

No entanto, o município ocupa uma posição baixa no ranking do PIB da Bahia, classificado em 329º lugar em 2016 segundo dados da SEI (2019), o que indica que, apesar do crescimento, a economia local ainda enfrenta limitações em comparação com outras regiões do estado. Ainda sobre os Indicadores Municipais que dizem respeito ao mercado de trabalho, a situação em Ibiassucê também apresenta aspectos relevantes. Em 2010, a população em idade ativa era de 8.726 pessoas, das quais 5.348 estavam inseridas na população economicamente ativa (PEA), resultando em uma taxa de desocupação de 5,7%. Esses dados indicam uma taxa de desemprego relativamente baixa.

A análise do mercado de trabalho formal segundo os Indicadores Municipais da SEI Bahia (2019), revela que, em 2017, o estoque de emprego formal totalizou 798 postos de trabalho, com uma renda média do trabalhador formal de R\$1.428,30. Comparando com 2014, quando o estoque era de 789 empregos e a renda de R\$1.090,49, observa-se um crescimento tanto no número de empregos quanto na renda média, o que pode indicar uma valorização do trabalho na região.

No entanto, o saldo do mercado de trabalho formal, que considera admissões e demissões, apresentou variações negativas em alguns anos, como em 2016 e 2017, o que pode sinalizar instabilidades no emprego formal e a necessidade de políticas públicas que promovam a geração de empregos sustentáveis. E com isso é possível perceber a complexidade da economia e do mercado de trabalho em Ibiassucê, onde, apesar de um crescimento no PIB e na renda média, ainda existem desafios a serem enfrentados para garantir uma maior estabilidade e inclusão no mercado de trabalho.

6 ACESSO À RENDA E RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ, BAHIA

Essa seção é dedicada à análise das condições socioeconômicas e nas dinâmicas socioterritoriais que influenciam o acesso à renda no município de Ibiassucê. O ponto de partida são as interações entre variáveis socioeconômicas, atividades produtivas e aspectos de desenvolvimento local, oferecendo uma visão abrangente sobre os fatores que impactam a qualidade de vida dos habitantes do município. Para essa análise foram utilizados os dados coletados com a pesquisa de campo, através dos questionários aplicados e das entrevistas semiestruturadas.

6.1 Avaliação da conjuntura e das relações socioterritoriais do município de Ibiassucê

A análise dos dados obtidos por meio da pesquisa de campo aplicada nos quatro setores amostrais de Ibiassucê, a saber: Brasilândia, Santo Antônio, Jacaré e Sede, já apresentados nesta pesquisa, revelou um retrato marcante da realidade socioterritorial do município. A distribuição desigual dos domicílios entre zonas rural e urbana evidencia, desde já, a metodologia abordada para aplicação dos questionários considerando que a amostragem desta pesquisa está sendo realizada em setores, sendo que dos quatro setores anteriormente citados, três se configuram enquanto zona rural do município e apenas um, que representa o perímetro urbano.

Na pesquisa é possível identificar a predominância de mulheres jovens, em idade economicamente ativa, residentes na zona rural, e inseridas majoritariamente em ocupações informais ou dependentes de benefícios sociais, o que aponta para um cenário em que o território atua como fator estruturante da desigualdade. Este entrave foi também apontado pela presidente de associação comunitária da localidade de Santo Antônio-Ibiassucê, segundo Alves (2024) “A informalidade é comum, com atividades como agricultura familiar e pecuária¹⁶”, demonstrando que grande parte da população feminina está engajada em práticas produtivas sem garantias trabalhistas.

Embora todos os entrevistados tenham afirmado saber ler e escrever, o dado por si só não garante o acesso a empregos formais e tampouco assegura a melhoria das condições de vida, como demonstram os baixos rendimentos declarados. Nesse

¹⁶ Entrevista 1- concedida pela Presidente da Associação Comunitária do Povoado de Santo Antônio Município de Ibiassucê. Entrevista realizada em setembro de 2024.

sentido, Alves (2024) também identifica como uma das principais dificuldades enquanto representante da comunidade, que, “a falta de formação é uma das principais dificuldades”, que limita o acesso a ocupações mais estáveis, quando lhe foi perguntado: quais seriam as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores do setor geográfico para conseguir um emprego formal na área. Para Lima (2014):

Os pobres extremos se encontram em situação de desemprego praticamente crônico. São relegados a eles, para que possam ao menos matar sua fome, a submissão de trabalhos escravos ou semiescravos. Permite-se a este tipo de trabalho justamente por não terem a opção de trabalhos melhores que requerem especialmente qualificação. (Lima 2014, p.65)

Outra informação importante apresentada pela pesquisa de campo foi o recorte por raça/cor que sinaliza a persistência de desigualdades históricas, a maioria das pessoas entrevistadas se autodeclarou parda ou preta, o que, associado à informalidade e à baixa renda, reforça a tese de que os processos de exclusão são tanto sociais quanto territoriais e estruturais. Além disso, a composição familiar marcada por domicílios com três ou mais pessoas, acrescenta outro recorte do município que representa mais uma camada de complexidade, pois a renda, já limitada, precisa ser redistribuída entre vários membros, ampliando a vulnerabilidade econômica.

Esse conjunto de informações reforça a importância da abordagem geográfica e crítica do território, considerando que a renda além de um dado econômico, é também um reflexo direto das relações sociais, estruturais, culturais, históricas e espaciais. O território de Ibiassucê se mostra fragmentado, com áreas mais próximas da sede concentrando serviços e vínculos formais de trabalho, enquanto os espaços rurais mantêm uma lógica de sobrevivência baseada na agricultura familiar, muitas vezes de subsistência, práticas informais e apoio de políticas de transferência de renda. Essa realidade também foi percebida pela Secretária de Assistência Social, , ao afirmar que o “*Bolsa Família e o BPC/LOAS*”, são os benefícios de transferência de renda mais presentes em Ibiassucê.

Diante disso, é possível compreender que o acesso à renda em Ibiassucê não se dá de forma homogênea, sendo atravessado por múltiplas variáveis: gênero, raça, idade, escolaridade, localidade, entre outros fatores, que se entrelaçam para formar um mosaico de vulnerabilidades. É esse cenário que se pretende aprofundar a seguir, a partir da continuidade da análise das respostas do questionário aplicado,

com foco na natureza do trabalho desempenhado pelos entrevistados, nos valores médios de renda e despesas, e na relação com os programas de proteção social.

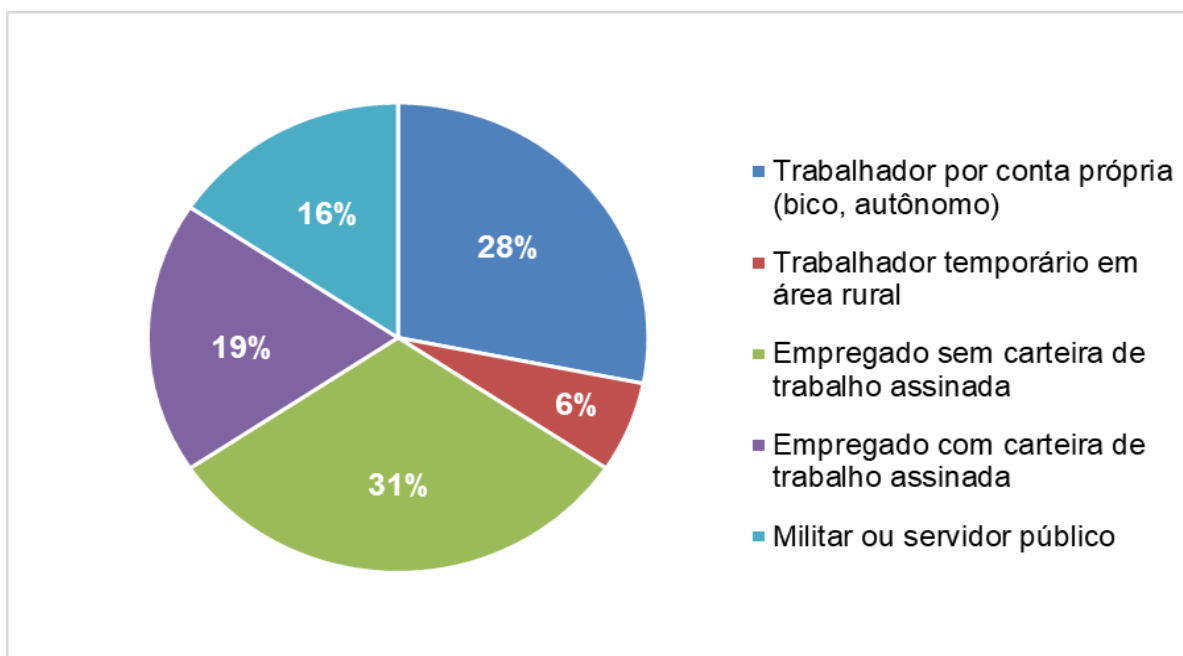
Foi perguntado aos moradores sobre o local e condições de trabalho nesse contexto, foi possível constatar que 55% da população economicamente ativa do município trabalham fora da sua residência. Esses dados revelam um cenário em que a maioria da população está vinculada a atividades externas, o que pode indicar uma dinâmica de mobilidade cotidiana em que essas pessoas buscam estratégias de sobrevivência e acesso à renda para o sustento de sua família. No entanto, observa-se que, mesmo entre os que exercem atividades fora de casa, muitas dessas ocupações não correspondem a vínculos formais. Isso dialoga diretamente com a fala do representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Ibiassucê, ao informar que “em média 700 trabalhadores no setor privado não possuem vínculo formal, sendo contratados de forma autônoma ou verbal¹⁷”. Já entre os que não trabalham fora, parte significativa está desempregada ou em situação de afastamento por doença ou invalidez, o que compromete ainda mais o acesso estável à renda.

Ao examinar os dados sobre o tipo de trabalho realizado, evidencia-se o predomínio de ocupações informais, como trabalho por conta própria, bicos, serviços domésticos, ou empregos sem carteira assinada. Poucos entrevistados estão inseridos em empregos formais (com carteira assinada ou como servidores públicos), concentrando-se especialmente na sede urbana ou entre aqueles vinculados à administração pública. Gonçalves (2024)¹⁸ reforça que a maioria das empresas do município é de pequeno porte e utiliza contratos verbais para reduzir custos, sendo a “formalização um desafio devido à falta de mão de obra qualificada”. A informalidade recorrente reforça a fragilidade da inserção laboral no município e evidencia a ausência de um mercado de trabalho estruturado, especialmente nas zonas rurais, onde a atividade econômica se restringe ao setor primário e ao comércio local.

Gráfico 19 - Tipo de ocupação dos entrevistados - Ibiassucê (2024)

¹⁷ Entrevista concedida pelo advogado, representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Ibiassucê. Entrevista realizada em setembro de 2024.

¹⁸ Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Ibiassucê. Entrevista realizada em setembro de 2024.



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2024.

O gráfico 19 revela um panorama preocupante da estrutura ocupacional no município, refletindo diretamente as fragilidades do mercado de trabalho local e suas implicações no acesso à renda. Observa-se que 31% dos entrevistados atuam como empregados sem carteira assinada, seguidos por 28% como trabalhadores por conta própria, categorias que juntas representam quase 60% da amostra, o que evidencia o alto grau de informalidade e precarização das relações de trabalho. Esse dado reforça o cenário já discutido no corpo da pesquisa, em que a falta de vínculos formais e de estabilidade contratual limita o acesso a direitos trabalhistas básicos e contribui para a instabilidade da renda familiar. Apenas 16% dos entrevistados ocupam cargos no setor público, e 19% possuem emprego formal com carteira assinada, indicando através desta amostragem que o setor público e o mercado formal ainda são restritos a uma parcela reduzida da população.

O percentual de trabalhadores temporários em área rural (6%), embora pequeno em relação aos demais, é expressivo quando se considera a sazonalidade das atividades agrícolas e o risco de descontinuidade do sustento. Além disso, estas informações revelam que, apesar da predominância de famílias residentes em áreas rurais, as ações governamentais destinadas a promover a inclusão produtiva nesse segmento são escassas e pontuais, quando não totalmente ausentes. Esse descompasso entre a realidade rural e as estratégias de desenvolvimento local

evidencia uma negligência estrutural com a economia camponesa, o que aprofunda as desigualdades sociais e territoriais no município. Assim, o gráfico reforça a conclusão de que a informalidade no trabalho, combinada à desvalorização das áreas rurais, constitui um dos principais entraves ao acesso sustentável à renda e à melhoria da qualidade de vida da população de Ibiassucê.

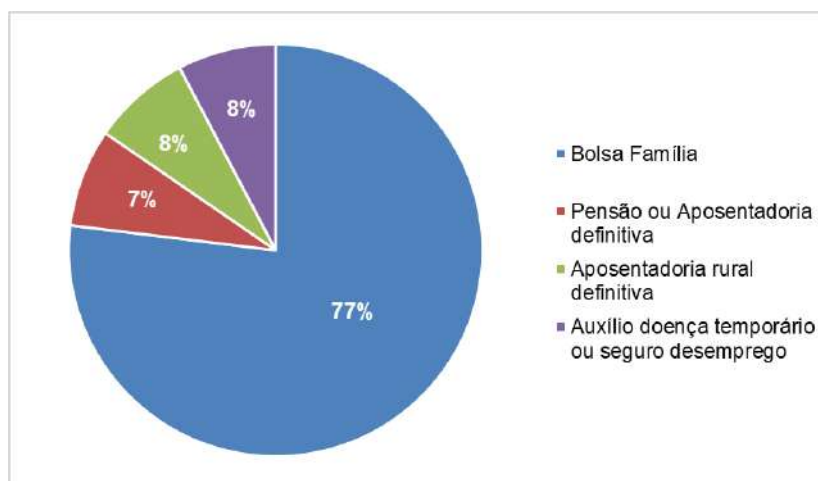
A análise dessas ocupações, quando articulada às demais variáveis da pesquisa, como os níveis de despesa, o recebimento de benefícios sociais e a composição familiar, reforça a ideia de que a informalidade do trabalho é um fator central para a vulnerabilidade socioeconômica no território, afetando diretamente a capacidade das famílias de Ibiassucê de gerar, manter e ampliar suas condições de vida de forma autônoma e digna.

As respostas sobre a renda proveniente do trabalho, revelam um valor expressivo de pessoas que recebem menos de um salário mínimo, equivalente a 38,2% dos entrevistados. Muitos entrevistados, 52,9%, declararam receber entre um a dois salários mínimos e apenas 8,8% declararam receber entre dois a três salários mínimos. Dos 40 entrevistados, nenhum recebe mais de três salários mínimos, o que reforça o caráter de baixa remuneração das atividades exercidas por maioria dos entrevistados, levando em consideração que uma minoria atinge faixas superiores a dois salários mínimos. Essa precariedade salarial agrava-se em domicílios numerosos, onde o valor da renda precisa ser dividido entre vários membros, comprometendo o bem-estar familiar e sua sobrevivência.

Diante dessa realidade de renda reduzida, a pergunta 11 do questionário, apontou que uma parcela significativa dos entrevistados depende de programas de transferência de renda como complemento essencial à sobrevivência. Segundo dados obtidos junto aos entrevistados, 77% declararam receber algum tipo de benefício social, com destaque para o Programa Bolsa Família, além de pensões, aposentadorias rurais e auxílio-doença. Para Gomes (2024)¹⁹: “Esses programas são fundamentais para a inclusão e manutenção de benefícios sociais em um município com ampla parcela da população em situação de vulnerabilidade”. Essa dependência reforça a função compensatória da política assistencial em contextos de fragilidade produtiva e desestruturação do mercado de trabalho local.

¹⁹ Secretária de Assistência Social de Ibiassucê gestão 2021/2024. Entrevista concedida em setembro de 2024.

Gráfico 20 - Tipo de benefício recebido pelos entrevistados - Ibiassucê (2024)



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2024.

A pesquisa revela a centralidade do Programa Bolsa Família como principal mecanismo de suporte econômico para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Além dele, surgem menções a pensões por morte, aposentadorias por invalidez, auxílio-doença e aposentadoria rural. Em muitos casos, o benefício representa a única ou a principal fonte de renda da família, sendo especialmente relevante para mulheres chefes de domicílio, pessoas idosas e trabalhadores sem inserção formal. O valor dos benefícios, ainda que importante, é insuficiente para cobrir todas as despesas, o que evidencia a necessidade de políticas de geração de renda que complementam o valor recebido.

Quando foi questionado sobre o gasto com despesas do dia a dia, a maioria das respostas dos entrevistados declararam que o valor médio das despesas com itens essenciais tais como: energia elétrica, água e esgoto, gás, alimentação, higiene, transporte, aluguel e medicamentos, está acima dos ganhos mensais do chefe de família. Esses dados revelam um desequilíbrio orçamentário entre o que se gasta e o que se recebe mensalmente. De acordo com a pesquisa, 29 pessoas declararam despesas que variam de R\$1.000,00 a R\$3.000,00 mensais. Quando esses valores são analisados à luz das respostas às perguntas 10 (renda do trabalho) e 11/12 (recebimento de benefícios), identifica-se com clareza uma inversão perversa entre o volume de receitas e o montante de gastos.

Grande parte dos entrevistados declarou renda inferior a um salário mínimo, especialmente entre aqueles que trabalham por conta própria, fazem “bicos” ou

estão desempregados. Nessas situações, mesmo somando os valores dos programas sociais como o Bolsa Família (geralmente entre R\$300,00 e R\$600,00 em média) ou aposentadorias rurais, os recursos financeiros totais seguem insuficientes para cobrir os gastos fixos mensais. Essa insuficiência se agrava nos domicílios com cinco ou mais pessoas, muito comuns entre os residentes da zona rural. Há casos em que o valor da despesa mensal declarada ultrapassa a soma da renda familiar, como, por exemplo, famílias que declaram ganhar R\$900,00 e gastar entre R\$1.400,00 e R\$2.000,00 por mês. Isso indica que muitas famílias dependem de redes de apoio institucional como é o caso dos benefícios eventuais, ou social ou mesmo deixam de pagar algumas despesas básicas integralmente, o que pode gerar inadimplência e vulnerabilidade expressiva.

“Os benefícios eventuais têm como objetivo atender situações emergenciais e temporárias de vulnerabilidade, oferecendo suporte imediato a famílias ou indivíduos em risco. Eles abrangem casos como calamidades públicas, despesas funerárias, apoio no nascimento de crianças e insegurança alimentar ou financeira, por meio da concessão de cestas básicas, auxílio para aluguel e contas essenciais. Esses benefícios são regulamentados pelo Plano Municipal de Assistência Social e concedidos após análise criteriosa da equipe técnica, garantindo que cheguem a quem realmente necessita em momentos de maior necessidade”(Gomes, 2024).²⁰

A informalidade do trabalho em Ibiassucê está diretamente ligada ao cenário apontado pelos entrevistados e segue a lógica da maioria das cidades pequenas no âmbito nacional. Neste contexto temos a seguinte situação: os trabalhadores sem vínculo formal enfrentam rotatividade constante, ausência de estabilidade e falta de acesso a direitos trabalhistas como férias, décimo terceiro salário e licenças remuneradas. Tal informalidade, além de comprometer o valor da renda, também impossibilita o planejamento financeiro das famílias e eleva a imprevisibilidade do sustento.

Por outro lado, as famílias que possuem pelo menos um membro como servidor público ou empregado com carteira assinada (casos minoritários na amostra) apresentam maior estabilidade financeira e uma relação mais equilibrada entre renda e despesa. Ainda assim, mesmo nesses casos, os custos mensais com alimentação, transporte e medicamentos comprometem boa parte da renda líquida, tornando difícil a constituição de poupança ou investimento. de acordo com Lima

²⁰ Secretária de Assistência Social de Ibiassucê gestão 2024. Entrevista concedida em setembro de 2024.

(2014, p. 65) a insuficiência de renda é um dos fatores que agrava a pobreza, pois ela ocasiona a privação de capabilities, ou seja, a liberdade de escolha individual de consumo, de nutrição, dentre outros.

A territorialização dessa realidade também deve ser ressaltada. Os dados indicam que nas áreas rurais, os gastos com transporte tendem a ser mais elevados, dado o distanciamento dos equipamentos públicos e centros comerciais. Além disso, o acesso à alimentação de qualidade pode ser limitado pela ausência de mercados locais abastecidos, forçando deslocamentos frequentes até a sede do município. A análise dos valores gastos pelas famílias da amostra, à luz das demais respostas, confirma que a população pesquisada enfrenta uma condição estrutural de insuficiência de renda, agravada por empregos informais, ausência de qualificação profissional, número elevado de dependentes no domicílio e limitação dos programas de transferência para suprir as necessidades básicas.

Dessa forma, os dados evidenciam que o acesso à renda no município de Ibiassucê é profundamente condicionado por fatores territoriais, estruturais e históricos, que se manifestam na informalidade predominante, na dependência de políticas compensatórias e nas desigualdades presentes entre os setores rurais e o urbano. Ao mesmo tempo, as falas dos representantes e entrevistados locais confirmam a percepção de que o território opera como elemento central na configuração das vulnerabilidades sociais. Tais elementos, quando analisados de forma articulada, além de revelar um retrato estático da desigualdade, também apontam para a necessidade de aprofundamento sobre como as variáveis socioterritoriais e econômicas atuam na limitação ou viabilização do acesso à renda. É a partir dessa perspectiva que se desenvolve o próximo tópico, voltado à avaliação crítica das principais variáveis que interferem na realidade das famílias ibiassuceenses no que se refere à geração e sustentação da renda.

6.2 Avaliação da territorialidade e do acesso a renda das famílias de Ibiassucê

A análise das principais variáveis que condicionam o acesso à renda das famílias em Ibiassucê revela um quadro complexo, em que fatores socioeconômicos, territoriais e institucionais se entrelaçam para produzir desigualdades significativas. Os dados levantados por meio dos questionários aplicados a moradores dos setores urbano e rural, bem como as entrevistas com representantes locais, indicam que o

acesso à renda não é apenas uma questão de trabalho, mas um reflexo direto de variáveis como tipo de ocupação, vínculo empregatício, escolaridade, recebimento de benefícios sociais, composição domiciliar e localização geográfica.

Um dos primeiros elementos que se destacam nesse processo é a ausência de políticas efetivas de qualificação profissional. Conforme relatado pela presidente de uma associação comunitária do Setor Santo Antônio, a escassez de formação técnica e a baixa escolaridade dos moradores dificultam o acesso a empregos formais e tornam a agricultura e a pecuária atividades predominantes, ainda que realizadas em condições adversas, como estiagens prolongadas e ausência de sistemas eficientes cultivo e de irrigação. Essa realidade não se resume a uma questão individual, mas reflete um histórico de ausência de investimentos públicos voltados para o desenvolvimento de capacidades locais. A falta de capacitação acaba empurrando boa parte da população para o trabalho informal, como bicos e serviços de subsistência, o que não garante uma renda ininterrupta.

Quadro 8 - Entrevista com a representante de associação de comunidades do Município de Ibiassucê, Bahia.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Como você descreveria o contexto socioeconômico do setor geográfico que a associação representa em relação ao acesso à renda?	O acesso à renda é baixo, pois muitos sócios são idosos ou trabalham para a prefeitura, o que torna a associação e seus projetos uma segunda prioridade.
Quais são as principais fontes de renda disponíveis para os moradores desse setor geográfico?	As principais fontes de renda são a agricultura e a pecuária.
Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores do setor geográfico para conseguir um emprego formal na área?	A falta de formação é uma das principais dificuldades.
Quais são os desafios associados ao trabalho informal ou ao empreendedorismo nesta área?	Desafios envolvem enfrentar a seca prolongada e um sistema de irrigação fraco.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

De acordo com a fala da presidente, o acesso à renda não pode ser dissociado das condições estruturais de qualificação, do suporte institucional e das particularidades do território. Essa ausência de qualificação se reflete diretamente na

estrutura do mercado de trabalho privado no município, conforme ressaltado pelo representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). Segundo ele, o setor privado é formado majoritariamente por pequenas empresas do “comércio varejista e indústrias de argila”, empregando cerca de 1.000 pessoas, das quais apenas 300 possuem carteira assinada. Os demais trabalhadores atuam na informalidade, em “contratos verbais”, principalmente devido ao alto “custo da manutenção de vínculos regulares”. Essa prática gera instabilidade nos rendimentos, impossibilita o acesso a direitos trabalhistas e contribui para a reprodução da vulnerabilidade. Além disso, aponta a dificuldade de encontrar “mão de obra qualificada”, fator que compromete tanto a produtividade quanto o potencial de crescimento das atividades econômicas locais.

A informalidade e o trabalho autônomo, portanto, se consolidam como variáveis centrais na análise do acesso à renda, revelando uma economia local de baixa complexidade e escassa capacidade de absorção da mão de obra disponível. A própria administração pública reconhece essa limitação, segundo o secretário municipal de administração, embora a prefeitura conte com mais de 740 servidores (entre efetivos, temporários e comissionados), “o poder público não tem capacidade de absorver toda a demanda de trabalho da população”. Isso revela uma dependência excessiva do funcionalismo como única alternativa de emprego estável, deixando grande parte da população fora do alcance de oportunidades seguras de geração de renda. Tal desequilíbrio indica a necessidade de diversificação econômica, já que segundo o secretário, “no município não tem empresas suficientes para absorver toda a demanda excedente”.

Nesse sentido, a assistência social cumpre um papel central como mediadora do acesso mínimo à renda por meio de programas como o Bolsa Família, o BPC/LOAS, o Auxílio Gás e os Benefícios Eventuais. Conforme relatado pela secretária de Assistência Social, o município possui um elevado número de famílias cadastradas no CadÚnico, o que apresenta a ampla cobertura das políticas assistenciais, como também a carência de políticas de inclusão produtiva. A renda que advém desses programas é essencial para milhares de famílias, mas é também insuficiente e não substitui o trabalho como base estruturante da cidadania e da dignidade.

Outra variável significativa é o recebimento de benefícios sociais, como o Programa Bolsa Família, auxílio-doença, aposentadoria rural e pensão por invalidez. Entretanto, como destaca a própria gestora da pasta, apesar da importância desses programas para a sobrevivência imediata, eles não são suficientes para promover a emancipação econômica, sendo necessário avançar em políticas integradas que articulem assistência, formação e inserção produtiva. Lima (2014), acrescenta que:

Os pobres em geral, atribuem a sua pobreza a sorte, ao destino e por isso, pouco se vêem enquanto sujeitos de direitos. Não se sentem vítimas de um arranjo social injusto, da má distribuição das riquezas no país, da negligência dos governos e instituições. Por isso, a maioria dos beneficiários não consegue compreender o PBF como um direito seu, mas ao contrário, como um favor prestado pelo governo federal. (Lima, 2014, p.212-213)

Outro aspecto relevante identificado nas entrevistas é a baixa articulação entre setores. Não há, por exemplo, parcerias estruturadas entre o setor privado e o poder público para fomentar a formalização do trabalho ou incentivar práticas associativas, como o cooperativismo. Apesar de não terem sido relatadas ações regulares de capacitação técnica, oficinas ou programas de incentivo ao empreendedorismo de base comunitária pelos entrevistados, em 2023 a prefeitura de Ibiassucê em parceria com a SEBRAE inaugurou a sala do empreendedor, que subsidia ações voltadas ao fortalecimento e investimento do empreendedorismo e da economia local.

As poucas iniciativas existentes partem, em sua maioria, da mobilização comunitária. Um exemplo é o relato da representante da associação rural, que mencionou “um grupo de mulheres desenvolvendo atividades artesanais, ainda em estágio inicial e sem apoio técnico ou financeiro institucional”. Esse dado revela o potencial de organização local e também a lacuna de políticas públicas voltadas ao fomento dessas práticas como estratégia de geração de renda solidária e territorializada.

Concordamos com Demo (2003), quando afirma que a pobreza, bem como as desigualdades nunca terão um fim, haja vista, o perpetuamento do sistema capitalista. Todavia o que o autor acredita é que esses fenômenos podem sim diminuir mesmo em uma sociedade capitalista, desde que o Estado se interesse pelo bem comum da sociedade e que essa se organize de maneira solidária e coletiva, reforçando o seu capital social e as práticas do associativismo e cooperativismo, que no Brasil são mais visualizadas na região sul, enquanto nas demais regiões essas práticas são pouco difundidas. (Lima, 2014, p.48)

Como apresentado anteriormente nesta pesquisa, a composição familiar também se destaca como uma variável que interfere diretamente no acesso à renda. O número de dependentes impacta na distribuição dos recursos e, consequentemente, na capacidade de planejamento financeiro dos domicílios. O nível de renda mensal também se configura como uma variável crítica. O estudo aborda a "Disponibilidade de Recursos" como a Dimensão 4 do IDF, que avalia a capacidade das famílias de superar as linhas da pobreza e extrema pobreza.

Rendas per capita superiores a essas linhas indicam que a família possui recursos suficientes para atender às suas necessidades básicas, aumentando sua segurança financeira. No entanto, a análise do IDF em Ibiassucê revelou que a Dimensão 4 obteve uma pontuação significativamente baixa (0,501 na média municipal), e essa pontuação está abaixo da média geral do município na maioria dos setores. Isso evidencia grandes desafios na obtenção de recursos financeiros. Os indicadores socioeconômicos apontam que uma parcela significativa da população vive com renda abaixo do salário mínimo.

Por fim, levando-se em consideração a pesquisa de campo realizada, considera-se que a localização do domicílio (urbana ou rural) influencia de maneira decisiva o acesso à renda. As entrevistas reforçam essa leitura, apontando a fragilidade das políticas de fomento principalmente à economia rural, especialmente entre jovens e mulheres. Diante desse cenário, torna-se evidente que o acesso à renda em Ibiassucê é condicionado por um conjunto de variáveis interdependentes, entre as quais se destacam: (1) a informalidade nas relações de trabalho, (2) a baixa remuneração média, (3) a presença de múltiplos dependentes nos domicílios, (4) a dependência de programas sociais e (5) a localização territorial rural. Essas variáveis, quando associadas, limitam o poder aquisitivo das famílias, e comprometem sua capacidade de planejamento, mobilidade social e protagonismo econômico.

A avaliação das principais variáveis identificadas e que interferem no acesso à renda das famílias de Ibiassucê exige uma leitura crítica das condições socioterritoriais que estruturam a vida dos sujeitos no município. Ao considerar os dados obtidos nos questionários e, sobretudo, as contribuições das entrevistas semiestruturadas com representantes da administração pública, do setor privado, da

assistência social e das comunidades locais, é possível identificar um conjunto de elementos que se articulam e limitam o acesso estável, justo e digno à renda.

Em síntese, as entrevistas semiestruturadas evidenciam que as principais variáveis que limitam o acesso à renda das famílias de Ibiassucê incluem: (1) a escassez de qualificação profissional e formação técnica; (2) a alta taxa de informalidade no setor privado; (3) a baixa diversificação econômica e produtiva; (4) a limitada capacidade de absorção da mão de obra pelo setor público; (5) a desarticulação entre políticas de assistência, trabalho e desenvolvimento local. Esses fatores, conjugados à desigualdade territorial entre zona rural e urbana, estruturam um cenário em que a renda é instável, insuficiente e pouco articulada a processos de autonomia e transformação social.

Assim, para além da assistência pontual, o acesso à renda em Ibiassucê exige um projeto de desenvolvimento sustentado, que envolva investimento público em formação profissional, estímulo ao associativismo produtivo, parcerias com o setor privado e valorização das potencialidades locais. Somente por meio da construção de um ecossistema de oportunidades será possível transformar o direito à renda em um instrumento real de superação das desigualdades e fortalecimento das relações socioterritoriais no município. É nesse sentido que o próximo tópico avança para discutir como as atividades econômicas locais impactam, de forma positiva ou negativa, o acesso à renda no município.

6.3 Percepções e Realidades do Acesso à Renda em Ibiassucê

A compreensão sobre o acesso à renda em Ibiassucê exige uma abordagem que ultrapasse os dados estatísticos e os quadros normativos. As percepções dos sujeitos entrevistados revelam as realidades objetivas, e também os sentidos atribuídos às suas condições de vida e possibilidades econômicas. Esse campo de percepções é essencial para captar nuances do cotidiano que os dados quantitativos, isoladamente, não abarcam.

As entrevistas realizadas com atores sociais representativos da comunidade local demonstram que o acesso à renda em Ibiassucê está fortemente condicionado por fatores históricos, culturais e estruturais no território, como anteriormente apresentado nesta pesquisa. A fala da representante da associação comunitária, por exemplo, indica que a desvalorização do associativismo e a baixa qualificação profissional comprometem iniciativas de geração de renda localizadas.

Um dos elementos que emergem com nitidez nas falas e os dados apresentados outrora nesta pesquisa é a percepção de que a renda formal é exceção, não regra. Essa realidade é reforçada por um mercado de trabalho que se estrutura predominantemente sobre relações informais, vínculos frágeis e ausência de garantias trabalhistas. Isso afeta diretamente a estabilidade e o planejamento de vida das famílias. Além disso, o predomínio de vínculos frágeis no mercado local revela a dificuldade do município em atrair investimentos capazes de gerar empregos com qualidade. A escassez de políticas de fomento à formalização e à qualificação profissional contribui para a perpetuação desse cenário. Nesse sentido, o desafio não se restringe à geração de postos de trabalho, mas à construção de um ambiente socioeconômico capaz de sustentar relações laborais mais justas e duradouras.

No âmbito das experiências individuais, há uma consciência clara de que a dependência de programas e benefícios sociais, embora necessários, não são suficientes para a emancipação econômica. Essa percepção revela uma ambivalência entre gratidão pelos benefícios recebidos e frustração pela ausência de oportunidades que permitam a autonomia financeira. É importante destacar que, embora os programas de transferência de renda desempenhem papel fundamental na mitigação da pobreza extrema, suas limitações tornam-se evidentes quando

observadas sob a ótica daqueles que os recebem. Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre a insuficiência dessas políticas como mecanismo de emancipação econômica.

Com essa compreensão fica evidente a necessidade do enfrentamento da pobreza a partir do confronto direto contra a negligência do Estado e das forças hegemônicas em não possibilitar a conquista pelo pobre da satisfação de suas necessidades humanas básicas, critério este que já se encontra além do fator renda (SILVA, 2009). Dessa maneira, enfrentar esse problema perpassa então por considerá-lo em toda a sua abrangência, onde o pobre deverá ser constituído de poder e autonomia para a saída dessa condição. (Lima, 2014, p.42)

A entrevista realizada com o representante do setor privado durante a pesquisa de campo corrobora para essa constatação ao indicar um número mínimo de pessoas com empregos no setor privado que são formalizados. A predominância de contratos verbais e vínculos informais é naturalizada como uma resposta à rigidez da legislação trabalhista e ao alto custo de manter funcionários com todos os encargos legais. Essa realidade atrelada ao baixo desenvolvimento do município, apresenta-se como um forte impulsionador de migrações ora de pessoas à procura de formação e qualificação profissional, ora por melhores condições de trabalho e qualidade de vida. É pertinente destacar, ainda, que o acesso à renda tem impacto direto na possibilidade de mobilidade geográfica e social, visto que a falta de recursos econômicos limita o direito básico de deslocamento e de escolha sobre onde viver.

O dinheiro liberta o indivíduo do solo em que nasceu, possibilitando sua desterritorialização, sua migração para outros lugares, a saída de uma situação familiar pesada ou da situação de dependência pessoal ligada a um lugar específico [...]. É bom lembrar que, sem indivíduos dotados de mobilidade, nem sequer se pode pensar em cidadania e direitos, sobretudo, no que diz respeito aos direitos civis, já que a possibilidade de movimento e de circulação das pessoas constitui seu núcleo fundamental (Rego e Pinzani, 2013, p. 197).

Há, ainda, uma percepção de que a juventude local está desmotivada a permanecer no município, dada a escassez de perspectivas de inserção produtiva. Essa percepção gera um processo silencioso de evasão territorial, em que muitos jovens migram para centros urbanos maiores em busca de oportunidades. Outro ponto relevante se refere à visão dos gestores públicos quanto à complexidade de promover inclusão produtiva em um cenário de múltiplas vulnerabilidades. A

secretária municipal de assistência social destaca o desafio de atender com equidade às demandas da população, especialmente diante da pressão por benefícios e da escassez de recursos para promover capacitação profissional em escala, ao ser questionada: qual seria o maior desafio em estar à frente da Secretaria Municipal de Assistência Social?

“Estar à frente da Secretaria Municipal de Assistência Social é, ao mesmo tempo, uma honra e um grande desafio. Um dos maiores desafios é garantir que os direitos das famílias que realmente necessitam sejam atendidos de maneira justa e eficaz. Muitas vezes, encontramos uma grande parcela da população que busca acesso aos benefícios, mesmo que, em algumas situações, não estejam dentro dos critérios estabelecidos para isso. Esse cenário exige sensibilidade e compromisso para agir com responsabilidade e equidade. Outro ponto desafiador é lidar com a complexidade das diferentes demandas da população. Cada caso exige atenção e, muitas vezes, soluções únicas, o que demanda um preparo constante. Ao mesmo tempo, precisamos gerir a secretaria como um todo, garantindo a eficiência e a continuidade dos serviços prestados, o que pode ser desafiador diante das limitações que enfrentamos, tanto em termos de recursos quanto de tempo. No entanto, apesar dessas dificuldades, seguimos com dedicação e empenho, buscando sempre o melhor para a população e trabalhando para fortalecer a assistência social no nosso município”. (Pesquisa de Campo, 2024)

A fala da gestora da pasta de assistência social revela, com clareza, os múltiplos desafios enfrentados pela gestão pública local diante da população que se encontra em vulnerabilidades sociais. Sua percepção demonstra o esforço institucional em assegurar direitos, assim como as limitações estruturais que dificultam a construção de políticas mais eficazes e inclusivas, sobretudo no que se refere à promoção da autonomia econômica por meio da qualificação profissional. A escassez de recursos financeiros e humanos, aliada à alta demanda por benefícios, evidencia a sobrecarga dos serviços socioassistenciais e reforça a urgência de políticas intersetoriais capazes de articular proteção social com inclusão produtiva. Essa complexidade se intensifica ainda mais nas comunidades rurais, onde a realidade imposta pela seca recorrente agrava a instabilidade econômica das famílias. Entre os agricultores e moradores dessas localidades, a escassez de chuvas afeta a produção agrícola e a confiança no futuro, além de reforçar a dependência de políticas compensatórias. A renda, nesse contexto, torna-se sazonal e imprevisível, dificultando qualquer planejamento de vida com perspectiva de estabilidade.

A ausência de políticas públicas locais voltadas à qualificação profissional é apontada como um entrave recorrente em várias falas dos entrevistados. A expectativa de que a capacitação possa abrir portas para ocupações melhor remuneradas ainda não encontra eco prático nas ações do poder público local. Curiosamente, mesmo diante de dificuldades, a informalidade é percebida por alguns entrevistados como uma via de autonomia, ainda que precária.

“Não há programas regulares disponíveis.”; “A falta de interesse de alguns sócios e a necessidade de apoio de órgãos e empresas para qualificação e encaminhamento de trabalho.”; “Mão de obra qualificada.” (Pesquisa de Campo, 2024)

Atividades como o artesanato, a agricultura familiar e os pequenos comércios são citados como estratégias de resistência frente à ausência do Estado. No entanto, essa informalidade, quando não acompanhada de políticas de proteção social, torna-se um fator de perpetuação da vulnerabilidade. A insegurança de não saber quanto se vai ganhar no mês seguinte amplia o sentimento de instabilidade e frustração.

Outro dado perceptível é o papel central das mulheres em diversas formas de geração de renda alternativa. Grupos de mulheres artesãs, por exemplo, vêm sendo criados nas associações comunitárias como tentativa de criar redes de apoio e circulação de renda em escala local. Além das agroindústrias da agricultura familiar que fortalecem esse cenário de luta por acesso à renda. Apesar das dificuldades, os entrevistados demonstram capacidade de análise crítica sobre suas condições de vida. As falas também revelam um sentimento de invisibilidade institucional. A ausência de diálogo contínuo entre o poder público e os trabalhadores informais ou empreendedores rurais é sentida como um distanciamento que enfraquece os vínculos sociais e a efetividade das políticas públicas.

A confiança nas instituições também aparece de forma ambígua. De um lado, há reconhecimento dos esforços da assistência social em algumas frentes, mas, de outro, há desconfiança quanto à real capacidade das ações públicas em promover mudanças estruturais. Outro aspecto perceptível nas falas diz respeito à fragmentação das ações intersetoriais. Apesar da cooperação entre secretarias como saúde, educação e assistência, não há um planejamento coordenado que vise estruturar o setor institucional com o privado. Essa situação é reforçada quando o representante do setor privado responde que “*não*” existe nenhum tipo de parceria

ou colaboração entre as empresas e o poder público para questões relacionadas ao emprego e à formalização dos trabalhadores.

As percepções também são influenciadas por uma memória social que associa a renda estável ao vínculo com o setor público. O emprego em órgãos municipais é visto como uma das poucas formas de inserção formal no município, ainda que não consiga absorver a demanda existente. Além disso, o Gestor da Pasta de Administração, Finanças e Planejamento, diz que, a *“diretoria de Desenvolvimento econômico realiza ações junto ao Sebrae para ajudar no incremento de renda dos cidadãos seja na área rural como na área urbana”*. Essa centralidade do poder público como um forte empregador revela o baixo dinamismo da economia local, onde poucas empresas possuem capacidade de gerar empregos em escala e com estabilidade.

As limitações de infraestrutura em algumas localidades, sobretudo as rurais, como o acesso a transporte, internet e saneamento, também são percebidas como entraves indiretos ao acesso à renda, especialmente para atividades que dependem de comercialização ou serviços remotos. No setor rural, a insuficiência de políticas de crédito e apoio técnico contínuo torna os pequenos produtores reféns de ciclos climáticos, impedindo que avancem para modelos mais eficientes e sustentáveis de produção. Além do Índice de Desenvolvimento da Família tratado anteriormente, as falas indicam, ainda, que o estigma da pobreza acompanha determinadas localidades do município, reforçando uma barreira simbólica que afasta investimentos e iniciativas externas, ampliando a sensação de isolamento territorial em localidades que apresentam números expressivos de desigualdades.

O acesso à terra, apesar de mais difundido na zona rural, não garante por si só o acesso à renda. Levando em consideração os poucos incentivos à produção e à comercialização, muitos lotes acabam subutilizados ou voltados apenas para subsistência. O reconhecimento da importância da educação aparece de forma recorrente nas entrevistas, embora o vínculo entre escolarização e melhoria da renda ainda não seja uma realidade percebida por grande parte da população. Os entrevistados também apontam a urgência de se fortalecer o papel das associações como articuladoras de demandas e promotoras de pequenas iniciativas locais de geração de renda. A precarização da renda impacta diretamente a autoestima, a capacidade de planejamento e o envolvimento comunitário.

Há também a percepção de que os benefícios sociais, embora importantes, estão sujeitos a instabilidades políticas e burocráticas, o que gera incertezas e obriga as famílias a manterem múltiplas estratégias de sobrevivência. A escuta qualificada das comunidades e o mapeamento contínuo das demandas são apontados como caminhos necessários para que as políticas de renda não se tornem apenas medidas compensatórias, mas pontes para a inclusão. Em suma, as percepções sobre o acesso à renda em Ibiassucê revelam uma complexa teia de condicionantes históricos, sociais e geográficos que moldam as experiências da população.

7 CONCLUSÕES

A presente dissertação teve como objetivo compreender como se configura o acesso à renda da população do município de Ibiassucê, Bahia, a partir da análise das relações socioterritoriais que estruturam a dinâmica socioeconômica local. Partiu-se do pressuposto de que o acesso desigual à renda está diretamente relacionado a fatores históricos, econômicos, territoriais e sociais que influenciam as oportunidades de trabalho e as condições de vida da população. Nesse sentido, buscou-se responder à seguinte questão norteadora: como as relações socioterritoriais influenciam o acesso à renda no município de Ibiassucê?

Foi desenvolvida a partir de uma abordagem fundamentada na ciência geográfica, utilizando as categorias de território e espaço como elementos centrais de análise. O percurso metodológico combinou levantamento bibliográfico, pesquisa documental e pesquisa de campo, articulando dados provenientes de bases institucionais, como IBGE, PMAS (2021), Relatórios Anuais de Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social (2022 e 2023), CadÚnico e sistemas de dados governamentais.

Ao longo desta investigação, foram obtidas informações diretamente junto à população por meio da aplicação de 40 questionários e da realização de 04 entrevistas semiestruturadas com representantes de diferentes setores do município. Esses procedimentos, associados aos estudos documentais e estatísticos, possibilitaram a construção de uma análise abrangente sobre as condições socioeconômicas e territoriais que influenciam o acesso à renda em Ibiassucê.

Os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo reforçam de maneira significativa as conclusões apresentadas neste estudo. A análise dos questionários aplicados e das entrevistas realizadas permitiu identificar um perfil socioeconômico marcado pela predominância de moradores da zona rural, que correspondem à maior parte da amostra investigada, além de evidenciar a expressiva presença feminina entre os entrevistados.

Os dados evidenciam ainda um cenário caracterizado por baixos níveis de renda, forte presença de ocupações informais e elevada dependência de programas de transferência de renda como complemento essencial à sobrevivência das famílias. Diante das limitações impostas pelo mercado de trabalho local, observa-se

que muitas famílias recorrem à combinação de diferentes estratégias econômicas, como atividades agropecuárias de pequena escala, trabalhos temporários e benefícios sociais, evidenciando a complexidade das dinâmicas de reprodução da vida no território.

A análise dos dados revelou que o acesso à renda em Ibiassucê se configura como um processo complexo, condicionado por múltiplos fatores estruturais e territoriais. Ainda que alguns indicadores apontem avanços pontuais, persistem desigualdades socioterritoriais que impactam diretamente as condições de vida da população. Nesse contexto, a avaliação do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) evidenciou que o município apresenta um resultado geral relativamente positivo quando observado de forma agregada, alcançando o índice geral de 0,611 no ano de 2021.

Entretanto, quando analisadas as dimensões específicas que compõem o indicador, observam-se fragilidades importantes, especialmente nos aspectos relacionados ao “acesso ao trabalho” e à “disponibilidade de recursos financeiros”. Esses resultados indicam que, apesar do desempenho geral considerado satisfatório, persistem desafios estruturais que dificultam a consolidação de condições econômicas mais estáveis para as famílias ibiassucenses. Além disso, a predominância de atividades informais e a dependência significativa de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, evidenciam limitações do mercado de trabalho local e reforçam a existência de desigualdades que ultrapassam a dimensão estritamente econômica.

Diante desse cenário, a análise do IDF reforça a necessidade de ações direcionadas à promoção da autonomia financeira e à melhoria da qualidade de vida da população. Os baixos resultados nas dimensões relacionadas ao trabalho e aos recursos disponíveis, observados em diferentes setores do município, indicam a urgência de estratégias voltadas à geração de empregos formais, à ampliação de oportunidades de qualificação profissional e ao fortalecimento de mecanismos de acesso a crédito e outros instrumentos de apoio financeiro.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se à forte dependência de programas de transferência de renda por parte da população. Dados levantados indicam que cerca de 78% da população encontra-se inscrita no Cadastro Único, o que evidencia o grau de vulnerabilidade socioeconômica presente

no município e a importância das políticas públicas de assistência social para a garantia da sobrevivência de muitas famílias. Além disso, o número significativo de benefícios eventuais concedidos pelo município reforça a existência de demandas sociais permanentes relacionadas à insuficiência de renda.

À luz das informações analisadas, torna-se relevante considerar de forma crítica a natureza dos dados utilizados nos processos de cadastramento das informações sociais das famílias. Embora os dados provenientes do Cadastro Único representem uma importante ferramenta para o estudos, planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas à população em situação de vulnerabilidade, parte significativa dessas informações é obtida por meio de entrevistas de caráter autodeclaratório realizadas junto ao responsável familiar do cadastro.

Cabe destacar que esse procedimento metodológico utilizado na coleta desses dados, ainda que fundamental para ampliar o alcance do cadastramento e facilitar o acesso aos programas sociais, pode apresentar algumas limitações relacionadas à precisão das informações coletadas. Em determinados contextos, fatores como dificuldades de compreensão das perguntas, receio em fornecer determinados dados ou até mesmo a expectativa de acesso a benefícios podem influenciar as respostas fornecidas pelos entrevistados.

Dessa forma, os resultados do cadastramento podem refletir nas condições objetivas de vulnerabilidade social existentes no município, e em nuances decorrentes do próprio processo de coleta das informações. Nesse sentido, torna-se fundamental que a análise desses dados seja realizada com cautela, considerando possíveis margens de imprecisão e reforçando a importância de estratégias complementares de verificação e atualização das informações, de modo a garantir maior fidedignidade aos diagnósticos socioeconômicos e socioterritoriais utilizados na formulação das políticas públicas.

Nesse contexto, a realização de visitas domiciliares durante o processo de cadastramento pode se constituir em um instrumento importante para qualificar a coleta de dados, permitindo ao entrevistador observar de forma mais direta as condições socioeconômicas e habitacionais das famílias. Esse procedimento tende a contribuir para a ampliação da confiabilidade das informações registradas, possibilitando uma compreensão mais precisa da realidade social das famílias e

fortalecendo a elaboração de estudos consistentes, capazes de subsidiar de maneira mais eficaz o planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

Embora os programas de transferência de renda desempenhem um papel fundamental na redução da pobreza extrema e na garantia de condições mínimas de subsistência, a pesquisa evidenciou que tais políticas, isoladamente, não são capazes de promover a autonomia econômica das famílias. A dependência prolongada desses benefícios, aliada à fragilidade do mercado de trabalho local, evidencia a necessidade de políticas complementares voltadas à geração de emprego, qualificação profissional e fortalecimento das atividades produtivas locais.

A pesquisa de campo, que foi realizada em setores estratégicos de Ibiassucê, revelou a heterogeneidade do perfil socioeconômico da população. A análise dos dados coletados permitiu identificar a influência de fatores como escolaridade, gênero, raça, tamanho das famílias e localização do domicílio (urbana ou rural) no acesso à renda. Esses elementos evidenciam que as condições de inserção econômica da população estão diretamente relacionadas às características sociais e territoriais presentes no município.

A investigação também permitiu identificar importantes diferenças socioterritoriais no interior do município. Verificou-se que a maior parte da população entrevistada reside na zona rural, onde predominam atividades ligadas à agricultura familiar e à pecuária de pequena escala, muitas vezes desenvolvidas em condições de baixa produtividade e forte dependência das condições climáticas. Essa realidade contribui para a manutenção de rendas instáveis e, em muitos casos, insuficientes para atender às necessidades básicas das famílias.

Nesse contexto, observa-se que a população rural depende majoritariamente de atividades agropecuárias e de trabalhos informais, apresentando acesso limitado a empregos formais e a fontes de renda mais estáveis. Essa condição evidencia as restrições estruturais existentes no mercado de trabalho local, especialmente nas áreas rurais, onde as oportunidades de inserção produtiva se mostram mais restritas.

Os dados analisados indicam que as localidades situadas mais distantes da sede municipal apresentam os menores índices de desenvolvimento nas dimensões relacionadas ao “acesso ao trabalho” e à “disponibilidade de recursos”, além de

registrarem menor presença de serviços e atividades comerciais. Essa condição evidencia que a localização geográfica exerce influência significativa sobre as oportunidades econômicas disponíveis para a população, revelando disparidades espaciais que impactam diretamente as condições de vida dos moradores dessas áreas.

Dessa forma, as desigualdades socioeconômicas identificadas no município não se explicam apenas pela disponibilidade de trabalho, mas também pela posição territorial ocupada pelos sujeitos no espaço municipal. O território, portanto, revela-se um elemento estruturante das possibilidades de inserção econômica, reforçando a compreensão, cara à análise geográfica, de que as condições de acesso à renda são profundamente mediadas pela organização espacial e pelas desigualdades que dela derivam.

Diante do exposto, as entrevistas realizadas com representantes do poder público, do setor privado, de associações comunitárias e da área socioassistencial contribuíram para aprofundar a compreensão sobre os desafios enfrentados pela população local. Entre os principais fatores apontados como limitadores do acesso à renda destacam-se: a escassez de oportunidades de qualificação profissional, a predominância de relações de trabalho informais, a baixa diversificação da economia municipal e a limitada capacidade do setor público em absorver a mão de obra disponível.

É importante destacar o papel das associações comunitárias e das formas de organização coletiva no município. As entrevistas realizadas com representantes institucionais e comunitários indicam que, embora o associativismo esteja presente em diferentes localidades, sua atuação ainda enfrenta limitações relacionadas à fragilidade organizativa, à escassez de recursos e à dificuldade de articulação com políticas públicas e iniciativas produtivas.

Ainda assim, os relatos apontam que as associações possuem potencial significativo para atuar como espaços de mobilização social e de construção de alternativas econômicas no território, especialmente por meio do fortalecimento da agricultura familiar, da organização da produção local e da promoção de iniciativas coletivas de geração de renda. Nesse sentido, o estímulo ao associativismo e à cooperação entre os atores locais pode constituir uma importante estratégia de

desenvolvimento territorial, contribuindo para ampliar as oportunidades econômicas e fortalecer as redes desse segmento e apoio entre as comunidades do município.

Sob essa perspectiva, um elemento importante evidenciado pelas entrevistas refere-se à relação entre escolaridade e acesso ao trabalho. Embora a maioria dos entrevistados declarou possuir habilidades básicas de leitura e escrita, esse nível de escolaridade ainda se mostra insuficiente para garantir acesso a empregos formais ou melhores condições de remuneração. Dessa forma, a falta de formação técnica e profissional aparece como um dos principais entraves para a inserção da população no mercado de trabalho formal.

Com isso, reforça-se que, o acesso a renda em Ibiassucê, trata-se na verdade, de um fenômeno profundamente influenciado pelas relações socioterritoriais que estruturam o município, envolvendo fatores como a organização produtiva do território, a localização geográfica das pessoas e famílias, o nível de escolaridade da população e o grau de articulação entre as políticas públicas existentes. Dessa forma, território, entendido enquanto espaço de relações sociais, econômicas e políticas, desempenha papel fundamental na organização das oportunidades disponíveis, podendo tanto favorecer quanto limitar as possibilidades de desenvolvimento local.

Diante desse cenário, torna-se evidente que o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas presentes no município exige a implementação de estratégias integradas de desenvolvimento territorial. Entre as ações consideradas prioritárias destacam-se o fortalecimento das políticas de qualificação profissional, a ampliação de programas de incentivo ao empreendedorismo local, o estímulo à diversificação das atividades produtivas e o fortalecimento da agricultura familiar por meio do acesso a tecnologias, crédito e assistência técnica.

Os resultados obtidos ao longo desta pesquisa também dialogam diretamente com o referencial teórico mobilizado, especialmente com as contribuições de Santos (1996, 2000) acerca do papel do território na organização das oportunidades e na produção das desigualdades socioespaciais. A análise do caso de Ibiassucê evidencia que o acesso à renda não se distribui de maneira homogênea no espaço municipal. Desse modo, confirma-se a compreensão de que o espaço geográfico não constitui apenas o cenário onde se desenvolvem as atividades sociais, mas um

elemento ativo na reprodução das desigualdades e na definição das oportunidades disponíveis aos diferentes grupos sociais.

Os resultados da investigação também se aproximam das reflexões de Claude Raffestin (1993) e Rogério Haesbaert (2004, 2006), ao evidenciarem que o território deve ser compreendido como produto de relações sociais, políticas e econômicas que se materializam no espaço. A dinâmica observada em Ibiassucê demonstra que o acesso à renda é mediado por relações socioterritoriais que envolvem diferentes atores, instituições e formas de organização local, refletindo disputas, limitações estruturais e desigualdades historicamente construídas.

Além disso, as evidências empíricas apresentadas ao longo do estudo dialogam com as contribuições de Bernardo Mançano Fernandes (2005) e Ana Fani Alessandri Carlos (2007) ao destacarem a centralidade do território nas dinâmicas de trabalho e na reprodução da vida social. No contexto investigado, observa-se que as estratégias adotadas pelas famílias para garantir sua subsistência estão profundamente vinculadas às condições territoriais existentes, às redes de sociabilidade e às formas locais de organização da produção e do trabalho.

À luz dos resultados, é fundamental fortalecer a articulação entre as políticas públicas de assistência social, educação, trabalho e desenvolvimento econômico, de modo a construir estratégias que não se limitem ao enfrentamento emergencial da pobreza, mas que contribuam para a construção de condições estruturais capazes de promover maior autonomia econômica para a população.

Vale ressaltar ainda, o fortalecimento das organizações comunitárias e das associações locais, que de acordo com os estudos desempenham papel importante na articulação de iniciativas coletivas voltadas à geração de renda e à melhoria das condições de vida das comunidades. A valorização dessas iniciativas pode contribuir para o fortalecimento do capital social local e para a construção de alternativas de desenvolvimento baseadas nas potencialidades do próprio território, principalmente quando se trata da agricultura familiar.

Assim sendo, destaca-se que esta pesquisa não se restringe a um trabalho único e acabado, mas contribui para o aprofundamento do debate sobre as relações socioterritoriais e suas implicações para o acesso à renda em municípios de pequeno porte do interior nordestino. Ao evidenciar as particularidades da realidade socioeconômica de Ibiassucê, o estudo reforça a importância de análises territoriais

localizadas para a compreensão das desigualdades sociais e para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Como desdobramento desta pesquisa, recomenda-se o aprofundamento de estudos voltados à análise das dinâmicas produtivas locais, bem como investigações comparativas entre municípios com características socioeconômicas semelhantes. Tais estudos poderão contribuir para ampliar o conhecimento sobre os fatores que condicionam o desenvolvimento territorial em regiões marcadas por vulnerabilidades socioeconômicas e entender assim as nuances que estão por trás de cada realidade.

Dessa forma, esta pesquisa contribui para o avanço das discussões acadêmicas sobre as relações entre território e acesso à renda em municípios de pequeno porte, especialmente no contexto do interior do Nordeste brasileiro. Ao analisar a realidade de Ibiassucê a partir de uma abordagem socioterritorial, o estudo evidencia como as dinâmicas econômicas, sociais e espaciais se articulam na produção das condições de vida da população local.

Nesse sentido, a investigação amplia a compreensão sobre os desafios enfrentados por territórios caracterizados por economias pouco diversificadas, forte presença da informalidade e elevada dependência de políticas públicas de proteção social, oferecendo subsídios relevantes para a análise das desigualdades socioespaciais em contextos municipais de menor escala.

Em síntese, conclui-se que a superação dessas desigualdades exige a construção de estratégias de desenvolvimento territorial capazes de articular políticas públicas, iniciativas comunitárias e investimentos produtivos. Tais estratégias devem priorizar ações integradas que ampliem as oportunidades de inclusão econômica, fortaleçam a autonomia das famílias e contribuam para a promoção de melhores condições de vida para a população do município.

Por fim, ressalta-se, contudo, que os achados desta pesquisa não devem ser compreendidos como conclusivos ou definitivos, uma vez que a realidade socioeconômica e territorial dos municípios é dinâmica e constantemente atravessada por transformações políticas, econômicas e sociais. Nesse sentido, este estudo abre possibilidades para o aprofundamento de investigações futuras, especialmente por meio de análises comparativas entre Ibiassucê e outros

municípios de pequeno porte, de modo a ampliar a compreensão das relações socioterritoriais que condicionam o acesso à renda.

Assim, espera-se que esta pesquisa contribua não apenas para a compreensão da realidade local, mas também para o fortalecimento de reflexões e ações voltadas à construção de estratégias mais eficazes de desenvolvimento territorial e redução das desigualdades socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. de L. Impactos ambientais provocados pela extração de argila no Município de Ibiassucê-BA. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 09, Vol. 03, pp. 35-46. Setembro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/meioambiente/extracao-de-argila>. Acesso em: 20 set. 2024.

ALVES, J. E. D.; VASCONCELOS, D. de S.; ALVES De C., A.. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho**. Texto para Discussão, 2010. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/90937/1/661069036.pdf> > Acesso em: 5 set. 2024.

ALVES, Rita de Cássia Oliveira Lima. A influência de uma cidade média do Sudoeste da Bahia: o caso de de Vitória da Conquista. 2014. **Tese de Doutorado**. Universitat de Barcelona. Disponível em: https://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/102332/1/RdCOLA_TESE.pdf > Acesso em: 01 mai. 2025.

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf> >. Acesso em: 23 jul. 2023.

ARROYO, M.; SILVA, A. M. B. **Instabilidade dos Territórios**: Por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2022.

DOI: <https://doi.org/10.11606/9788575064436> Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/997 . Acesso em 7 dezembro. 2024.

BAHIA. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico**. Salvador, SEI, 2001. 120 p. il. tab. mapa. (Série estudos e pesquisas, 56).

BAHIA. Lei no 12.057, de 11 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a Atualização das Divisas Intermunicipais do Estado da Bahia, e adota providências correlatas. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, n. 20.459, 12 jan. 2011. c. 1. p.1.

BAHIA. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável – PTDRS**. Bahia. 1ª edição – dezembro de 2010.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade**. Salvador, 2015. Disponível em: <https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/perfil_dos_territorios/territorio_id entidade_vol01.pdf>. Acesso em: 24 agosto 2024

BARROS, R. P.de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. O índice de desenvolvimento da família (IDF). **Ipea**, Rio de Janeiro, outubro de 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2946>> . Acesso em: 20 out. 2024.

BARROS, R. Paes de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R.. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, p. 123-142, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WMrPqbymgm4VjGwZcJjvFkx>>. Acesso em: 19 out. 2024.

BATISTA A.S, JACCOUD LB, El-Moor PD. **Envelhecimento e dependência: desafios para a organização da proteção social**. Brasília (DF): Ministério da Previdência Social, Secretaria de Previdência Social; 2008.

BRASIL. **Cecad 2.0: Sistema de Cadastro de Entidades de Assistência Social - Versão 2.0**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2023. Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. **Portal Cidades IBGE**. Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ibiassuce/panorama>>. Acesso em: 26 fev. 2023

BRITO, F.. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, v. 20, 2009. Disponível em: <https://files.alapop.org/congreso5/files/pdf/alap_2012_final770.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.

CARLOS, A. F. A.. **Diferenciação socioespacial**. Cidades, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12794>>. Acesso em: 27 out. 2024.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labor Edições, 2007, 123p.

COSTA, D. E.; OLIVEIRA, A. G. de O. O impacto da pobreza no contexto escolar. In: FREIRE, J. S. E.; FREIRE, J. C. da S.; SANTOS, J.B. dos, (orgs). Políticas educacionais , pobreza e desigualdade social: Sujeitos e contextos sociais. I Simpósio da iniciativa educação, pobreza e desigualdade. **IV Seminário de pesquisa em educação pobreza e desigualdade social**. Volume 1. UFT, Palmas, 2017. P. 43- 48.

COSTA, J. M. Inserção do Jovem de Baixa Renda no Mercado de Trabalho Formal: estudo da vila São Rafael-Belo Horizonte. 2003. **Dissertação: mestrado em ciências sociais: gestão das cidades**, PUC-Minas, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <<http://bdae.org.br/handle/123456789/1090>>. Acesso em: 10 out. 2024.

COSTA, M. da S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **SciELO**, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/yj6WzVDLPLscCtPjYVF7BHh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 out. 2024

COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 33, p. 54-60, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/rpsp/2013.v33n1/54-60/pt>> Acesso em: 24 set. 2024.

SALVADOR, D. S. C. de O. A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Território**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 97–114, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3466>>. Acesso em: 7 dez. 2024.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. 2a ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ECONODATA. **Número de empresas ativas em Ibiassucê**. 2023. Disponível em: <<https://www.econodata.com.br>>. Acesso em: 17 out. 2024.

ESTIVILL, Jordi. Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias. **Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza**. Portugal. 2003.

FATEIXA, M. C.; ROCHA, L. S. V.; de O. M., Wellington. As implicações dos níveis de pobreza e desigualdade social para o desenvolvimento da educação básica no estado de Minas Gerais. **Caderno Científico UNIFAGOC de Graduação e Pós-Graduação**, v. 2, n. 2, 2018.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.**

Revista NERA, Presidente Prudente, ano 2005. Disponível em:

<<https://l1nq.com/pp5dtnt>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FERNANDES, B. M. **Sobre a tipologia de territórios. Territórios e**

territorialidades: teoria, processos e conflitos, v. 1, p. 197-215, 2009. Disponível em: <<https://l1nq.com/kgtkytf>>. Acesso em: 28 out. 2024.

Fernandes, B. M. (2012). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista nera**, (6), 24–34. Disponível em <<https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460>>. Acesso em: 27 out. 2024.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Nota Técnica FUNDAJ-DIPES 02.2023**: Reflexões iniciais sobre a região Nordeste a partir do Censo Demográfico 2022. Recife; Natal, 2023.

FUINI, L. L. **O Território em Rogério Haesbaert: Concepções E Conotações.**

Geografia Ensino & Pesquisa, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 19–29, 2017. DOI:

10.5902/2236499422589. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22589>>. Acesso em: 28 out. 2024.

GARCIA, V. G.. Questões de raça e gênero na desigualdade social brasileira recente. 2005. **Tese de Doutorado**. Dissertação de Mestrado. Campinas, Universidade Estadual de. Disponível em:

<<https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=490433>>. Acesso em: 24 set. 2024.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. São Paulo. V. 35. n. 3. p. 21. 1995.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpnNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt>>

Acesso em: 23 set. 2024.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBIASSUCÊ. Sistema Único de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social- 2022/2025**. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gestão do SUAS. Ibiassucê-BA, 2021. Disponível em:

<<https://sendo.brasilpublicacoes.com.br/download.php?file=publicacoes/edicoes/FE80C4-9F306B-3CB869-8B8A40.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2024.

IBIASSUCÊ. Sistema Único de Assistência Social. **Relatório Anual de Gestão - 2022**. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gestão do SUAS. Ibiassucê-BA, 2023. Disponível em:

<<https://sendo.brasilpublicacoes.com.br/download.php?file=publicacoes/edicoes/5AA219-BBD130-280A89-AF23A0.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2024.

IBIASSUCÊ. Sistema Único de Assistência Social. **Relatório Anual de Gestão - 2023**. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gestão do SUAS. Ibiassucê-BA, 2024. Disponível em:

<<https://sendo.brasilpublicacoes.com.br/download.php?file=publicacoes/edicoes/4AD81E-B745DE-2F26D7-14FC79.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2024

INEP. Resultados do IDEB. Disponível em:

<<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>> Acesso em: 09 out. 2024.

LIMA, F. E. de S.. Pobreza e desigualdades socioterritoriais: Uma problematização acerca da perspectiva territorial nas políticas públicas sociais no município de Pau dos Ferros/RN. (**Dissertação de Mestrado**)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRN, Natal, 2014. Nº de páginas: 243. Disponível em:

<<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/18970>>. Acesso em: 11 out. 2024.

LINDO, P. V. de F. Geografia e política de assistência social: territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas. São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2011. Disponível em:

<<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/76c1ca30-ece7-4300-af23-1f7496ee8edc/content>>. Acesso em: 22 out. 2024

MARIANO, J. L.; NEDER, H. D. Renda e Pobreza entre Famílias no Meio Rural do Nordeste. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política**, Uberlândia, 2004.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. da C. G.; SILVA, A. L. A. da. Desafios das políticas públicas no cenário de transição demográfica e mudanças sociais no Brasil. **Interface (Botucatu)**, v. 21, n. 61, p. 309-320, 2017. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/icse/a/gtmDrRXmpN3bbLDWRDCJcqw/>>. Acesso em: 5 set. 2024.

NEVES. N. F. **Posseiros, Rendeiros, proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750 – 1850)**. Tese. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Ufpe, 2003.

NEVES de JESUS, S. L. S. O Processo De Urbanização E A Configuração Do Espaço Urbano De Caetité-BA. **Sitientibus**, [S. l.], n. 57, 2020. DOI: 10.13102/sitientibus.v0i57.5052. Disponível em: <<https://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus/article/view/5052>>. Acesso em: 28 jul. 2024.

OLIVEIRA, L. B. de. Reconfiguração Territorial, O Espaço Municipal, Seus Limites E Implicações Socioeconômicas. 176 f., 2019. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**. Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGeo). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Vitória da Conquista. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgeo/wp-content/uploads/2020/03/Disseta%C3%A7%C3%A3o-para-a-PPGEO-_Luzia-Barbosa-de-Oliveira.pdf>. Acesso em: 26 out. 2024.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/4z33j/pdf/pedon-9788539304189.pdf>>, acesso em 7 de dezembro de 2024.

PROETTI, S. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen-ISSN: 2447-8717**, v. 2, n. 4, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60>>. Acesso em: 23 set. 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, W. D. L.; PINZANI, A. **Liberdade, dinheiro e autonomia. O caso da Bolsa Família**. Política & Trabalho, n. 38, 2013.

ROCHA, A. A.. **O papel de João Gonçalves da Costa na produção do espaço baiano entre os séculos XVIII e XIX: as origens do território de Vitória da Conquista**. Geopauta, v. 2, n. 3, p. 83-99, 2018. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/3732>>. Acesso em: 30 out. 2024.

ROCHA, J. C. Diálogo entre as categorias da geografia: espaço, território, e paisagem. Caminhos de Geografia, v. 9, n. 27, p. 128-142, 2008. ROCHA, S. Pobreza no Nordeste: a década de 1990 vista de perto. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 1-15, jan.-mar. 2003.

SAQUET, M. A. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In SILVA, O. A. da; SANTOS, E. M. C.; COELHO NETO, A. S. (Orgs.) **Identidade, território e resistência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 11-36.

SANTOS, M.. **Por uma Geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

SANTOS, M.. **Metamorfoses do espaço habitado**. Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M.. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1998

SANTOS, M.. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M.. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, M.. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SERPA, Â. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim paulista de geografia**, n. 84, p. 7-24, 2006.

SILVA, A. B. da; GOMES, R. C. C.; SILVA, V. P. de. (Org). **Pequenas Cidades: uma abordagem geográfica**. Natal, RN: UDUFRN, 2009.

SOUZA, S. T. SANTOS, J. R. D. dos. Campesinos no Sudoeste da Bahia: luta pela terra, pelo trabalho e pela educação. In: **VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO**, 2007, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. CORE 2007]. p. 357-376.

SEI-Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução territorial e administrativa do Estado Bahia: um breve histórico**. Salvador: SEI, 2001.

UNDP. Human Development Report. **The United Nations Development Programme (UNDP)**. 1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA. Copyright. 2016.

VALE, A. F.; SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roseli Alves dos. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, PR, Universidade do Oeste do Paraná, v. 7, n. 1, p. 11-26, 2005.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: ACESSO À RENDA E RELAÇÕES
SOCIOTERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ BAHIA

Pesquisador: Fabrício Souza Teixeira

Professor Orientador: Dr. Altemar Amaral Rocha

Questionário n°			
-----------------	--	--	--

Questionário direcionado para os moradores dos quatro setores de amostragem, Setor 01, Setor 02, Setor 03 e Setor 10.

1. O local onde está situado o seu domicílio tem, na maioria, características:

- ☐ **a)** Rurais
☐ **b)** Urbanas

2. Quantas pessoas moram no seu domicílio?

- ☐ **a)** Uma
☐ **b)** Duas
☐ **c)** Três
☐ **d)** Quatro
☐ **e)** Cinco ou mais

3. Endereço: _____

4. Qual a sua idade?

- ☐ **a)** 18 a 28
☐ **b)** 29 a 39
☐ **c)** 39 a 49
☐ **d)** 49 a 59 anos

5. Sexo?

- ☐ **a)** Masculino
☐ **b)** Feminino
☐ **c)** Não binário

6. Cor ou Raça?

- ☐ **a)** Branca
☐ **b)** Preta

- ☐ **c)** Amarela
- ☐ **d)** Parda
- ☐ **e)** Indígena

7. Sabe ler e escrever?

- ☐ **a)** Sim
- ☐ **b)** Não

8. Você trabalha?

- ☐ **a)** Sim
- ☐ **b)** Não

9. Qual seu trabalho?

- ☐ **a)** Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)
- ☐ **b)** Trabalhador temporário em área rural
- ☐ **c)** Empregado sem carteira de trabalho assinada
- ☐ **d)** Empregado com carteira de trabalho assinada
- ☐ **e)** Militar ou servidor público

10. Quanto você ganha com este trabalho?

- ☐ **a)** Menos de um salário mínimo
- ☐ **b)** Entre um a dois salários mínimo
- ☐ **c)** Entre dois a três salários mínimo
- ☐ **d)** Entre três a quatro salário mínimo
- ☐ **e)** Mais de quatro salários mínimo

11. Você recebe algum benefício?

- ☐ **a)** Sim
- ☐ **b)** Não

12. Qual benefício?

- ☐ **a)** Bolsa Família
- ☐ **b)** Pensão ou Aposentadoria definitiva
- ☐ **c)** Aposentadoria rural definitiva
- ☐ **d)** Auxílio doença temporário ou seguro desemprego
- ☐ **e)** BPC/LOAS

13. Qual o valor médio da sua família com energia elétrica, água e esgoto, gás, carvão e lenha, alimentação, higiene e limpeza, transporte, aluguel e medicamentos de uso regular? _____

Muito obrigado por contribuir com a minha pesquisa!



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: ACESSO À RENDA E RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ BAHIA

Pesquisador: Fabrício Souza Teixeira

Professor Orientador: Dr. Altemar Amaral Rocha

Entrevista n°			
---------------	--	--	--

Entrevista semiestruturada direcionada à secretária municipal de Assistência Social do Município de Ibiassucê, Bahia.

Nome: _____

Idade: _____

Formação: _____

1. Há quanto tempo está ocupando o cargo?
2. Qual o maior desafio em estar à frente da Secretaria Municipal de Assistência Social?
3. Quais são os principais programas, serviços e projetos socioassistenciais em funcionamento no município?
4. Como é realizado o processo de identificação e seleção dos beneficiários para cada programa?
5. Qual é a cobertura do serviço para atender a população do município?
6. Quais benefícios de transferência de renda são mais presentes em Ibiassucê?
7. Em quais circunstâncias são concedidos esses benefícios?
8. Quais critérios são utilizados para determinar o valor dos benefícios?
9. Além dos benefícios de transferência de renda, quais são os benefícios eventuais disponíveis no município?
10. Em que situações são concedidos esses benefícios eventuais?
11. Qual é a abrangência dos benefícios eventuais e quais situações que são contempladas pelos benefícios eventuais?
12. Qual é o público prioritário atendido pelos programas, serviços e projetos socioassistenciais do município?

13. Existem grupos específicos que recebem uma atenção especial em relação ao acesso à renda e aos benefícios socioassistenciais?
14. Existe cooperação com outras secretarias ou órgãos para garantir um atendimento mais abrangente e eficiente?
15. Quais são os principais desafios enfrentados na promoção do acesso à renda por meio dos programas socioassistenciais em Ibiassucê?
16. Quais são as perspectivas para o desenvolvimento e aprimoramento dos serviços e benefícios socioassistenciais no município?
17. De que forma a comunidade é envolvida na definição e acompanhamento dos programas socioassistenciais?
18. Como é promovida a transparência nas ações e decisões relacionadas ao acesso à renda dos beneficiários?
19. Há algum outro aspecto relevante não abordado que a Secretária gostaria de compartilhar?

Muito obrigado por contribuir com a minha pesquisa!



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: ACESSO À RENDA E RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ BAHIA

Pesquisador: Fabrício Souza Teixeira

Professor Orientador: Dr. Altemar Amaral Rocha

Entrevista n°			
---------------	--	--	--

Entrevista semiestruturada direcionada ao secretário municipal de Administração, Finanças e Planejamento do Município de Ibiassucê, Bahia.

Nome: _____

Idade: _____

Formação: _____

1. Há quanto tempo está ocupando o cargo?
2. Qual o maior desafio em estar à frente da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento?
3. Como é organizada a estrutura administrativa para a gestão de recursos humanos e financeiros no município?
4. Qual é o papel da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento no processo de provisão de renda para a população de Ibiassucê?
5. Como ocorre o processo de contratação dos trabalhadores pela prefeitura?
6. Quais são os diferentes tipos de vínculo empregatício utilizados para os trabalhadores municipais, como efetivos, comissionados, contratados ou outros?
7. Quais são os cargos mais presentes na prefeitura, e como é feita a distribuição entre esses tipos de vínculo?
8. Quantos trabalhadores compõem o quadro de pessoal da prefeitura de Ibiassucê?
9. Poderia fornecer o número de trabalhadores efetivos, comissionados e contratados atualmente?

10. Como é feito o processo de pagamento dos trabalhadores? É realizado de forma regular e pontual?
11. Quais são os sistemas e ferramentas utilizados para garantir a eficiência e transparência no pagamento?
12. Quais são os principais desafios enfrentados na provisão de renda para os trabalhadores municipais?
13. Como é realizado o controle orçamentário para garantir o cumprimento das despesas com pessoal?
14. De que forma a comunidade é envolvida ou consultada em questões relacionadas à remuneração dos servidores municipais?
15. Como é promovida a transparência nas ações e decisões referentes à provisão de renda para os trabalhadores públicos?
16. Há algum outro aspecto relevante não abordado que o Secretário gostaria de compartilhar?

Muito obrigado por contribuir com a minha pesquisa!



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: ACESSO À RENDA E RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ BAHIA

Pesquisador: Fabrício Souza Teixeira

Professor Orientador: Dr. Altemar Amaral Rocha

Entrevista n°			
---------------	--	--	--

Entrevista semiestruturada direcionada ao representante dos empresários do setor privado do Município de Ibiassucê, Bahia.

Nome: _____

Idade: _____

Formação: _____

Cargo: _____

1. Há quanto tempo está ocupando o cargo?
2. Qual o maior desafio em estar à frente do cargo em que ocupa?
3. Como é caracterizado o setor privado em Ibiassucê, em termos de tipos de empresas e segmentos de atuação?
4. Qual é o porte predominante das empresas na região (micro, pequenas, médias ou grandes)?
5. Quantos funcionários compõem o quadro total de colaboradores do setor privado em Ibiassucê?
6. Dentre esses funcionários, quantos possuem carteira assinada (regime CLT) e quantos estão contratados de outras formas (autônomos, temporários, PJ, etc.)?
7. Quais são as principais modalidades de contratação utilizadas pelas empresas do setor privado na região?
8. Quais fatores influenciam a escolha de uma modalidade de contratação específica?
9. Quais são os principais benefícios e direitos trabalhistas oferecidos aos funcionários com carteira assinada?
10. Existe alguma diferença na oferta de benefícios e direitos entre as diferentes

modalidades de contratação?

11. Quais são os principais desafios enfrentados pelas empresas em relação ao quadro de funcionários e contratações na região?
12. Existem oportunidades ou iniciativas para incentivar a formalização e a geração de empregos com carteira assinada no setor privado local?
13. Como é a relação entre o setor privado em Ibiassucê e os órgãos públicos relacionados ao trabalho e emprego?
14. Existe algum tipo de parceria ou colaboração entre as empresas e o poder público para questões relacionadas ao emprego e à formalização dos trabalhadores?
15. Há algum outro aspecto relevante não abordado que o representante dos empresários gostaria de compartilhar?

Muito obrigado por contribuir com a minha pesquisa!



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: ACESSO À RENDA E RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ BAHIA

Pesquisador: Fabrício Souza Teixeira

Professor Orientador: Dr. Altemar Amaral Rocha

Entrevista n°			
---------------	--	--	--

Entrevista semiestruturada direcionada ao representante de associação de comunidades que fazem parte dos quatros setores de amostragem, Setor 01, Setor 02, Setor 03 e Setor 10 do Município de Ibiassucê, Bahia.

Nome: _____

Idade: _____

Formação: _____

Cargo: _____

Setor que representa _____

1. Há quanto tempo está ocupando o cargo?
2. Qual o maior desafio em estar à frente do cargo em que ocupa?
3. Como você descreveria o contexto socioeconômico do setor geográfico que a associação representa em relação ao acesso à renda?
4. Quais são as principais fontes de renda disponíveis para os moradores desse setor geográfico?
5. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores do setor geográfico para conseguir um emprego formal na área?
6. Existem fatores específicos que limitam ou dificultam o acesso a oportunidades de trabalho com carteira assinada nesse setor geográfico?
7. A informalidade e o empreendedorismo são comuns no setor geográfico? Quais são as atividades informais ou empreendimentos locais mais presentes?

8. Quais são as vantagens e desafios associados ao trabalho informal ou ao empreendedorismo nesta área?
9. Existem programas de capacitação e qualificação profissional disponíveis no setor geográfico? Quais são os principais e como eles têm contribuído para o aumento das oportunidades de trabalho?
10. A associação estabelece parcerias com empresas ou órgãos públicos para fomentar a geração de empregos formais no setor geográfico?
11. Quais são as iniciativas ou projetos em andamento para promover a inclusão econômica e o acesso ao trabalho na área?
12. Na sua visão, quais são os principais desafios e necessidades prioritárias relacionadas ao acesso à renda no setor geográfico?
13. Como a associação tem trabalhado para enfrentar esses desafios e atender às necessidades dos moradores nessa área?
14. De que forma os moradores do setor geográfico são envolvidos ou consultados nas decisões relacionadas a políticas públicas e iniciativas para o acesso à renda?
15. Como a associação atua para promover a participação social e a defesa dos interesses dos moradores em questões econômicas e de trabalho?
16. Há algum outro aspecto relevante não abordado que o representante da associação de moradores gostaria de compartilhar?

Muito obrigado por contribuir com a minha pesquisa

8. Você trabalha em um local fora de sua residência?	9. Qual o seu trabalho?	10. Quanto você ganha com este trabalho?	11. Você recebe algum benefício?	12. Se você respondeu sim na pergunta anterior, qual benefício?	13. Qual o valor?
Não					
Sim	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Entre um e dois salários mínimos	Sim	Bolsa Família	
Não			Sim	Auxílio doença temporário ou seguro desemprego	
Não	Trabalhador por conta própria (fisco, autônomo)	Menos de um salário mínimo	Sim	Bolsa Família	
Não			Sim	Bolsa Família	De 300 a 400
Sim	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Entre um e dois salários mínimos	Não		
Não	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Menos de um salário mínimo	Não		
Não	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Entre um e dois salários mínimos	Não		
Não	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Entre um e dois salários mínimos	Não		
Sim	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Menos de um salário mínimo	Não		
Sim	Empregado com carteira de trabalho assinada	Entre dois e três salários mínimos	Não		
Sim	Militar ou servidor público	Entre um e dois salários mínimos	Não		
Sim	Empregado com carteira de trabalho assinada	Entre dois e três salários mínimos	Não		
Não			Não		Entre 1500 e
Sim	Militar ou servidor público	Entre um e dois salários mínimos	Não		R\$ 1500,00
Não			Não		
Sim	Militar ou servidor público	Entre um e dois salários mínimos	Não		
Sim	Trabalhador por conta própria (fisco, autônomo)	Menos de um salário mínimo	Sim	Bolsa Família	Mais de um
Sim	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Entre um e dois salários mínimos	Não		
Sim	Empregado com carteira de trabalho assinada	Entre um e dois salários mínimos	Sim	Bolsa Família	
Não			Não		
Sim	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Entre um e dois salários mínimos	Não		
Não	Trabalhador por conta própria (fisco, autônomo)	Entre um e dois salários mínimos	Não		Sem cálculo
Não	Trabalhador por conta própria (fisco, autônomo)	Menos de um salário mínimo	Não		Em média, 9
Não			Não		
Sim	Empregado com carteira de trabalho assinada	Entre um e dois salários mínimos	Não		
Não	Trabalhador por conta própria (fisco, autônomo)	Menos de um salário mínimo	Sim	Bolsa Família	1.600 a 1.800
Sim	Militar ou servidor público	Entre um e dois salários mínimos	Sim	Pensão ou Aposentadoria definitiva	
Não	Trabalhador temporário em área rural	Entre um e dois salários mínimos	Não		
Sim	Trabalhador por conta própria (fisco, autônomo)	Menos de um salário mínimo	Sim	Bolsa Família	
Sim	Empregado com carteira de trabalho assinada	Entre um e dois salários mínimos	Não		
Sim	Trabalhador por conta própria (fisco, autônomo)	Entre um e dois salários mínimos	Não		Mais ou menos
Não	Trabalhador por conta própria (fisco, autônomo)	Menos de um salário mínimo	Sim	Bolsa Família	
Sim	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Menos de um salário mínimo	Não		Aproximadamente
Sim	Trabalhador temporário em área rural	Entre um e dois salários mínimos	Sim	Bolsa Família	3.000 reais
Não			Sim	Aposentadoria rural definitiva	
Sim	Empregado com carteira de trabalho assinada	Menos de um salário mínimo	Não		
Não	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Menos de um salário mínimo	Sim	Bolsa Família	
Sim	Trabalhador por conta própria (fisco, autônomo)	Menos de um salário mínimo	Não		800 Reais
Sim	Militar ou servidor público	Entre dois e três salários mínimos	Não		

13. Qual o valor médio de despesas da sua família com energia elétrica, água e esgoto, gás, carvão e lenha, alimentação, higiene e limpeza, transporte, aluguel e medicamentos de uso regular?	
	1.180
	2500
	300
	1400
De 300 a 400 reais	
	2500
	1,5
	800
	1000
	1.500
	2.000,00
	R\$1.000
	3.000,00
Entre 1500 e 2500 reais	
R\$ 1500,00 referente a gastos básicos	
	3000
	2.000
	600
Mais de um salário mínimo.	
	2.000,00
	2.600,00
	2.000
	2.800
Sem cálculos exatos	
Em média, 900 reais. Fora despesas extras, como lazer e compras adicionais	
	1500
1.600 a 1.800	
	2400
	1400
	500
	800
Mais ou menos 2.500,00	
	1300
Aproximadamente R\$ 1.000,00	
3.000 reais	
	1800
	2000
	700
800 Reais	
	1.500,00

Quadro- Entrevista Semiestruturada - Representante de Associação

Entrevista semiestruturada direcionada ao representante de associação de comunidades do Município de Ibiassucê, Bahia.	
Cargo/Função: Lavradora e Presidente da Associação do Povoado Santo Antonio Idade: 41 anos Formação: Graduada em Pedagogia e pós-graduada em Alfabetização e Linguagem. Setor que representa: Associação comunitária.(SETOR SANTO ANTÔNIO)	
PERGUNTAS	RESPOSTAS
1 - Há quanto tempo está ocupando o cargo?	Há 20 anos como lavradora; atuou como professora e gestora escolar por 4 anos.
2 - Qual o maior desafio em estar à frente do cargo em que ocupa?	O maior desafio como lavradora é lidar com o período de estiagem prolongado, e como presidente, é a desvalorização do associativismo por parte de alguns moradores.
3 - Como você descreveria o contexto socioeconômico do setor geográfico que a associação representa em relação ao acesso à renda?	O acesso à renda é baixo, pois muitos sócios são idosos ou trabalham para a prefeitura, o que torna a associação e seus projetos uma segunda prioridade.
4 - Quais são as principais fontes de renda disponíveis para os moradores desse setor geográfico?	As principais fontes de renda são a agricultura e a pecuária.
5 - Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores do setor geográfico para conseguir um emprego formal na área?	A falta de formação é uma das principais dificuldades.
6 - Existem fatores específicos que limitam ou dificultam o acesso a oportunidades de trabalho com carteira assinada nesse setor geográfico?	Sim, existem fatores que limitam o acesso.
7 - A informalidade e o empreendedorismo são comuns no setor geográfico? Quais são as atividades informais ou empreendimentos locais mais presentes?	Sim, a informalidade é comum, com atividades como agricultura familiar e pecuária.
8 - Quais são as vantagens e desafios associados ao trabalho informal ou ao empreendedorismo nesta área?	Vantagens incluem a possibilidade de aproveitar melhor o tempo; desafios envolvem enfrentar a seca prolongada e um sistema de irrigação fraco.
9 - Existem programas de capacitação e qualificação profissional disponíveis no	Não há programas regulares disponíveis.

setor geográfico? Quais são os principais e como eles têm contribuído para o aumento das oportunidades de trabalho?	
10 - A associação estabelece parcerias com empresas ou órgãos públicos para fomentar a geração de empregos formais no setor geográfico?	Não, ainda não há parcerias estabelecidas.
11 - Quais são as iniciativas ou projetos em andamento para promover a inclusão econômica e o acesso ao trabalho na área?	Um pequeno grupo de mulheres está desenvolvendo atividades artesanais dentro da associação.
12 - Na sua visão, quais são os principais desafios e necessidades prioritárias relacionadas ao acesso à renda no setor geográfico?	A falta de interesse de alguns sócios e a necessidade de apoio de órgãos e empresas para qualificação e encaminhamento de trabalho.
13 - Como a associação tem trabalhado para enfrentar esses desafios e atender às necessidades dos moradores nessa área?	Tentando buscar informações e assessoria junto a outras associações.
14 - De que forma os moradores do setor geográfico são envolvidos ou consultados nas decisões relacionadas a políticas públicas e iniciativas para o acesso à renda?	Através de reuniões e rodas de conversa, onde são apresentadas as necessidades.
15 - Como a associação atua para promover a participação social e a defesa dos interesses dos moradores em questões econômicas e de trabalho?	Convidando os sócios a expor suas necessidades e buscando melhorias com órgãos governamentais ou não.
16 - Há algum outro aspecto relevante não abordado que o representante da associação de moradores gostaria de compartilhar?	Não há outros aspectos relevantes a serem compartilhados.

Quadro 9 - Entrevista Semiestruturada - Representante do Setor Privado

Entrevista semiestruturada direcionada ao representante dos empresários do setor privado do Município de Ibiassucê, Bahia.	
Cargo/Função: Advogado (representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) em Ibiassucê. Idade: 37 Formação: Mestre/advogado	
PERGUNTAS	RESPOSTAS
1 - Há quanto tempo está ocupando o cargo?	10 anos.

2 - Qual o maior desafio em estar à frente do cargo que ocupa?	Lidar com a credibilidade das pessoas.
3 - Como é caracterizado o setor privado em Ibiassucê, em termos de tipos de empresas e segmentos de atuação?	Tipos de empresas aqui se destacam em dois segmentos: comércio varejista em geral e indústria de argila.
4 - Qual é o porte predominante das empresas na região (micro, pequenas, médias ou grandes)?	Pequenas empresas.
5 - Quantos funcionários compõem o quadro total de colaboradores do setor privado em Ibiassucê?	1.000.
6 - Dentre esses funcionários, quantos possuem carteira assinada (regime CLT) e quantos estão contratados de outras formas (autônomos, temporários, PJ, etc.)?	CLT em média 300. O restante é autônomo.
7 - Quais são as principais modalidades de contratação utilizadas pelas empresas do setor privado na região?	Contrato verbal.
8 - Quais fatores influenciam a escolha de uma modalidade de contratação específica?	Custo de manutenção do trabalhador.
9 - Quais são os principais benefícios e direitos trabalhistas oferecidos aos funcionários com carteira assinada?	FGTS, férias, 13º salário, INSS.
10 - Existe alguma diferença na oferta de benefícios e direitos entre as diferentes modalidades de contratação?	Sim. Os autônomos não têm os mesmos direitos dos trabalhadores da CLT.
11 - Quais são os principais desafios enfrentados pelas empresas em relação ao quadro de funcionários e contratações na região?	Mão de obra qualificada.
12 - Existem oportunidades ou iniciativas para incentivar a formalização e a geração de empregos com carteira assinada no setor privado local?	Não.
13 - Como é a relação entre o setor privado em Ibiassucê e os órgãos públicos relacionados ao trabalho e emprego?	Relação de harmonia.
14 - Existe algum tipo de parceria ou colaboração entre as empresas e o poder público para questões relacionadas ao emprego e à formalização dos trabalhadores?	Não.

15 - Há algum outro aspecto relevante não abordado que gostaria de compartilhar?	Creio que não.
--	----------------

Quadro 10 - Entrevista Semiestruturada - Secretária de Assistência Social

Entrevista semiestruturada direcionada a Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Ibiassucê, Bahia.	
Cargo/Função: Secretária Municipal de Assistência Social (no período) Idade: 43 Formação: Assistente Social e Técnica em Enfermagem	
PERGUNTAS	RESPOSTAS
1 - Há quanto tempo está ocupando o cargo?	3 meses
2 - Qual o maior desafio em estar à frente da Secretaria Municipal de Assistência Social?	Estar à frente da Secretaria Municipal de Assistência Social é, ao mesmo tempo, uma honra e um grande desafio. Um dos maiores desafios é garantir que os direitos das famílias que realmente necessitam sejam atendidos de maneira justa e eficaz. Muitas vezes, encontramos uma grande parcela da população que busca acesso aos benefícios, mesmo que, em algumas situações, não estejam dentro dos critérios estabelecidos para isso. Esse cenário exige sensibilidade e compromisso para agir com responsabilidade e equidade. Outro ponto desafiador é lidar com a complexidade das diferentes demandas da população. Cada caso exige atenção e, muitas vezes, soluções únicas, o que demanda um preparo constante. Ao mesmo tempo, precisamos gerir a secretaria como um todo, garantindo a eficiência e a continuidade dos serviços prestados, o que pode ser desafiador diante das limitações que enfrentamos, tanto em termos de recursos quanto de tempo. No entanto, apesar dessas dificuldades, seguimos com dedicação e empenho, buscando sempre o melhor para a população e trabalhando para fortalecer a assistência social no nosso município.
3 - Quais são os principais programas, serviços e projetos socioassistenciais em funcionamento no município?	Em nosso município, contamos com uma rede organizada de programas, serviços e projetos socioassistenciais que visam atender às diversas necessidades da população em situação de vulnerabilidade. Entre os principais, destaco:

	Cadastro Único e Programa Bolsa Família, fundamentais para a inclusão e manutenção de benefícios sociais; Auxílio Gás, que apoia as famílias no acesso a um item essencial; Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), garantindo renda mínima a idosos e pessoas com deficiência que não podem se sustentar; Proteção Social Básica, com atendimentos e ações realizadas nos CRAS, voltados para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Proteção Social Especial, que atua por meio do CREAS para atender situações de violação de direitos; Programa Primeira Infância no SUAS, com visitas domiciliares a gestantes e crianças na primeira infância; Benefícios Eventuais, como cestas básicas, aluguel social e auxílio para contas de água e energia; Carteirinha do Idoso e ID Jovem, que asseguram direitos como gratuidade e descontos em transportes e eventos culturais; Garantia Safra, apoio aos trabalhadores rurais; Bolsa Presença, incentivo à permanência de estudantes na escola; Pé de Meia, um projeto voltado ao fortalecimento econômico de famílias em situação de vulnerabilidade. Essas iniciativas são complementadas por outras ações e projetos que desenvolvemos continuamente, sempre com o objetivo de garantir os direitos sociais e melhorar a qualidade de vida da nossa população.
4 - Como é realizado o processo de identificação e seleção dos beneficiários para cada programa?	O processo de identificação e seleção dos beneficiários para os programas e benefícios segue critérios bem definidos e é realizado de forma responsável e transparente. Para programas como o Cadastro Único, Bolsa Família, Pé de Meia, Auxílio Gás, ID Jovem, Carteira do Idoso e BPC/LOAS, o primeiro passo é o cadastramento no Cadastro Único. As informações registradas são analisadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), que realiza a concessão com base nos critérios

	estabelecidos para cada benefício. Já para benefícios como os Benefícios Eventuais – cestas básicas, auxílio para aluguel, pagamentos de contas e outros – o processo é conduzido diretamente pelo município. Nesse caso, a equipe técnica da Proteção Social Básica, formada por assistentes sociais e psicólogos, realiza uma análise criteriosa da situação da família para verificar a necessidade e garantir que o benefício seja destinado a quem realmente precisa. Esse sistema de identificação e seleção garante que os recursos e os programas alcancem as pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade, respeitando os critérios legais e a transparência no uso dos recursos públicos.
5 - Qual é a cobertura do serviço para atender a população do município?	Contamos com um CRAS, que atua diretamente na Proteção Social Básica, atendendo as metas municipais estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social, garantindo que as famílias em situação de vulnerabilidade sejam acompanhadas e assistidas de forma efetiva. Também temos um CREAS, responsável por atender situações de violação de direitos, um setor dedicado ao Cadastro Único, que realiza o registro e acompanhamento de mais de 75% da população do município, e a própria Secretaria de Assistência Social, que coordena, planeja e articula as ações e serviços. Com essa estrutura, buscamos garantir que os serviços cheguem às famílias que mais precisam, promovendo o acesso aos direitos socioassistenciais e fortalecendo o atendimento em todo o município.
6 - Quais benefícios de transferência de renda são mais presentes em Ibiassucê?	BOLSA FAMÍLIA e BPC LOAS
7 - Em quais circunstâncias são concedidos esses benefícios?	Os benefícios do Bolsa Família e do BPC (Benefício de Prestação Continuada) são concedidos em circunstâncias específicas, conforme os

	critérios estabelecidos pelas políticas públicas nacionais: Bolsa Família: É destinado a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único. Para serem elegíveis, as famílias precisam atender a critérios de renda per capita e cumprir compromissos relacionados à educação, saúde e assistência social, como manter crianças e adolescentes na escola e em dia com as vacinas. BPC (Benefício de Prestação Continuada): É um direito garantido pela Constituição, voltado para pessoas idosas com 65 anos ou mais, ou pessoas com deficiência de qualquer idade, que comprovem não possuir meios de se sustentar ou de serem sustentadas pela família. Assim como o Bolsa Família, a concessão exige inscrição no Cadastro Único e análise específica, considerando a renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo. Ambos os benefícios são concedidos após análise detalhada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), que verifica se as famílias atendem aos critérios exigidos. É um processo criterioso, que busca garantir que os recursos cheguem a quem realmente precisa.
8 - Quais critérios são utilizados para determinar o valor dos benefícios?	Os valores dos benefícios sociais, como o Bolsa Família e o BPC (Benefício de Prestação Continuada), são determinados com base em critérios específicos estabelecidos pelas legislações e normas federais. O Bolsa Família, o valor recebido pela família é calculado considerando a composição familiar e a situação socioeconômica. O BPC é valor fixo, correspondente a um salário mínimo vigente. É concedido a idosos com 65 anos ou mais e

	peessoas com deficiência, desde que a renda familiar per capita seja inferior a 1/4 do salário mínimo e que a condição de vulnerabilidade seja comprovada.
9 - Além dos benefícios de transferência de renda, quais são os benefícios eventuais disponíveis no município?	Pagamento das contas de água e luz, auxílio natalidade, auxílio alimentação, auxílio documentação, auxílio passagem, auxílio funeral e aluguel social.
10 - Em que situações são concedidos esses benefícios eventuais?	Através de identificação de vulnerabilidade pela equipe da proteção social básica, assistente social e psicóloga.
11 - Qual é a abrangência dos benefícios eventuais e quais situações que são contempladas pelos benefícios eventuais?	Os benefícios eventuais têm como objetivo atender situações emergenciais e temporárias de vulnerabilidade, oferecendo suporte imediato a famílias ou indivíduos em risco. Eles abrangem casos como calamidades públicas, despesas funerárias, apoio no nascimento de crianças e insegurança alimentar ou financeira, por meio da concessão de cestas básicas, auxílio para aluguel e contas essenciais. Esses benefícios são regulamentados pelo Plano Municipal de Assistência Social e concedidos após análise criteriosa da equipe técnica, garantindo que cheguem a quem realmente necessita em momentos de maior necessidade.
12 - Qual é o público prioritário atendido pelos programas, serviços e projetos socioassistenciais do município?	O público prioritário dos programas, serviços e projetos socioassistenciais do município inclui indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social. Isso abrange pessoas em extrema pobreza ou pobreza inscritas no Cadastro Único, beneficiários do Bolsa Família e do BPC (Benefício de Prestação Continuada), crianças, adolescentes e gestantes atendidos pelo Programa Primeira Infância no SUAS, além de idosos, pessoas com deficiência e famílias em situações emergenciais ou de violação de direitos, que são acompanhadas pelos CRAS e CREAS. A prioridade é garantir o atendimento das necessidades básicas e o acesso a direitos, fortalecendo a proteção social de quem mais precisa.

13 - Existem grupos específicos que recebem uma atenção especial em relação ao acesso à renda e aos benefícios socioassistenciais?	O grupo do BPCloas, que é realizado busca ativa para atualização do cadastro para manter a continuidade do recebimento.
14 - Existe cooperação com outras secretarias ou órgãos para garantir um atendimento mais abrangente e eficiente?	Sim. educação, agricultura e saúde.
15 - Quais são os principais desafios enfrentados na promoção do acesso à renda por meio dos programas socioassistenciais em Ibiassucê?	Um dos maiores desafios é fazer com que as famílias entendam os critérios estabelecidos para acessar os benefícios.
16 - Quais são as perspectivas para o desenvolvimento e aprimoramento dos serviços e benefícios socioassistenciais no município?	Continuar com a garantia de direito através de uma análise qualificada das informações.
17 - De que forma a comunidade é envolvida na definição e acompanhamento dos programas socioassistenciais?	Em conferências municipais e através do Conselho Municipal de Assistência Social.
18 - Como é promovida a transparência nas ações e decisões relacionadas ao acesso à renda dos beneficiários?	Através do site de transparência do município.
19 - Há algum outro aspecto relevante não abordado que a Secretária gostaria de compartilhar?	No momento não.

Quadro 11- Entrevista Semiestruturada - Secretário De Administração

Entrevista semiestruturada direcionada ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento do Município de Ibiassucê, Bahia.	
Cargo/Função: Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento do Município de Ibiassucê, Bahia (no período) Idade: 50 Formação: Ciências Econômicas e Ciências Contábeis	
PERGUNTAS	RESPOSTAS
1 - Há quanto tempo está ocupando o cargo?	50 dias.
2 - Qual o maior desafio em estar à frente do cargo que ocupa?	Os maiores desafios são controlar os fluxos dos processos de compras e as demandas do RH.
3 - Como é organizada a estrutura administrativa para a gestão de recursos humanos e financeiros no município?	Existe uma Diretora de recursos humanos vinculada à secretaria de Administração,

	Finanças e Planejamento. Composta por dois servidores.
4 - Qual é o papel da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento no processo de provisão de renda para a população de Ibiassucê?	Além gestão das folhas de pagamento, está vinculada a secretaria de administração a diretoria de Desenvolvimento econômico que realiza ações junto ao Sebrae pra ajudar no incremento de renda dos cidadãos seja na área rural como na área urbana
5 - Como ocorre o processo de contratação dos trabalhadores pela prefeitura?	Normalmente através de concurso público.
6 - Quais são os diferentes tipos de vínculo empregatício utilizados para os trabalhadores municipais, como efetivos, comissionados, contratados ou outros?	Estatutário, comissionados, temporários e agentes políticos.
7 - Quais são os cargos mais presentes na prefeitura, e como é feita a distribuição entre esses tipos de vínculo?	Professor, auxiliar de serviço gerais, assistente administrativo.
8 - Quantos trabalhadores compõem o quadro de pessoal da prefeitura de Ibiassucê?	749 servidores, todos os vínculos.
9 - Poderia fornecer o número de trabalhadores efetivos, comissionados e contratados atualmente?	Estatutário - 414; Temporários - 102; comissionado - 46 ; Agente político - 8
10 - Como é feito o processo de pagamento dos trabalhadores? É realizado de forma regular e pontual?	O pagamento dos servidores é realizado sempre no último dia útil do mês, através de crédito em conta, sempre regular e pontual. Há mais de 8 anos rigorosamente em dia.
11 - Quais são os sistemas e ferramentas utilizados para garantir a eficiência e transparência no pagamento?	O município utiliza o sistema de folha de pagamento da Freire e quanto a transferência dos pagamentos o público pode acompanhar através do site do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.
12 - Quais são os principais desafios enfrentados na provisão de renda para os trabalhadores municipais?	O poder público não consegue absorver toda a demanda de emprego do município, e no município não tem empresas suficientes para absorver toda a demanda excedente.
13 - Como é realizado o controle orçamentário para garantir o cumprimento das despesas com pessoal?	O município trabalha com reserva financeira para eventuais quedas das receitas.
14 - De que forma a comunidade é	Infelizmente não há nenhuma ação

envolvida ou consultada em questões relacionadas à remuneração dos servidores municipais?	municipal que envolva a comunidade em relação às remunerações dos servidores municipais.
15 - Como é promovida a transparência nas ações e decisões referentes à provisão de renda para os trabalhadores públicos?	A transparência ocorre através do site da transparência do município e através do site www.tcm.ba.gov.br/pessoal